



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

EDUARDO RAFAEL FREGATTO

**MAPEAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO
DOS JORNALISTAS DE CAMPO GRANDE-MS:
Análise dos jornais on-line Midiamax e Campo Grande
News**

Campo Grande - MS

SETEMBRO / 2024



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



MAPEAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS JORNALISTAS DE CAMPO GRANDE-MS: Análise dos jornais on-line Midiamax e Campo Grande News

EDUARDO RAFAEL FREGATTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Daniela Cristiane Ota

Campo Grande - MS

SETEMBRO / 2024

EDUARDO RAFAEL FREGATTO

**MAPEAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS JORNALISTAS DE
CAMPO GRANDE-MS: Análise dos jornais on-line Midiamax e Campo Grande
News**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Campo Grande - MS, 11 de setembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Cristiane Ota
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Mario Luiz Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Janaina Visibeli Barros
Universidade do Estado de Minas Gerais

*Dedico aos meus amados avós que partiram durante esses anos de pesquisa.
A minha vó Nice, com quem tenho algumas das melhores memórias da infância.
Ao meu inesquecível vô Djalma, o avô mais orgulhoso de seus netos que já existiu.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, que sempre priorizaram os estudos em minha vida e trabalharam muito para que eu tivesse oportunidades. Agradeço a toda a minha família, as minhas irmãs e aos meus amigos próximos por estarem presentes, me ouvindo, me incentivando e me aconselhando em todas as etapas deste projeto. Aos amigos Maressa, Renata, Ademir, Sandro e Jessica que tanto ouviram meus receios, angústias e alegrias sobre esse processo.

Agradeço ao meu sobrinho, Marcelinho, que nasceu no ano que ingressei no Mestrado e me trouxe tantas felicidades e motivações renovadas, especialmente nos momentos de perdas. Agradeço a vó Dorilda pelas jantinhas enviadas nas noites em que fiquei na universidade escrevendo até tarde.

Agradeço ao PPGCOM, à secretaria e a todo o corpo docente e em especial a minha orientadora, professora Daniela Ota, sempre disponível com ótimas orientações. Aos membros da minha banca de qualificação e de defesa, pelos conselhos e disponibilidade. E aos colegas que fiz durante o Mestrado, especialmente Evelise, Patrícia e Andressa, muito obrigado pelo companheirismo nas disciplinas e no projeto.

Agradeço a todos os jornalistas que colaboraram com esta pesquisa e confiaram a mim suas histórias e desabafos. Agradeço a UFMS, que é parte fundamental da minha vida desde o ingresso na graduação, em 2010.

E, por fim, agradeço ao meu marido, Alisson, que nunca duvida da minha capacidade e que me faz feliz todos os dias.

O excesso da elevação do desempenho leva a um infarto da alma.

Byung-Chul Han

RESUMO

A proposta desta dissertação é mapear as condições de trabalho e a precarização do jornalismo on-line de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. No desenvolvimento do arcabouço teórico, apresentamos um panorama sobre a crise do modelo de negócios do jornalismo, das transições tecnológicas e da flexibilização das relações de trabalho, elementos que vêm intensificando o processo de precarização, além de afetar a qualidade das notícias e a saúde dos profissionais. Também abordamos a crise de credibilidade enfrentada pelo jornalismo, as violências sofridas pelos profissionais da área e as dificuldades sentidas nas redações durante a pandemia de Covid-19. Em seguida, destacamos a perspectiva geográfica/territorial do trabalho, tendo em vista que o jornalismo feito em Campo Grande-MS está distante da região concentrada de mídia do país e apresenta diversas características atribuídas ao jornalismo regional. O objetivo foi mapear, por meio de um estudo de caso, quais são as principais expressões de precarização do trabalho em portais de jornalismo on-line da capital sul-mato-grossense. Na fase empírica, realizamos entrevistas em profundidade com dez jornalistas dos portais Campo Grande News e Midiamax. Os resultados obtidos foram analisados a partir de estratégias descritivas e, por vezes, comparativas. As análises mostram que, apesar de terem carteira assinada e direitos trabalhistas assegurados, os profissionais campo-grandenses descrevem uma rotina cansativa, com relatos de assédio moral e impactos na saúde. As características presentes no jornalismo regional influenciam nas expressões da precarização. Alguns jornalistas mantêm otimismo quanto ao papel essencial do jornalismo, embora a maioria considere mudar de carreira.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo regional; condições de trabalho; precarização; crise; jornalismo on-line.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to map the working conditions and precariousness of online journalism in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. In developing the theoretical framework, we provide an overview of the crisis in the journalism business model, technological transitions, and the flexibilization of labor relations. These elements have intensified the process of precariousness, adversely affecting the quality of news and the health of professionals. We also address the credibility crisis faced by journalism, the violence suffered by professionals in the field, and the difficulties encountered in newsrooms during the Covid-19 pandemic. Next, we highlight the geographic and territorial perspective of work, considering that journalism produced in Campo Grande-MS is distant from the country's media-concentrated region and displays several characteristics attributed to regional journalism. The objective was to map, through a case study, the main expressions of precarious work in online journalism portals in the capital of Mato Grosso do Sul. In the empirical phase, we conducted in-depth interviews with ten journalists from the Campo Grande News and Midiamax portals. The results were analyzed using descriptive and, at times, comparative strategies. The analyses reveal that, despite having formal employment contracts and guaranteed labor rights, professionals from Campo Grande describe a tiring routine, with reports of moral harassment and impacts on their health. The characteristics present in regional journalism influence the expressions of precariousness. Some journalists remain optimistic about the essential role of journalism, although most consider changing careers.

KEYWORDS: regional journalism; working conditions; precariousness; crisis; online journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – Precarização das condições de trabalho do jornalismo.....	14
1.1 Breve histórico do mundo do trabalho jornalístico.....	15
1.2 Crise no mundo digital, flexibilização máxima e saúde dos jornalistas.....	18
1.3 A feminização do jornalismo, que permanece masculino.....	26
1.4 Covid-19 e a aceleração da precarização.....	31
1.5 Crise de credibilidade e violência na profissão.....	37
CAPÍTULO 2 – A precarização em uma perspectiva geográfica/territorial e tecnológica.....	46
2.1 A formação da Região Concentrada e do jornalismo regional.....	47
2.2 Concentração de mídia.....	51
2.3 Portais on-line: do global ao local.....	54
2.4 A mídia de Campo Grande-MS.....	56
CAPÍTULO 3 – O que dizem os jornalistas.....	65
3.1 Caminhos metodológicos.....	65
3.2 Ouvindo os jornalistas.....	70
3.2.1 Primeiro eixo: perfil e trabalho.....	73
3.2.2 Segundo eixo: condições de trabalho e precarização.....	76
3.2.3 Terceiro eixo: Impactos das condições de trabalho e precarização.....	91
3.3 Análise das entrevistas.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho do jornalismo, ao longo das últimas décadas, tem passado por uma série de mudanças profundas e complexas. Os avanços tecnológicos, a flexibilização dos acordos de trabalho e a horizontalização da comunicação alteraram fundamentalmente a maneira como as notícias são produzidas, disseminadas e consumidas. E, em meio a essas transformações, surge uma questão preocupante que tem impactado de maneira significativa a profissão: a precarização das condições de trabalho. A crescente precarização no jornalismo não apenas afeta a qualidade das notícias e a integridade do campo, mas também contribui para o adoecimento de profissionais.

Este panorama já vem sendo discutido em estudos acadêmicos nos últimos anos, mas a maioria das pesquisas brasileiras se debruçam sobre a realidade dos locais em que se concentra a indústria de mídia: a região Sudeste, com foco nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Nos repositórios da Capes, há poucos trabalhos sobre precarização e suas particularidades nas demais regiões do país, especialmente nas chamadas mídias locais ou regionais. Ao realizarmos uma busca no repositório utilizando as palavras-chaves “jornalismo” e “precarização”, obtivemos 15 resultados: nove tratam do tema entre profissionais e empresas da região Sudeste; três são focados nos estados do Sul do país; dois abordam a região Nordeste e dois a Centro-Oeste sendo que, desses últimos, uma mesma tese, intitulada “O impacto das condições de trabalho e da precarização da profissão na vida do jornalista”, da pesquisadora Juliana Bulhões Alberto Dantas (2019), se debruçou sobre as duas regiões: Centro-oeste (Distrito Federal) e Nordeste (Rio Grande do Norte). Nenhuma investigação cadastrada no repositório trata da precarização do jornalismo nos estados da região Norte.

Nos últimos anos, houve estudos brasileiros que investigaram o avanço dos arranjos precários de contratação na comunicação, o esgotamento profissional ocasionado pela pandemia de Covid-19, o crescente número de jornalistas que optam pelos trabalhos *freelancer*, os desafios da imprensa frente à desinformação na mídia, entre outros. Contudo, até o momento da publicação deste trabalho, não havia teses e dissertações nos repositórios que tratassem do tema da precarização do jornalismo no estado de Mato Grosso do Sul. Em relação às duas pesquisas voltadas a região Centro-Oeste, o foco dos pesquisadores foi a cidade de Brasília, no Distrito Federal. Por se tratar do centro político do país, Brasília apresenta especificidades que a diferenciam das demais capitais da

região. A capital federal abriga alta concentração de jornalistas¹, acumula quantidade significativa de servidores públicos e de profissionais em cargos comissionados, além de ter custo de vida elevado, o que causa maior desvalorização salarial (Lima *et al.*, 2023). Por este motivo, mesmo fazendo parte do Centro-oeste, as pesquisas voltadas a Brasília podem não revelar muito sobre a realidade dos demais estados e cidades dessa região do país.

Nesse contexto de precarização e de escassez de investigações voltadas ao estado de Mato Grosso do Sul, defendemos a importância de se realizar estudos que abordem a mídia local porque, como observado por Bueno (2013), ainda existe um preconceito contra os jornais locais e regionais, inclusive no meio acadêmico da área de comunicação. Embora Campo Grande seja uma capital com quase 900 mil habitantes², entendemos que o jornalismo produzido no município se enquadre nas características e definições do jornalismo regional, conforme preceitos de autores como Peruzzo (2005), Camponez (2002), Correia (2000) e Bueno (2013). Além da distância geográfica da região concentrada de mídia no Brasil (Santos; Silveira, 2001; Deolindo, 2016), Campo Grande também não conta com o mesmo alcance, presença de grandes conglomerados, contingente de profissionais e aparato tecnológico da indústria da mídia localizada na região Sudeste.

Neste sentido, consideramos que pesquisas focadas na precarização do jornalismo campo-grandense são importantes e necessárias, primeiramente, para suprir uma lacuna de conhecimento. Em segundo lugar, poderão ajudar a elucidar as circunstâncias em que a comunicação e a mídia são produzidas em Mato Grosso do Sul, propiciando melhor entendimento sobre seus processos e impactos, e agregando conhecimento ao campo de pesquisa sobre o jornalismo regional brasileiro. E, não menos importante, é preciso buscar compreender as condições de trabalho em que os profissionais do jornalismo campo-grandense estão inseridos e quais as repercussões destas condições em seus desempenhos profissionais e em sua qualidade de vida e saúde, para que seja possível, posteriormente, traçar diagnósticos, soluções e melhorias possíveis. Essas são as justificativas que embasam a existência desta dissertação.

¹ Em 2014, Brasília tinha a maior concentração de jornalistas per capita do país: um jornalista para cada quase 385 moradores (Silva, 2014).

² Conforme censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022 a população de Campo Grande era de 898.100 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>. Acesso em 28 de julho de 2024.

A presente pesquisa parte do pressuposto de que há um processo de precarização nas relações de trabalho do jornalismo de Campo Grande. Portanto, nossa pergunta-problema tem como objetivo compreender as práticas dessa precarização e de quais formas essas práticas impactam a rotina dos profissionais. Nosso objetivo principal é investigar acerca das condições de trabalho e da precarização em redações de portais on-line tendo como objeto de um estudo de caso os dois maiores portais da capital sul-matogrossense, o Campo Grande News e o Midiamax. Como objetivos específicos, buscamos identificar a precarização a partir dos seguintes fatores: a questão do cumprimento dos direitos trabalhistas, as condições laborais relacionadas à estrutura física e equipamentos, a ocorrência de acúmulo de funções, aspectos relativos à violência no exercício da profissão, a precarização acentuada a partir da pandemia de Covid-19, o nível de satisfação com a profissão e o adoecimento profissional. Nossa hipótese é de que as particularidades do jornalismo regional podem influenciar as maneiras com que a precarização atinge os profissionais campo-grandenses.

O jornalismo on-line foi escolhido tanto por sua relevância na indústria da mídia atual como também pelo fato de as recentes transições tecnológicas (Christofolletti, 2019) serem apontadas como um dos fatores que potencializam a precarização do trabalho (Heloani, 2006) como, por exemplo, o acúmulo de funções resultantes da exigência de multifuncionalidade por parte dos profissionais, que precisam dar suporte e produzir conteúdo para plataformas multimídia (Dantas, 2019). Os portais escolhidos representam os dois maiores sites de jornalismo do estado de Mato Grosso do Sul que, somados, recebem uma média mensal de mais de 2 milhões de visitas orgânicas (Ubersuggest³, 2023) e juntos empregam cerca de 76 profissionais de comunicação que atuam diretamente nas redações⁴. Além disso, foram precursores do jornalismo on-line sul-mato-grossense, tendo sido criados e lançados entre os anos 1999 e 2000 (Reino, 2006; Guimarães, 2017).

A pesquisa foi realizada com dez profissionais que atuam nas redações do Campo Grande News e do Midiamax, sendo que cinco jornalistas passaram por ambas as empresas nos últimos anos, o que por si só já é um indicativo da rotatividade e do tamanho

³ Disponível em: <https://neilpatel.com/br/ubersuggest/>. Acesso em 30 de outubro de 2023.

⁴ De acordo com as informações disponibilizadas nas páginas de expediente dos portais. Disponível em <https://midiamax.uol.com.br/expediente/> e <https://www.campograndenews.com.br/expediente/>. Acesso em 12 de setembro de 2023.

pequeno do mercado de trabalho da área jornalística em Mato Grosso do Sul. A técnica utilizada foi a entrevista em profundidade em questionário de perguntas abertas divididos em três eixos: o primeiro abordando o perfil e os direitos assegurados; o segundo as condições de trabalho, rotina e relacionamentos com chefes e fontes; e o terceiro a relação com profissão e qualidade de vida. O objetivo foi extrair o máximo de informações possível que pudesse ajudar a compreender a realidade dos jornalistas campo-grandenses. O questionário buscou desvendar, neste corpus específico, as formas de precarização do trabalho e os impactos e consequências sentidas pelos profissionais.

Todas as entrevistas foram realizadas entre março de 2023 e abril de 2024, tiveram duração entre 30 a 70 minutos e ocorreram, em sua maioria, de maneira remota, por videochamada na plataforma Google Meet. Esta opção se deu devido a maior facilidade de agendar os encontros levando em consideração a agenda atribulada dos entrevistados. Os jornalistas foram encontrados de duas formas diferentes: em um primeiro momento, a partir da rede de contatos do pesquisador e, posteriormente, a partir de indicações feitas pelos próprios entrevistados.

Em relação a estrutura da pesquisa, dividimos esta dissertação em três capítulos. No primeiro, traçamos um breve histórico do mundo do trabalho jornalístico destacando as transformações pelas quais as redações passaram nas últimas décadas. Ao longo do texto, apresentamos diversos autores que abordam a temática (Muller, 2012; Harvey, 2014; Antunes, 2011; Figaro; Nonato; Grohmann, 2013) e, a partir dessa contextualização, discutimos a crise enfrentada pelos empreendimentos jornalísticos (Alves, 2019) e a flexibilização que se seguiu nas relações de trabalho (Antunes, 2011), resultando em uma crescente precarização do trabalho jornalístico (Lima *et al.*, 2022; Figaro; Nonato, 2017; Lima, 2015) e o conseqüente adoecimento profissional (Heloani, 2005, 2006, 2013; Lelo, 2019).

A segunda parte do primeiro capítulo destrincha alguns tópicos relevantes quando se fala em precarização do trabalho jornalístico: a perspectiva de gênero é importante pois o mercado jornalístico passou por uma feminização (Figaro, 2018) e é formado, em sua maioria, por mulheres, e elas recebem condições de trabalho desiguais (Pontes, 2017); em seguida, falamos sobre a recente pandemia de Covid-19, que trouxe o que pode ser chamado de aceleração de alguns processos de precarização, como a dependência de ferramentas digitais e a extensão das jornadas de trabalho (Figaro, 2021 *et al.*; Barros *et*

al, 2021; Apolonio *et al*, 2020); por fim, abordamos a crise da credibilidade jornalística e a violência contra profissionais da imprensa (Abreu, 2022; Nicoletti; Flores, 2021; Rios; Bronosky, 2019) que se intensificou nos últimos anos, especialmente a partir da posse do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2019. Este último tópico é necessário porque, além de evidenciar uma escalada de agressões contra jornalistas, também revela um sentimento de desvalorização do ofício que vem afetando a saúde e a relação que esses profissionais têm com a própria profissão.

O segundo capítulo continua a tratar da precarização, porém traz foco à localidade e ao formato do nosso objeto de estudo. Apresentamos um apanhado histórico da formação da região concentrada de mídia no Brasil (Santos; Silveira, 2001; Deolindo, 2016), e a formação de uma mídia local ou regional em regiões periféricas, na qual entendemos estar inserida a cidade de Campo Grande. Em seguida, discutimos a concentração de mídia e os grupos que controlam os veículos de comunicação no país (Santos, 2006), e a forma como estes grupos migraram para o formato on-line e se reinventaram com a chegada da internet⁵. A ideia é discutir, além da perspectiva geográfica, a perspectiva tecnológica a partir de autores que falam sobre jornalismo on-line (Palacios, 2003; Barbosa, 2002, 2009). Isso é relevante porque nossa pesquisa aborda portais de jornalismo on-line e a tecnologia e a digitalização, conforme já mencionado, estão ligadas à precarização, de acordo com autores como Heloani (2006) e Marcondes Filho (2009). Após estabelecer o contexto da formação da mídia regional e do desenvolvimento da mídia local on-line, tratamos sobre as características do jornalismo regional (Peruzzo, 2005; Camponez, 2002; Bueno 2013) e apresentamos um perfil da mídia campo-grandense e dos portais que são nossos objetos de pesquisa.

O terceiro capítulo trata das escolhas metodológicas selecionadas para este trabalho: o método estudo de caso (Gil, 2002; Yin, 2015; Triviños, 1987), escolhido por sua adequação ao estudo de fenômenos contemporâneos localizados no contexto da vida real e por permitir uma pesquisa do tipo exploratória que considere a multiplicidade de dimensões de um problema. E a coleta de dados feita por meio de entrevistas em profundidade devido às possibilidades de aprofundamento dos temas (Duarte, 2015; Gaskell, 2000), através de um questionário qualitativo.

⁵ Conforme Muller (2012), as empresas jornalísticas lançaram edições digitais dos jornais impressos e posteriormente modificaram o próprio layout das redações, integrando redações de diferentes veículos, na tentativa de competir e aderir à iminente digitalização.

Em seguida, no mesmo capítulo, apresentamos os dados colhidos por meio da aplicação dos questionários. Devido à preocupação com o sigilo dos entrevistados, e considerando que os seus locais de trabalho foram identificados nesta pesquisa, não iremos publicar o conteúdo das entrevistas na íntegra. Seleccionamos os trechos mais relevantes e pertinentes das respostas, respeitando a privacidade das informações e acontecimentos que os próprios entrevistados solicitaram que não fossem compartilhados, devido ao receio de uma possível identificação. A questão do sigilo foi uma condição bastante importante para a maioria dos jornalistas consultados nesta investigação.

Na última parte do terceiro capítulo, analisamos os resultados obtidos, utilizando como base para reflexões a bibliografia apresentada sobre o tema e traçando comparativos com os dados de levantamentos regionais e nacionais (Lima *et al.*, 2022; 2023). Por fim, nas considerações finais, retomamos o debate presente nesta dissertação sobre a precarização do jornalismo e sobre as condições de trabalho encontradas a partir da perspectiva do jornalismo regional. É possível observar que os nossos resultados apontam um nível significativo de precarização e adoecimento profissional entre os jornalistas campo-grandenses, ainda que o prazer e a admiração pela profissão ainda existam em meio à frustração e ao cansaço.

CAPÍTULO 1:

Precarização das condições de trabalho do jornalismo

O Brasil tem aproximadamente 145 mil jornalistas registrados (Lima *et al.*, 2022), e destes cerca de 1,5 mil⁶ estão em Mato Grosso do Sul. Integrantes de um mercado de trabalho competitivo e desigual, os profissionais da comunicação vêm enfrentando, nas últimas décadas, diversas transformações resultantes de reestruturações tecnológicas do setor e de uma crise que afeta a indústria da informação jornalística. O enxugamento das redações e o conseqüente acúmulo de funções, as alterações nas relações de trabalho, as transições tecnológicas, a não obrigatoriedade do diploma⁷ para exercer a profissão e a ampliação das áreas de atuação profissional foram algumas das mudanças sentidas na área (Dantas, 2019), além da recente pandemia de Covid-19⁸, que também trouxe novos desafios e dificuldades para os profissionais.

Para melhor compreender o momento atual das redações de jornalismo, é necessário abordar a crise que atravessa o mercado da comunicação no Brasil e no Ocidente. De uma maneira simplista, pode-se associar essa crise à emergência das chamadas “mídias digitais”, porém, conforme Muller (2012), as causas são mais abrangentes e complexas, e seu início data de décadas anteriores à chegada da internet. Neste capítulo, iremos traçar um breve histórico das reestruturações que moldaram e transformaram o mundo do trabalho jornalístico e abordaremos algumas das principais problemáticas da crise que afetam e, em muitos casos, adoecem os profissionais da área, com posterior aprofundamento em três recortes específicos: as condições de trabalho na

⁶ Informação obtida com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (Sindjor-MS) em 08 de maio de 2023.

⁷ Até 2009, para exercer a profissão de jornalista era obrigatória a formação em ensino superior na área, conforme lei regulamentadora da profissão promulgada em 1967. Em junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal derrubou a exigência do diploma para exercício de profissão de jornalista, atendendo pedidos do Ministério Público Federal e de sindicatos de empresas de rádio e TV. Apesar de a obrigatoriedade do diploma ter sido revogada, a maioria expressiva dos jornalistas brasileiros continua a buscar formação superior específica na área e, de acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro publicado em 2022 (Lima *et al.*, 2022), nove em cada dez profissionais têm diploma em Jornalismo (94% do universo consultado pela pesquisa). Entretanto, a queda da exigência do diploma afetou negativamente a percepção da classe sobre a valorização da atividade perante a sociedade, além de gerar preocupações “relativas ao apagamento de fronteiras da profissão, tanto no sentido de quem pode exercê-la, quanto da mudança nas funções esperadas dos profissionais” (Lima *et al.*, 2022, p. 199-200).

⁸ A pandemia de Covid-19 alterou as rotinas produtivas dos jornalistas, devido à implementação de trabalho remoto e aumento expressivo do uso de ferramentas digitais, e gerou impactos nas condições de trabalho e saúde dos profissionais (Figaro, 2021 *et al.*).

perspectiva de gênero, visto que as mulheres representam a maioria do mercado de trabalho (Lima *et al.*, 2022) e recebem tratamento desigual (Pontes, 2017); a pandemia de Covid-19, pois representa um fenômeno recente apontado por pesquisadores como uma causa de intensificação da precarização das condições de trabalho do jornalismo (Figaro *et al.*, 2021), e a violência contra jornalistas, que vem sendo apontada por pesquisadores como uma questão preocupante para os profissionais e para a percepção e valorização da profissão (Abreu, 2022).

1.1 Breve histórico do mundo do trabalho jornalístico

No início do século XX, houve um significativo processo de urbanização nas sociedades em todo o mundo, especialmente nos países que passaram por desenvolvimento industrial e econômico. Foi durante esse período, marcado por profundas transformações nas estruturas sociais e econômicas impulsionadas pelo avanço da industrialização, que em 1914 o empreendedor e engenheiro norte-americano Henry Ford adotou em suas fábricas de automóveis alguns métodos de trabalho que posteriormente ficaram conhecidos como o modelo produtivo fordista. O fordismo é o emprego da linha de montagem na produção industrial, marcado também pela produção em massa e de baixo custo. O sistema se assemelha, em alguns aspectos, aos princípios do taylorismo formulados em 1911 pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor. Este tem como objetivo a busca pela eficiência e produtividade máxima através da especialização dos trabalhadores na execução de uma ou poucas ações simples e específicas (Maximiano, 2009).

Os princípios de Taylor e Ford foram amplamente adotados em todo o universo empresarial e também nas empresas jornalísticas, e ficaram vigentes na organização do trabalho jornalístico até que a era digital “colocasse em xeque todo o modelo de negócio dessas empresas, impondo-lhes o desafio de se reinventarem ou sucumbirem” (Muller, 2012, p. 150).

Com a chegada da informatização nos anos 1960, inicialmente nos países mais desenvolvidos e pouco tempo depois no Brasil, as empresas jornalísticas se adaptaram aos poucos: em um primeiro momento, aderiram às novas tecnologias apenas nas áreas administrativa e comercial; nas décadas seguintes, a reestruturação alcançou as redações. O saldo foi positivo para os empresários: ganhos de produtividade e redução de custos

renderam lucros significativos para as empresas (Muller, 2012). Contudo, apesar da alta lucratividade, a experiência trouxe algumas desvantagens para os empregados, os trabalhadores da comunicação, que viram funções sendo eliminadas enquanto profissionais eram sobrecarregados em prol da chamada “convergência de mídias”:

Do ponto de vista do processo do trabalho, a informatização significou uma reaglutinação de processos comparável ao registrado por ocasião da mecanização da imprensa no século XIX, inclusive a extinção de funções. Significou, portanto, certa reversão do fordismo que havia sido implementado ao longo do século XX. Essa reaglutinação fez desaparecer funções, inicialmente na impressão, posteriormente na pré-impressão (composição) e finalmente na redação, nas quais a informatização eliminou, reduziu ou tornou mais eficientes e rápidas atividades como as de revisão, redação e diagramação. Paralelamente, estabeleceu-se uma tendência de que um mesmo profissional assumisse a responsabilidade por várias funções, em particular nas empresas que operavam várias mídias, fenômeno que se acentuou durante a década de 1990 na medida em que se acentuou o que se convencionou chamar de convergência de mídias. (Muller, 2012, p. 153-154)

A partir do cenário de informatização e suas conseqüentes reestruturações, o fordismo/taylorismo perde força. Cabe pontuar, entretanto, que o modelo de trabalho já vinha enfrentando outros obstáculos. A rigidez do processo produtivo e a resistência coletiva da classe trabalhadora dificultava a manutenção do modelo nas empresas. O sistema fordista demandava a criação de hierarquias rígidas e excessiva burocratização, enquanto que “os trabalhadores se agrupavam em locais de trabalho comuns entre si, abrindo margem para a organização coletiva” (Thibes, 2017). Após uma série de oscilações e tensionamentos, surge então uma nova forma de organização que Harvey (2014) irá chamar de “acumulação flexível”.

Esta flexibilização dos processos do trabalho é marcada por “um confronto direto com a rigidez do fordismo”, e pela “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (Harvey, 2014, p. 140). Junto dela surgiram novos setores de produção e novos mercados injetados com inovação comercial, tecnológica e organizacional. Para os trabalhadores, a flexibilidade significou um afrouxamento da rigidez e do excesso de hierarquia e especialização do método fordista/taylorista, porém também trouxe desemprego estrutural, pouco ou nenhum ganho em salários e retrocesso do poder sindical. Pesquisa de Figaro, Nonato e Grohmann (2013) trata sobre os efeitos da reestruturação, especialmente quando ela se intensifica nos anos 1990. Os autores destacam o aumento de jornalistas contratados sem registro em carteira e a disseminação dos vínculos precários, especialmente em trabalhadores mais jovens, recém-formados:

A reestruturação produtiva ocorrida no mundo do trabalho, principalmente a partir dos anos 1990, transformou as relações de trabalho. Foi a partir dessa década que aumentou o número de jornalistas contratados sem registro em carteira profissional, abrindo caminho para o surgimento de novas formas de contratação, como a terceirização, contratos de trabalho por tempo determinado, contrato de pessoa jurídica (pejota), cooperados e *freelancers*, entre outros. São os jovens, não sindicalizados, que mantêm vínculos precários, trabalham entre oito e dez horas por dia e em ritmo acelerado. (Figaro; Nonato; Grohmann, 2013, p. 45)

Para Antunes (2011), a flexibilização dos processos do trabalho não só alavancou o número de terceirizações, contratos temporários e relações informais, como também promoveu uma corrente cujo objetivo é atingir a máxima flexibilização e desregulação do mercado de trabalho, afetando duramente a efetividade do movimento sindical e dificultando o desenvolvimento e a consolidação de uma consciência de classe entre os trabalhadores.

Outrossim, é menos provável que os trabalhadores identifiquem com rapidez as mazelas dos arranjos flexíveis, tendo em vista que tais arranjos trouxeram maior sensação de liberdade e autonomia. Conforme Harvey (2014), “esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica” (Harvey, 2014, p. 144). É nesta mesma lógica, que preza por uma suposta autonomia e liderança do trabalhador, que se observa, cada vez mais, discursos promovendo um tipo de empreendedorismo ligado ao trabalho jornalístico, em uma espécie de “identidade de visão empreendedora” a ser almejada no meio profissional (Oliveira; Grohmann, 2015). Esta ideia do “homem-empresa”, um profissional empreendedor alicerçado por um “aparto tecnológico e apelo ideológico”, é uma dissimulação da realidade, segundo Figaro, Barros e Kinoshita (2019, p. 15). Os autores explicam que essas “máximas da moda” escondem uma realidade de “vínculos contratuais precários, trabalho gratuito, longas jornadas, expostos a toda sorte de violência”. Para Antunes (2011, p. 108):

São similares os casos do “empreendedorismo” e do “trabalho voluntário” (de fato obrigatório), que se configuram como formas ocultas e dissimuladas de trabalho, permitindo a proliferação, nesse cenário aberto pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva, de distintas formas de precarização do trabalho, frequentemente sob o manto da “flexibilização”, seja salarial, de horário, funcional ou organizativa.

A reestruturação do mundo do trabalho, especialmente a partir dos anos 1990, trouxe mudanças e impactos significativos para os jornalistas, e constantes transformações seguem apresentando desdobramentos, principalmente com a implantação de tecnologias e novos aspectos da crise da indústria da informação.

1.2 Crise no mundo digital, flexibilização máxima e saúde dos jornalistas

Após as transformações e reestruturações no mundo do trabalho do jornalismo nas décadas de 1960 a 1990, a expansão da internet na virada do século XX para o XXI teve efeitos importantes e, pode-se dizer, irreversíveis para os empreendimentos jornalísticos. Apesar de ainda sustentáveis economicamente, os jornais já registravam, há décadas, quedas em publicidade e circulação. Com a proliferação dos dispositivos digitais forma-se uma concorrência relevante: o público agora tem muitas telas e distrações à disposição, e perde o interesse e o tempo disponível para o consumo de conteúdos jornalísticos tradicionais. Segundo Muller (2012), o que veio a seguir, além das dívidas, foram demissões e mais reestruturações. “Em pouco tempo, para as empresas jornalísticas, a era de ouro se transformou numa marcha em direção ao pior dos mundos”, define Muller (2012, p. 157). O autor destaca o desmoronamento das principais fontes de renda das empresas jornalísticas: o lucrativo mercado de classificados, por exemplo, perdeu força com a chegada de sites de anúncios on-line.

A crise é mais facilmente entendida quando se olha para o maior mercado do mundo. Entre 2006 e 2017, o faturamento dos jornais norte-americanos caiu de US\$49 bilhões para US\$16 bilhões, e a circulação dos jornais do país vem despencando constantemente desde os anos 90. Nos últimos 15 anos, mais de dois mil diários foram fechados e o número de jornalistas empregados nas redações dos Estados Unidos caiu de 74 mil em 2006 para 39 mil em 2017 (Alves, 2019). O desaparecimento dos jornais norte-americanos criou áreas consideradas desertos de notícias (Abernathy, 2016). A pesquisadora estadunidense Penelope Muse Abernathy, referência no tema, cunhou o termo para descrever comunidades, rurais ou urbanas, com acesso limitado a notícias e informações confiáveis e abrangentes⁹. Além de municípios sem a presença de veículos de notícias, as áreas que contam com poucos veículos também podem ser consideradas desertos de notícias, tendo em vista que muitos jornais tiveram suas distribuições reduzidas e, ou registraram quedas significativas na qualidade do material produzido.

Além do fechamento relevante de jornais, Abernathy (2016) também aponta que, devido à crise do setor, entre 2004 e 2016, mais de um terço dos jornais dos Estados

⁹ No original: “A community, either rural or urban, with limited access to the sort of credible and comprehensive news and information that feeds democracy at the grassroots level”. Disponível em: <https://www.cislm.org/what-exactly-is-a-news-desert/>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

Unidos mudaram de proprietários; alguns foram vendidos duas ou mais vezes durante esse período. A mudança de perfil dos proprietários de jornais trouxe mudanças significativas, segundo a autora. Os novos donos, em muitos casos formados por grupos de investimento, são focados em cortar gastos para recuperar o investimento na aquisição dos jornais, e não mantêm um compromisso igual com o jornalismo e com a comunidade (Abernathy, 2016).

Movimento similar é registrado no Brasil. De acordo com os dados da edição 2023 do Atlas da Notícias¹⁰, censo realizado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) para mapear a presença do jornalismo local no Brasil, apenas em 2023 mais de 79 veículos de jornalismo encerraram as suas atividades. O relatório realiza levantamentos desde 2017 e já somou 942 empresas fechadas nestes últimos anos. Um dos casos mais notáveis foi o da Editora Abril, até então o maior grupo editorial da América Latina que, além de demitir 177 jornalistas entre 2012 e 2016, solicitou proteção contra a falência em 2018, com dívida em cerca de R\$1,6 bilhão¹¹.

Atualmente, conforme o mesmo censo, os desertos de notícias brasileiros somam 2.712 cidades e 26,7 milhões de pessoas sem acesso a notícias sobre o lugar onde vivem. Os números foram ligeiramente melhores que os registrados no relatório de 2022 - em que foram registrados 2.968 desertos de notícias -, mas ainda são considerados alarmantes.

Os passarálhos, como são chamadas as demissões em massa de jornalistas, também se tornaram uma constante. Entre 2012 e 2018, segundo levantamento da agência de dados Volt Data Lab¹², foram pelo menos 7.817 profissionais de mídia demitidos no país, e destes 2.327 eram jornalistas. Os números podem ser ainda maiores, visto que existe escassez de informações e banco de dados por parte dos sindicatos e federações do setor¹³.

Enquanto as gigantes digitais (Google, Microsoft, Meta, Apple, etc.) se consolidam no mercado e atingem lucros exorbitantes¹⁴, os jornais frustram-se até mesmo

¹⁰ Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/dados/app/>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

¹¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/editora-abril-encerra-processo-de-recuperacao-judicial-1-25406880>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

¹² Disponível em: <https://passaralhos.voltdata.info/>. Acesso em: 30 de setembro de 2023;

¹³ Disponível em: <https://braziljournal.com/demissoes-no-jornalismo-ja-sao-noticia-velha/>. Acesso em: 30 de setembro de 2023;

¹⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/big-techs-ganharam-us-11-trilhao-em-valor-de-mercado-em-2023-diz-pesquisa/>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

com o faturamento online (Alves, 2019). Buscando competir e aderir à iminente digitalização, em um primeiro momento, as empresas jornalísticas lançaram edições digitais dos jornais impressos; já ao final do século XX, implementaram os modelos híbridos de acesso às edições digitais (com parte dos conteúdos disponíveis apenas para assinantes) e, na tentativa de reduzir custos, as empresas maiores passaram a integrar várias redações de diferentes veículos; por vezes, redações de impresso e on-line passaram a funcionar como uma só. Muda o layout das redações e se consolida mais uma reestruturação importante. Conforme Muller (2012):

O próprio layout das redações passou por modificações que, além de torná-las mais funcionais à operação integrada, correspondia à aplicação para a produção jornalística de princípios de gestão de processos industriais que sucederam ao taylorismo/fordismo, como as técnicas originalmente desenvolvidas no Japão e algo imprecisamente chamado de toyotismo, caracterizados pela produção flexível, pelo controle da qualidade total, pelo abastecimento *just in time* etc. (Muller, 2012, p. 160)

É nesse contexto, em que se mantém alguns resquícios do modelo fordista/taylorista (hierarquia entre funcionários, divisão entre editorias e processo produtivo dividido em etapas) que havia constituído as redações no século passado, e também com os aspectos trazidos pela flexibilização a partir da informatização e da digitalização, que surgem as redações de veículos inteiramente on-lines. São os portais jornalísticos criados especificamente para a internet, em um primeiro momento, formados por textos e fotos; e, posteriormente, cada vez mais multimídias, abarcando em seu conteúdo o conceito da convergência de mídia e do jornalista multifunção.

A partir da lógica de produção rápida e multimídia das redações 100% on-line ou integradas, se fortalece entre os empresários o ideal do funcionário multifunção - mas, é claro, sem multissalário (Lima *et al.*, 2022). Segundo Jorge (2007), as empresas passaram a buscar “um superjornalista, um hiperjornalista, um jornalista multimídia”, e exigir que este único profissional cuidasse de várias tarefas ao mesmo tempo, com domínio das diversas e cada vez mais recentes ferramentas digitais, muitas vezes lendo e escrevendo em mais de um idioma e com a agilidade que os prazos de uma redação demandam.

As empresas requerem um profissional com habilidades em multiplataformas, com destreza no uso da língua e das linguagens para produzir enunciados de acordo com os requisitos das diferentes plataformas e dos objetivos de consumo. Exigem que tenham habilidades no uso dos artefatos de navegação na Internet e atuação nas redes sociais; e maturidade intelectual para coletar, selecionar e organizar as informações disponíveis em abundância cada vez maior. (Figaro, Nonato, Grohmann, 2013, p. 14)

Outra característica das redações do século XXI é a juvenilização, um fenômeno observado por Figaro e Nonato (2017). Ao mesmo tempo que enxugam as redações com passarálhos, os empresários repõem parte do quadro de funcionários com profissionais cada vez mais jovens: saem os mais velhos e experientes, e entram os recém-formados, geralmente em vínculos de trabalho precários. “A juvenilização das redações é uma estratégia das empresas de comunicação para baratear custos, reduzir atritos e questionamentos ideológicos, éticos e trabalhistas” (Figaro; Nonato, 2017, p. 51).

Além disso, durante os anos de 2016 e 2017, as leis trabalhistas brasileiras passaram por modificações que aceleraram a desregulação e máxima flexibilização do mundo do trabalho, como Antunes havia descrito em 2011. Talvez o principal impacto sofrido pela classe trabalhadora foram as mudanças na lei da terceirização: a legislação passou a permitir a contratação terceirizada para atividades fins das empresas¹⁵. Em 2014, Harvey já havia explicado esta tendência dos mercados de trabalho: “reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (Harvey, 2014, p. 144).

Em suma, a flexibilização do mundo do trabalho trouxe precárias formas de contratação: menos registros na carteira de trabalho (CLT); os autônomos ganham por projetos, trabalhos ou textos; e as relações trabalhistas se transformaram completamente com a proliferação dos “PJs”, ou Pessoas Jurídicas (Figaro; Nonato, 2017). Segundo dados da pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al*, 2022), a precarização avançou significativamente nos últimos anos no país. No que se refere aos tipos de contratação, houve redução do volume de vínculos CLT e os arranjos precários (*freelancers*, prestação de serviços sem contrato, PJ e microempreendedor individual, o chamado MEI) chegam a 24%. Sobre a jornada de trabalho, o percentual de jornalistas com carga diária superior a 8h é alarmante: 42,2%.

Figaro e Nonato (2017) apontam que o jornalista atual pode trabalhar de todo local, desde que tenha em mãos um notebook e conexão à internet. O problema é que,

¹⁵ Aprovada em março de 2017, a Lei 13.429 liberou a terceirização para todas as atividades das empresas. A terceirização é quando uma empresa contrata outra para prestar determinados serviços. Até então, não havia uma legislação específica sobre a terceirização. Mas decisões da Justiça do Trabalho determinavam que a terceirização seria permitida apenas para as chamadas atividades-meio, ou seja, funções secundárias que não estão diretamente ligadas ao objetivo principal da empresa, como serviços de limpeza e manutenção. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-sanciona-com-3-vetos-projeto-da-camara-sobre-terceirizacao.ghtml>. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

pela facilidade de se trabalhar em qualquer espaço, inclusive em casa - como é o caso da maioria dos jornalistas *freelancers* com vínculos empregatícios precários -, muitas vezes o trabalhador precisa arcar com os próprios encargos trabalhistas. As autoras observam que “as relações de trabalho do jornalista se precarizam na mesma proporção que a profissão é mais requisitada por conta das transformações na sociedade da informação” (Figaro; Nonato, 2017, p. 49). O trabalho flexível também limita as possibilidades da vida pessoal dos jornalistas:

A chamada “flexibilidade” acaba por transferir aos trabalhadores o peso das incertezas do mercado. Como mão de obra maleável, seja em termos de horário, de jornada de trabalho ou de vínculo empregatício (como empregados temporários, precários ou trabalho autônomo), esses profissionais não têm podido planejar suas vidas em termos econômicos e em termos afetivos. (Figaro; Nonato; Grohmann, 2013, p. 46)

Os efeitos na vida pessoal e saúde dos jornalistas já é notório em diversas pesquisas e estudos recentes. De acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al*, 2022), 66,2% dos jornalistas disseram que se sentem estressados no trabalho e 31,4% já receberam indicação para tomar antidepressivos. O relatório conclui que “a precarização e a desvalorização da profissão fazem com que os profissionais enfrentem uma deterioração de sua saúde mental, sofrendo de ansiedade, estresse, depressão e *burnout*” (Lima *et al*, 2022, p. 196).

Lima (2015) sintetiza a precarização do trabalho em cinco fatores: a jornada de trabalho excessiva, a intensidade do trabalho, o vínculo precário, os salários baixos e os indícios de multifunção, e conclui que “os jornalistas brasileiros vivem uma gravíssima situação de adoecimento, gerada por uma combinação de todos esses fatores” (Lima, 2015, p. 223). O autor fala em adoecimentos tanto físicos quanto mentais, impulsionados pela crise econômica e política-editorial das tradicionais empresas jornalísticas, e pela pressão que os trabalhadores sofrem devido à crescente concorrência com as plataformas digitais.

Nicoletti (2019) destaca também como indicadores da precarização os casos de assédio moral, desestruturação das relações de trabalho e o enfraquecimento da categoria de forma organizada. Diante desse cenário, o desgaste emocional e físico gerado pelo exercício da profissão de jornalista se tornou uma constante na vida dos trabalhadores, conforme estudos realizados por Dantas (2019). O adoecimento emocional leva ao desgaste físico, dificuldades para dormir, uso de medicamentos entre outras coisas que se

tornaram parte da rotina dos profissionais e, além disso, conforme a autora, a enorme demanda de informações em pleno século XXI tem gerado exaustão aos profissionais, devido a necessidade de atualização constante.

O pesquisador e psicólogo Roberto Heloani (2005), pioneiro nos estudos brasileiros sobre saúde dos jornalistas, realizou uma investigação acerca da qualidade de vida do jornalista no início do século XXI e indicou a incidência de problemáticas psíquicas relacionadas ao trabalho. Segundo o autor, "a experiência clínica nos leva a supor que o estresse nesta área advém, sobretudo, do trabalho que faz do jornalismo uma profissão de risco e também de morte precoce" (Heloani, 2005, p. 154). Em entrevista para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo¹⁶, Heloani (2013) discorreu sobre o estado de saúde dos comunicadores:

Hoje os jornalistas enfrentam um grau de estresse que beira a exaustão (...). E a quase exaustão propicia, se não cuidada, os AVCs. É um estresse que fugiu do controle, está crônico. Ele dá indícios que pode te levar ao hospital. (...) Alguns já falam que pensaram em fazer outra faculdade, falam que o tempo de jornalista é curto. Mas isso aos 40 anos. Porque ele já começa a ter consciência de que só aguenta esse ritmo até certo ponto e não é brincadeira. Você vê uma categoria cada vez mais jovem e é óbvio que, para trabalhar nesse ritmo, só sendo jovem mesmo. (Heloani, 2013)

O adoecimento profissional é tema dos estudos do pensador contemporâneo Byung-Chul Han (2018). Para o autor, o século XXI é marcado por uma sociedade do cansaço em que a precarização das relações de trabalho, aliada a uma cobrança por desempenho, criam um cenário de esgotamento, auto exploração e adoecimento, resultando na proliferação das doenças neurais: a depressão, a Síndrome de *Burnout* e o Transtorno de Déficit de Atenção com Síndrome de Hiperatividade (TDAH). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS)¹⁷, 4,4% da população global sofre de depressão e 3,6% de ansiedade e ambas são os transtornos mentais mais comuns do século XXI.

Além do adoecimento físico e mental, os jornalistas também enfrentam as consequências do chamado sofrimento ético. O pesquisador Thales Vilela Lelo (2019) realizou uma pesquisa em 2016 com o objetivo de aferir o sofrimento ético no trabalho jornalístico. Por meio de 15 entrevistas semiestruturadas com repórteres do estado de São

¹⁶ Disponível em: <https://novo.sjsp.org.br/estresse-dos-jornalistas-beira-a-exaustao-diz-pesquisador/>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf>. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

Paulo, o autor colheu relatos de 10 jornalistas que se sentiram coagidos a publicar notícias tendenciosas, ou que acreditam terem sido demitidos por recusarem publicar informações imprecisas. Em suas conclusões, Lelo (2019) enfatiza que a precarização do ambiente de trabalho tem relação direta com casos de violações do código de ética, e como resultado a saúde dos jornalistas pode ser seriamente afetada:

São os ambientes de trabalho mais insalubres (em função do descumprimento de leis trabalhistas) que amiúde se orientam unicamente por preceitos comerciais e, portanto, aqueles que menos se preocupam com a satisfação de sua equipe e com a ética jornalística – afinal, produzir materiais áudio-verbo-visuais com um quadro enxuto e sob o ritmo do tempo real, típico das redações digitais, implica necessariamente em relativizar fundamentos caros aos códigos profissionais. Por conseguinte, são também nestes espaços que se proliferam mais agudamente os desequilíbrios à saúde de repórteres e editores que desejam atuar conforme os fundamentos deontológicos do campo, mas que sentem que tal conduta seria inconciliável com as diretrizes que norteiam as redações que os admitiram. (Lelo, 2019, p. 15)

Entre os 10 jornalistas que relataram terem sido coagidos a infringir os fundamentos éticos da profissão, sete tiveram que procurar auxílio médico e terapêutico para tratar de doenças que acreditam terem sido fruto das experiências de sofrimento no trabalho: “este fenômeno, indevidamente negligenciado pela literatura especializada (...), vem engendrando, ao longo da história, efeitos danosos nas carreiras dos trabalhadores”. (Lelo, 2019, p. 17).

Além das violações éticas, a visão mais mercadológica da profissão também é terreno fértil para erros e disseminação de um jornalismo de menor qualidade. Figaro e Nonato (2017) apontam que, com o imediatismo funcionando como um valor de mercado, perde-se o tempo necessário para a pesquisa, apuração e grandes reportagens investigativas. Erros tornam-se comuns e frequentes, e muitas vezes não há tempo sequer para identificá-los e corrigi-los. As autoras acreditam que as falhas são sintomas de um problema ainda mais complexo e grave: o fenômeno do “empacotamento” da notícia, isto é, a notícia feita e entregue conforme o que agrada o leitor (no caso, o cliente). “O jornalismo, nesse sentido, deixa definitivamente de ser o discurso próprio da *polis*, da democracia, aquele que coloca os cidadãos em pé de igualdade (informativa) para tomar decisões sobre a ‘cidade’ (Figaro; Nonato, 2017, p. 53).

Nesse sentido, outra preocupação relativamente recente é a inovação e proliferação das ferramentas de inteligência artificial (IA), como o já popular ChatGPT¹⁸, que trouxeram “transformações rápidas e sem precedentes”¹⁹ à produção jornalística de modo que as tecnologias de IA já são consideradas “parte indispensável do campo da mídia que deve levar a transformações radicais no campo do jornalismo”²⁰ (Ali; Hassoun, 2019, p. 40-41, tradução nossa). De acordo com Alcântara (2023, p. 83), a “IA pode ser definida como a capacidade de uma máquina ou computador executar tarefas que requerem inteligência humana, como aprendizado, raciocínio e resolução de problemas”.

Em junho deste ano, o Grupo Globo, o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e um dos maiores do mundo, anunciou uma atualização de seus princípios editoriais em que incluiu uma seção sobre o uso da IA no exercício do jornalismo²¹. No texto, a empresa disse que pretende incentivar a aplicação da tecnologia em trabalhos que possam facilitar os processos de apuração, produção e exibição das notícias. A medida do conglomerado brasileiro acompanha um movimento similar feito por grandes veículos internacionais, como por exemplo os casos do jornal norte-americano The New York Times²², do britânico The Guardian²³, e da agência de notícias norte-americana Associated Press²⁴.

Os estudos voltados ao assunto vêm crescendo nos últimos anos e apresentam diversidade de opiniões dos pesquisadores em relação aos benefícios e problemáticas das ferramentas de IA (Calvo-Rubio; Ufarte-Ruiz, 2021). Parte dos pesquisadores argumentam que o jornalismo não corre risco e apenas passa por mais um processo de mudança e adaptação (David, 2015), e relatam inúmeros benefícios trazidos pelo chamado “jornalismo automatizado”, como auxílio na disseminação de informações e no

¹⁸ A plataforma de inteligência artificial ChatGPT, lançada no início de 2022, registrou 2,4 bilhões de acessos em todo o mundo somente em janeiro de 2024. O Brasil é o quarto país que mais utiliza a ferramenta. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/brasil-e-o-4o-pais-que-mais-usa-chatgpt-no-mundo-conheca-o-top-10/>. Acesso em: 23 de julho de 2024.

¹⁹ No original: “Recently, the journalistic landscape has undergone rapid and unprecedented transformations, due to artificial intelligence innovation” (Ali; Hassoun, 2019, p. 40).

²⁰ No original: “the use of AI technologies has become an indispensable part of the field of media that has led to radical transformations in the field of journalism” (Ali; Hassoun, 2019, p. 41).

²¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/06/27/grupo-globo-incorpora-recomendacoes-para-o-uso-de-inteligencia-artificial-aos-principios-editoriais.ghtml>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

²² Disponível em: <https://www.nytimes.com/press/introducing-the-ai-initiatives-team/>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

²³ Disponível em: <https://www.theguardian.com/help/insideguardian/2023/jun/16/the-guardians-approach-to-generative-ai>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

²⁴ Disponível em: <https://www.ap.org/solutions/artificial-intelligence/>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

combate à desinformação (Cabral, 2022), e a própria realização de tarefas simples pela inteligência artificial, como coleta de dados, o que facilita a produção jornalística e concede mais tempo para que os jornalistas se dediquem ao aprofundamento das pautas (Alcântara, 2023).

Em relação aos aspectos desfavoráveis trazidos pela tecnologia, os pesquisadores apontam que as ferramentas de IA podem causar de uma crise de desemprego no setor (Bostrom, 2014), com profissionais sendo eventualmente substituídos por algoritmos e robôs que escrevem matérias emulando a escrita dos jornalistas. Conforme explica Alcântara (2023), tarefas que antes eram executadas por jornalistas, como produção de notícias ou criação de conteúdo para redes sociais, podem ser automatizadas, o que pode resultar na redução de empregos.

Além disso, as pesquisas evidenciam um possível comprometimento da integridade jornalística, já que as tecnologias não têm capacidade de formular questionamentos e formar opiniões na mesma forma e complexidade que os jornalistas humanos (Calvo-Rubio; Ufarte-Ruiz, 2021). Ademais, ao permitir uma automatização da coleta e verificação de informações, cresce a possibilidade de se criar “conteúdo tendencioso e levantar questões éticas, levando a uma dependência excessiva e à falta de pensamento crítico e criatividade entre os jornalistas” (Alcântara, 2023, p. 107). É por isso que, segundo Christofolletti (2019), a crise do jornalismo não se restringe à questão financeira, como veremos nos próximos tópicos.

1.3 A feminização do jornalismo, que permanece masculino

Diante do panorama de precarização do trabalho jornalístico, também é necessário levar em consideração as relações de gênero, visto que desempenham papel relevante nas redações. Cerca de 58% dos profissionais de jornalismo no país são mulheres (Lima *et al*, 2022). Em Mato Grosso do Sul, segundo censo 2019 do Sindjor-MS²⁵, 51% dos

²⁵ O censo realizado em 2019 pelo Sindjor-MS não teve seus resultados divulgados para o público. Os resultados da pesquisa, em link do Google Forms, foram cedidos pelo Sindicato para auxiliar em nossa pesquisa. O censo foi feito por meio de formulário na plataforma Google Forms, e é importante ressaltar que não houve qualquer rigor científico em seu método de pesquisa. Contudo, consideramos que são dados úteis pois ajudam a traçar um pouco do panorama do perfil e das condições de trabalho dos jornalistas sul-mato-grossenses, ainda mais considerando a escassez de relatórios desse tipo na região. Foram coletadas 219 respostas de jornalistas espalhados pelo estado de Mato Grosso do Sul, que responderam às perguntas de maneira voluntária após o Sindicato divulgar o endereço eletrônico do formulário em seu site e redes sociais.

jornalistas atuando no estado são mulheres. Nem sempre foi assim. Até poucas décadas atrás, a profissão era predominantemente masculina. A transformação no perfil de gênero dos jornalistas com carteira assinada começou a ocorrer entre meados da década de 1980 e o início dos anos 2000. Dados do Ministério do Trabalho, compilados pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)²⁶, revelam que o número de registros de jornalistas mulheres aumentou em 54,1% entre 1986 e 2002 (passando de 6.176 para 9.521), isto é, 3.345 novos postos de trabalho; enquanto o aumento dos registros de jornalistas homens foi de apenas 2,01%²⁷ (de 11.214 para 11.440).

Para Figaro (2018), essa mudança de perfil pode ser explicada por vários fenômenos registrados no período, desde a urbanização e o crescimento da população feminina, até o aumento da formação de nível superior entre as mulheres, a crescente relevância da comunicação na sociedade contemporânea e a chegada da internet. As pesquisadoras Paula Melani Rocha e Karina Janz Woitowicz (2017) pontuam, contudo, que o ingresso das mulheres no jornalismo não foi fácil e nem livre de obstáculos. Na verdade, foi marcado por lutas, disputas e resistências:

Falar sobre feminização do jornalismo implica reconhecer também as lógicas de precarização do trabalho que recaem sobre jornalistas, especialmente mulheres. Somadas à crescente juvenização da profissão, tais condições perpetuam e, em certa medida, acentuam as diferenças entre homens e mulheres no exercício do jornalismo. (Rocha; Woitowicz, 2017, p. 10-11).

A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, em todas as áreas, não foi acompanhada de igualdade entre os gêneros. O que se observa nos postos de trabalho é uma discrepância entre as remunerações de homens e mulheres, mesmo quando atuam em funções idênticas. Além disso, as mulheres tendem a ocupar cargos inferiores na hierarquia das carreiras e têm mais dificuldade para ascensão profissional. Conforme Souza-Lobo (2011): “A subordinação de gênero manifesta-se na divisão sexual do trabalho através das desigualdades de salários e da desqualificação das funções femininas” (Souza-Lobo, 2011, p. 174).

Segundo Pontes (2017), as jornalistas têm menor possibilidade de acesso ao plano de saúde, visto que o acesso ao benefício é mais comum conforme maior a renda. Elas

²⁶ Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/12/03-numero_jornalistas.doc. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

²⁷ É preciso considerar que os jornalistas homens foram afetados por mais de 2 mil demissões no período de crise (de 1990 a 1993), porém, como destaca o relatório da Fenaj, o nível elevado de postos de trabalho masculinos não foi recuperado mesmo com o retorno das contratações a partir de 1994.

também estão abaixo dos jornalistas homens quando o assunto é participação nos lucros e auxílio à qualificação. E os homens detêm mais chances de conseguir melhores salários em cada uma das funções desempenhadas pelos jornalistas. Como resultado da desigualdade estrutural, as jornalistas que trabalham na redação estão mais descontentes do que seus colegas em todos os quesitos.

A precarização das condições de trabalho parece ter mais impacto na vida das jornalistas mulheres, pois “elas ganham menos, trabalham mais, estão mais suscetíveis a assédio, têm menos chances de chegar a cargos de chefia e têm mais responsabilidades familiares” (Dantas, 2019). Além disso, o assédio moral e sexual é observado, com mais ênfase, entre jornalistas mulheres. Figaro (2018) destaca que há uma forte percepção de discriminação profissional entre mulheres.

As pesquisadoras Janaina Lopes de Amorim e Thaisa Bueno (2019) realizaram uma investigação, utilizando a metodologia Estado da Arte, sobre os estudos relacionados ao assédio sexual e moral sofrido por mulheres jornalistas no país. Entre outros resultados, elas verificaram uma escassez de trabalhos que abordem o tema no Brasil, mas destacam que “todos os estudos mapeados nesse levantamento apontam que essa é uma prática recorrente nas redações em várias partes do Brasil” (Amorim; Bueno, 2019, p. 167).

Dados de pesquisas realizadas nos últimos anos corroboram a afirmação: o relatório Mulheres no jornalismo brasileiro²⁸, realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e pela consultoria Gênero e Número em parceria com o Google News Lab mapeou o assédio às profissionais de imprensa, por fontes de informação e nas redações. A partir de entrevistas com grupos focais de jornalistas em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre, e de um questionário respondido por 477 profissionais que atuam em 271 veículos diferentes, a pesquisa indicou que 84% das mulheres consultadas já sofreram algum tipo de violência psicológica e 65,7% afirmam ter tido sua competência questionada por colegas ou superiores e 58% já sentiram que foram prejudicadas a distribuição de tarefas no ambiente de trabalho por serem mulheres. Sobre abuso de poder de chefes ou fontes, 64% revelaram que já tiveram alguma experiência do tipo. E a vasta maioria, 86%, admitiram já ter passado por pelo menos uma situação de discriminação de gênero no trabalho.

²⁸ Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

Já um levantamento de 2018 organizado pelo Coletivo de Mulheres Jornalistas do Distrito Federal (SJPDF)²⁹ apontou que 74,3% das mulheres jornalistas brasileiras já sofreram assédio sexual durante o exercício da profissão. O problema é tão comum que, também em 2018, cerca de 50 jornalistas brasileiras lançaram um manifesto em defesa do trabalho das mulheres no jornalismo esportivo, o “Deixa Ela Trabalhar”. O protesto surgiu após uma série de agressões sofridas por jornalistas durante a cobertura de eventos esportivos, sendo o mais notório o que envolveu a repórter Bruna Dealtry durante uma transmissão, ao vivo, da partida Vasco da Gama e Universidad do Chile, pela Libertadores. A jornalista do canal de TV Esporte Interativo foi beijada, à força, por um torcedor. Visivelmente constrangida, ela afirmou que a agressão “não foi legal”, e continuou a transmissão³⁰. Dois anos antes, em 2016, um outro caso de assédio repercutiu e ganhou força nas redes sociais: uma repórter do Portal iG sofreu agressões verbais do cantor Biel, o que gerou indignação nas redes e deu origem ao movimento on-line Jornalistas Contra o Assédio, agrupado na hashtag #JornalistasContraOAssedio (Ramires, 2020).

Os números, os relatos e os protestos das jornalistas nos últimos anos evidenciam que existe uma “coerção para submissão”. Segundo Figaro (2018), fica claro que, para que as jornalistas mulheres possam manter o emprego, devem aceitar a submissão e a dominação. Além disso, se os casos de assédio moral e sexual são tão comuns e numerosos, significa que contam com a conivência dos colegas e superiores no ambiente de trabalho. Para entender como e por que esse tipo de tratamento com as jornalistas é aceito, a autora defende que é necessário compreender a situação da mulher no sentido “do que significa o poder sobre o corpo feminino e o controle dele no sentido da perpetuação da estrutura social e da lógica da exploração do mercado” (Figaro, 2018, p. 581). Ela continua:

São atitudes e comportamentos naturalizados que colocam a mulher em lugar inferior, subalterno, o que justificaria o trabalho redobrado, jornadas duplicadas e extensas, o papel de cuidadora do lar e dos filhos, entre outras responsabilidades caracterizadas como da mulher. Mas, além desses aspectos, o imperativo é o da dominação de classe por meio da submissão da personalidade, da exploração do tempo, da descaracterização do espírito de cidadania e de autonomia da mulher. Como força de trabalho mais barata,

²⁹ Disponível em: <https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/3846-pesquisa-aponta-que-mais-de-70-das-jornalistas-ja-sofreram-assedio-sexual-durante-o-trabalho>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

³⁰ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/libertadores/noticia/2018/03/reporter-do-esporte-interativo-e-beijada-por-torcedor-e-desabafa-nas-redes-sociais-cjercsz4m02zo01r4esxa8b25.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

submissa e reprodutora do status quo, a mulher – e, no caso, a mulher jornalista – torna-se ou vítima dessa estrutura ou vítima e guardiã dela. (Figaro, 2018, p. 582)

Em seu livro “A classe operária tem dois sexos” (2011), Elisabeth Souza-Lobo discute a chamada divisão sexual do trabalho que, segundo ela, “constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação de gênero dominação” (Souza-Lobo, 2011, p. 174). Para Ramires (2020), a divisão sexual do trabalho hierarquiza as funções, sempre valorando como superior o trabalho dos homens. Neste sentido, a pesquisadora Marcia Veiga da Silva (2014) defende que o jornalismo é constituído de gênero, e o gênero do jornalismo é o masculino, o que significa, entre muitas outras coisas, que na prática jornalística os atributos de gênero são determinantes para as posições que os profissionais ocupam na hierarquia das empresas, como também para o reconhecimento entre os colegas (Veiga da Silva, 2014).

A autora constatou que nos sentidos atribuídos às performances profissionais, comportamentos pessoais e relacionamentos de trabalho, gênero é “imiscuído como um valor de distinção, e não suprime ou descarta outros atributos pessoais ou profissionais, mas também os constitui” (Veiga da Silva, 2014, p. 131). Se referindo aos locais de produção jornalística que observou em sua pesquisa, ela explica que:

Gênero era constituinte não só das pessoas, mas também das notícias e da própria organização, uma vez que todo o processo produtivo, assim como a empresa, possuía uma hierarquia cujo topo – valor, poder e prestígio – era ocupado pelos atributos de gênero convencionalmente associados ao masculino (Veiga da Silva, 2014, p. 163).

Durante seus estudos, a pesquisadora concluiu que o gênero é um valor de distinção para o desempenho profissional e pessoal dos jornalistas, o que significa que pessoas com atributos valorados femininos têm mais dificuldade de receber promoções e de conquistar o reconhecimento dos colegas; e os valores atribuídos aos gêneros também norteiam a produção de notícias e a distribuição das reportagens, fazendo com que pautas consideradas “femininas” recebam menos destaque e tenham valor-notícia considerado inferior, enquanto pautas valoradas “masculinas”, além de maior destaque na programação, são destinadas em sua maioria a profissionais homens.

Sant’Anna (*apud* Figaro, 2018, p. 579) cita a discriminação da jornalista em suas rotinas de trabalho. A elas são destinadas pautas de menor relevância e sempre são

destacados os valores da aparência para que se dê destaque a uma profissional. O autor afirma:

(...) a jornalista mulher sofre, inclusive, discriminações quanto ao conteúdo das reportagens. Temas considerados de maior complexidade ou que potencialmente terão maior impacto na opinião pública são canalizados, numa forma de privilégios, aos jornalistas do sexo masculino. A estética, principalmente na televisão, é outra forma de segregação. Mulheres negras, gordas, ou mulheres tidas como feias, que não atendam ao standard anglo-caucasiano, não encontram tanta oportunidade de trabalho como repórteres em emissoras de TV quanto aquelas que atendem aos padrões de estética machistamente estabelecidos. (Figaro, 2018, P. 579 *apud* Sant'anna, 2002, p. 13)

Apesar da feminização do jornalismo brasileiro, marcada pelo espaço conquistado pelas mulheres no mercado de trabalho e na produção jornalística como um todo, o jornalismo ainda é uma produção de conhecimento que reproduz relações de gênero e poder hegemonicamente prevalentes na cultura (Veiga da Silva, 2014), e o lugar tomado pelas mulheres nas redações e assessorias de imprensa não refletiu em avanços na igualdade dos direitos trabalhistas. Veiga da Silva (2014) defende a ideia de que o gênero do jornalismo é masculino, o que significa que as jornalistas mulheres enfrentam não só os obstáculos de um ambiente de trabalho precarizado e desigual, mas também as dificuldades de emplacar suas visões de mundo, opiniões e valores nos processos de produção de notícias em todas as suas instâncias.

Até mesmo durante a pandemia de Covid-19, emergência de saúde que afetou todo o planeta, as mulheres jornalistas sofreram mais que os colegas de trabalho homens. Uma pesquisa coordenada pela pesquisadora Roseli Figaro *et al.* (2021), intitulada “*Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?*”, do Centro de Pesquisa em Comunicação & Trabalho (CPCT), averiguou que as mulheres jornalistas experienciaram maior esgotamento devido à necessidade de equilibrar home office e cuidados com casa, filhos e alimentação. “Parece que temos vergonha de falar que a jornalista sofre demandas – gestão do lar, filhos, família – de uma sociedade ainda bastante atrasada”, afirmou a autora em entrevista ao Observatório da Ética Jornalística³¹, em setembro de 2020.

1.4 Covid-19 e a aceleração da precarização

³¹ Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2020/09/01/roseli-figaro-mulheres-jornalistas-sao-as-que-mais-sofrem-na-pandemia>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

Além do cenário de precarização já exposto, a partir de 2020 surge um novo desafio que causou novas reestruturações nos processos de trabalho: a pandemia de Covid-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o início da pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Para conter a propagação do vírus e das mortes que começavam a se alastrar por diversos países, a OMS recomendou medidas de distanciamento social. Países como China, Itália e Espanha decretaram um regime de lockdown: um “fechamento total” imposto pelo governo em que a população fica impedida de sair de suas casas para atividades consideradas não essenciais.

No Brasil, as recomendações do governo federal sobre distanciamento foram confusas e contraditórias (Nicoletti; Flores, 2021). Em fevereiro e março de 2020, decretos do governo federal definiram medidas para enfrentamento da emergência de saúde e estabeleceram como essenciais as atividades e os serviços relacionados à imprensa e comunicações. Isto significa que, mesmo nos casos de isolamento ou quarentena, profissionais da imprensa deveriam continuar trabalhando para resguardar os serviços de comunicação.

São consideradas essenciais as atividades e os serviços relacionados à imprensa, por todos os meios de comunicação e divulgação disponíveis, incluídos a radiodifusão de sons e de imagens, a internet, os jornais e as revistas, dentre outros. (Decreto 10.288/2020)

Além das dificuldades em enfrentar os impactos sociais e econômicos de uma crise de saúde pública sem precedentes na história mundial recente, os jornalistas ainda trabalharam para cobrir e reportar os eventos. O relatório *Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano de pandemia da Covid19?*, coordenado por Figaro (2021), ajudou a desvendar parte da experiência dos jornalistas brasileiros durante o período da pandemia. Entre 5 a 30 de abril de 2021, 994 profissionais, espalhados por 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal e dois países (um respondente do México e outro da Holanda), responderam voluntariamente ao questionário. Os resultados coletados mostram, por exemplo, que na maioria dos casos (68%) os jornalistas passaram a trabalhar em regime de home office, enquanto outra parte trabalhou em modalidade mista (20%) e outros mantiveram-se no trabalho presencial (11%). Cerca de 25% da amostra teve algum tipo de perda salarial durante a pandemia, incluindo casos de demissão, suspensão do contrato de trabalho e perda de clientes; e 68% indicam que houve um aumento no ritmo do trabalho.

Em relação à saúde, até 30 de abril de 2021 pelo menos 20% dos profissionais brasileiros havia se infectado com o vírus da Covid-19 e 68% declarou ter adoecido, o que inclui a infecção pelo novo coronavírus e também outras complicações e sintomas, como distúrbios de sono, irritação, medo, insegurança e depressão. Como uma emergência de saúde grave, a pandemia exigiu mais dos profissionais de comunicação. Além da cobertura da pandemia, com suas atualizações e relatórios diários, os profissionais também tiveram que lidar com as complicações trazidas pela doença. Segundo relatório da Fenaj³², para a maioria dos entrevistados (55,5%) com a pandemia aumentou a pressão no trabalho, com acúmulo de tarefas, sobrecarga de horário e cobrança por resultados. A maioria (75,2%) trabalhou em home office enquanto 24,8% segue trabalhando presencialmente. E apenas nos primeiros três meses de 2021, morreram mais jornalistas vítimas da Covid-19 do que em todo ano de 2020.

Um levantamento realizado pelo Sindicato de Jornalistas de Mato Grosso do Sul³³ mostra um pouco da realidade enfrentada pelos profissionais da imprensa sul-mato-grossense. Até junho de 2021, pelo menos 200 jornalistas do estado haviam sido diagnosticados com Covid-19, e oito profissionais haviam falecido em decorrência da doença. Além disso, a maioria dos trabalhadores consultados pelo censo relatou ter sentido sintomas psicológicos como ansiedade (76,4%), irritação e nervosismo (60,8%), desânimo (63,5%), medo (59,5%), baixa imunidade (19,6%) e depressão (20,9%). Cerca de 62,8% dos respondentes disseram que a profissão representou aumento do risco para a saúde, e 45,9% afirmaram que sua carga horária de trabalho aumentou durante a pandemia.

Como não houve uma política uniforme de confinamento no país, as empresas tiveram certa liberdade para definir quais práticas e medidas de prevenção iriam aderir. Em Campo Grande, segundo informações do Sindjor-MS, parte das redações adotou o regime de teletrabalho de maneira parcial, criando rodízios entre os funcionários. As medidas ficaram em vigor, em muitos casos de maneira intermitente, entre 2020 a 2022.

O trabalho em home office, apesar de uma medida de segurança eficaz e recomendada pela OMS, também desencadeou alguns problemas. Como já abordado

³² Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/06/pesquisa-covid-2020.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

³³ Disponível em: <http://www.jornalistasms.org.br/2021/06/cerca-de-200-jornalistas-foram.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

neste capítulo, pode haver ônus para os trabalhadores, já que trabalhar em casa requer recursos à disposição: internet de boa qualidade, energia elétrica, equipamentos eletrônicos e móveis adequados. Todos esses custos recaíram, na maioria dos casos, nos profissionais (Apolonio *et al.*, 2020), muitos destes que já haviam registrado perdas salariais importantes. Além disso, o teletrabalho não blindou os jornalistas dos outros impactos gerados pela crise, como insegurança e assédios:

(...) mesmo sendo um privilégio para muitos, trabalhar de casa não impediu que os comunicadores adoecessem em razão do excesso de trabalho e de preocupações. Nem afastou os temores e medos relativos ao desenvolvimento da pandemia, ao desemprego, à crise econômica e política do País e à morte de familiares e amigos. Ou evitou assédios morais, a invasão de privacidade e experiências constrangedoras de diferentes ordens. (Figaro, 2021 *et al.*, p. 144)

Conforme estudo promovido por Barros *et al.* (2021, p. 11), o ritmo e a jornada de trabalho em regime de *home office* se “densificaram e intensificaram a ponto de se cobrar uma disposição intermitente do trabalhador para a realização de tarefas, as quais são demandadas a qualquer momento sem o respeito à jornada de trabalho formal”. Afazeres de trabalho e atividades da vida cotidiana se imiscuíram de tal forma que os trabalhadores perderam a autonomia da própria rotina, em especial as mulheres, já encarregadas dos cuidados domésticos:

Tal sistema controverso afluou ainda mais os dilemas sobre a gestão do trabalho como o aumento das demandas laborais (sem deslocamentos territoriais), cuja jornada se intensificou em um ato *continuum*; a fusão do tempo destinado ao trabalho ao de descanso; a invasão do espaço privado da casa pelo trabalho e a sobreposição da atividade profissional nos cuidados domésticos e familiares que, pelo patriarcalismo algoz, recaí muito mais nas mulheres jornalistas. Tudo isso foi agravado por uma série de temores advindos com a pandemia: desemprego, diminuição de renda, perda de entes e pessoas próximas e o perigo da contaminação pelo vírus, o que resultou em constrangimentos nas relações de comunicação e trabalho (a rivalidade entre quem está em *home office* e presencialmente, por exemplo) e em adoecimentos gerados pela tensão do trabalho. (Barros *et al.*, 2021, p. 17)

Outra consequência do *home office* imposto pela pandemia foi a aceleração de uma transformação produtiva que há anos já vinha se materializando na rotina dos profissionais de comunicação: uma dependência dos dispositivos eletrônicos e dos meios digitais para a realização das funções laborais. Aplicativos que antes auxiliavam no processo jornalístico passaram a integrar o começo, meio e fim da produção da notícia. E, como os trabalhadores estão constantemente conectados ao celular e à internet, o fim do expediente muitas vezes deixou de existir: “o WhatsApp e o email são ferramentas de

trabalho que extrapolam o tempo/espaço regulado pelas leis trabalhistas e invadem a vida e a casa de todos” (Figaro, 2021 *et al.*, p. 143).

Crary (2016) argumenta que no capitalismo tardio e a partir da chegada e permanência das plataformas digitais no cotidiano das casas e dos ambientes de trabalho, tornou-se plausível a ideia de trabalhar sem pausa, sem limites, visto que “o tempo para o descanso e a regeneração dos seres humanos é simplesmente caro demais para ser estruturalmente possível no capitalismo contemporâneo” (Crary, 2016). Confinados em casa devido à pandemia de Covid-19 e trabalhando dentro do próprio espaço doméstico - no mesmo espaço onde realizam suas atividades corriqueiras e de lazer -, os jornalistas passaram a viver o “trabalho 24/7”, na definição de Crary (2016). Nesse contexto, os conceitos de tempo e espaço se transformaram e o uso das plataformas digitais passaram a se confundir e se fundir entre as atividades públicas e privadas, entre as atividades do cotidiano e as atividades profissionais:

Hoje, os domínios da comunicação, bem como da produção e da circulação de informação, operando permanentemente, penetram em todos os lugares. O alinhamento temporal do indivíduo com o funcionamento de mercados, em desenvolvimento há dois séculos, tornou irrelevantes as distinções entre trabalho e não trabalho, entre público e privado, entre vida cotidiana e meios institucionais organizados. Sob essas condições, continua sem controle a financeirização implacável de esferas previamente autônomas de atividade social. O sono é a única barreira restante, a única “condição natural” persistente que o capitalismo não pode eliminar. (Crary, 2013, p. 58)

O “trabalho 24/7” ajuda a desvendar como e por que surgiu a constante sensação de cansaço, estresse e pressão que os jornalistas enfrentaram durante a pandemia de Covid-19 (Figaro, 2021 *et al.*), ainda que esses sintomas não sejam novidade no ofício do jornalismo. Desde 2005, em seus estudos sobre as condições de trabalho e a saúde mental dos profissionais da comunicação, Heloani já dizia que a deterioração da qualidade de vida no trabalho havia se banalizado e se naturalizado, ao ponto do “trabalhador-jornalista se ver forçado a negociar a sua força de trabalho para a sua subsistência” (Heloani, 2005). Já naquela época, Heloani pesquisava os efeitos da substituição do “homem pela máquina” e os danos à saúde que a mudança estava causando:

As organizações, pressionadas pelo processo de globalização, substituem cada vez mais o homem pela máquina, implementam novas tecnologias e obrigam o jornalista a adaptar-se freneticamente a elas. Assim sendo, o seu corpo, que é o seu instrumento de trabalho, se “ressente” e a sua mente se “surpreende” como se pode inferir por meio da observação dos consideráveis níveis de estresse. (Heloani, 2005, p. 165)

Voltando aos anos 2020, no período da pandemia e no contexto do trabalho de home office, pode-se concluir que a ausência de legislação que garanta uma jornada de trabalho adequada, a escassez de ferramentas e materiais adequados e as mudanças repentinas no ambiente de trabalho foram fatores que não só transformaram a rotina dos jornalistas como também causaram impactos significativos na saúde mental desses profissionais (Apolonio *et al*, 2020). Os jornalistas também tiveram que lidar com o medo de adoecer. Enquanto o distanciamento social continuava a ser a recomendação da OMS para a prevenção da doença, parte dos trabalhadores - aqueles que não tiveram a opção de adotar a modalidade de home office ou os que estavam em regime de revezamento - iam às ruas para trabalhar e reportar os acontecimentos.

O sentimento de “medo” foi um tema recorrente entre os comunicadores, em que se destacam os receios relacionados aos riscos da doença, tanto para si mesmos quanto para familiares e amigos. Mas além do medo de adoecer e morrer em decorrência da Covid-19, os jornalistas também sentiram medo do desemprego e temeram pela condução da crise sanitária no país, diante da falta de vacinas (Figaro, 2021 *et al.*).

Em Campo Grande, o Sindjor-MS encabeçou uma campanha regional pela vacinação da categoria, ao encontro do movimento criado pela Fenaj. Em 09 de junho de 2021, a entidade nacional, em parceria com os sindicatos em todo o Brasil, promoveu o “Dia Nacional de Luta pela Vacinação dos Jornalistas”³⁴. A campanha em Campo Grande contou ainda com ato na Câmara Municipal e reuniões com o Ministério Público, porém a demanda da categoria não foi atendida, e os jornalistas não receberam a imunização de maneira prioritária. Enquanto isso, a cidade registrava pelo menos 200 casos de jornalistas com Covid-19 com 30 profissionais em intervenção hospitalar³⁵.

Em meados de 2021, algumas redações voltaram a adotar o regime presencial, e os jornalistas se queixaram: segundo apuração do Sindjor-MS, apenas 67,6% das empresas cumpriu as medidas de distanciamento social e prevenção durante a maior parte da pandemia, enquanto 12,2% cumpriu apenas durante metade da pandemia e 12,8% na

³⁴ Disponível em: <http://www.jornalistasms.org.br/2021/06/jornalistas-promovem-dia-nacional-de.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

³⁵ Disponível em: <http://www.jornalistasms.org.br/2021/06/cerca-de-200-jornalistas-foram.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

maior parte da pandemia. E 39% das empresas não custearam os testes de Covid-19 para seus funcionários e só 16,9% das instituições realizaram o procedimento.

A pesquisa coordenada por Figaro (2021) mostra que a maioria dos jornalistas sentiu mudanças relevantes na rotina do trabalho. Eles expressam preocupação com o excesso de responsabilidades que assumiram desde o início da crise sanitária, falam da jornada ininterrupta, do cansaço, esgotamento e dificuldade de concentração. Além disso, a categoria sente desmotivação, dificuldade de se desligar das atividades devido ao uso constante dos aparelhos digitais, e a percepção de que o trabalho aumentou enquanto o salário permaneceu o mesmo, ou até diminuiu. A desvalorização profissional e a aceleração e aumento de pressão na rotina também são citados:

O aumento da jornada de trabalho, o uso de aplicativos em dispositivos móveis pessoais, o esforço para recriar normas e métodos de trabalho devido ao distanciamento social, a redução de salário e o aumento dos custos para a manutenção do trabalho em casa, tudo isso somado escancara o cenário de hiper exploração da força de trabalho. Também significam a desestabilização de um conjunto de relações sociais, debilitando profundamente o já esgarçado cenário do mundo do trabalho dos comunicadores. (Figaro, 2021 *et al.*, p. 144)

A pandemia de COVID-19 impactou profundamente a rotina dos profissionais da comunicação e intensificou a já presente precarização do trabalho jornalístico, porém é importante ressaltar que a compreensão desses efeitos em longo prazo ainda é limitada. Por meio das entrevistas desta investigação, buscaremos desvendar quantas das mudanças implementadas durante a crise sanitária, como o aumento da jornada de trabalho e o excesso de uso de dispositivos móveis, ainda se manteve nas redações.

1.5 Crise de credibilidade e violência na profissão

O jornalismo é essencial. Ele revela casos de corrupção, destaca injustiças, e responsabiliza políticos e empresas por suas promessas e compromissos. Além disso, proporciona informação e conhecimento aos cidadãos e consumidores, ajuda a formar a opinião pública, simplifica temas complexos e esclarece divergências fundamentais (Anderson; Bell; Shirky, 2013). O jornalismo informa e sentir-se informado é “pertencer a uma época, compartilhar valores, ocupar um lugar” (Christofoletti, 2019, p. 7). No entanto, essa é uma noção do papel do jornalismo que vem sendo cada vez mais desafiada e contestada.

O jornalismo tem enfrentado uma profunda crise de credibilidade, resultado de múltiplos fatores interligados. Esta crise não é um fenômeno recente, embora tenha se intensificado nas últimas décadas. Pesquisadores citam diversas questões que vêm minando a confiança depositada pela população na produção jornalística: na era da internet e das inúmeras plataformas de mídia, existe uma intensa competição por atenção com inúmeros outros conteúdos; o público vem criando uma percepção de exagero na quantidade e negatividade das notícias, e há uma forte ascensão da crença em indivíduos em detrimento de grandes instituições (Vasconcellos, 2020). O fato de vivermos um período de intensas transições tecnológicas e transformações culturais também potencializam a falta de confiança das pessoas nas informações que circulam em seu dia-a-dia:

A desconfiança ocupa o lugar das certezas e esgarça o tecido social feito à base das relações e de pactos diários. Períodos de intensas transições tecnológicas e de fortes transformações culturais tendem a agudizar as incertezas, alimentando a sensação de crise em todas as partes. Habitamos uma paisagem como esta, onde tudo parece estar fora da ordem ou com funcionamento comprometido (Christofolletti, 2019, p. 51)

Segundo dados do relatório sobre mídias digitais publicado em 2024 pelo Instituto Reuters³⁶, apenas 40% da população mundial confia na mídia, enquanto que 39% tem evitado ler notícias. Apenas 17% das pessoas pagam por assinaturas de jornais digitais, ao passo que plataformas de compartilhamento de vídeos e redes sociais, como Youtube, WhatsApp e TikTok, são amplamente utilizadas pela população para se informar. Desse modo, há tendência de maior confiança em indivíduos, as pessoas comuns e os influenciadores digitais, do que em veículos da mídia tradicional e seus jornalistas. Nas redes, os usuários não só confiam mais em seus pares, como também sentem maior inclinação e comodidade em consumir notícias fora das páginas e dos canais de jornalismo. A fidelidade a determinado veículo jornalístico deu lugar à praticidade da informação compartilhada por amigos:

Num mundo de links e feeds, no entanto, em geral é mais fácil achar a próxima coisa a ser lida, vista ou ouvida por indicação de amigos do que pela fidelidade inabalável a uma determinada publicação. Hoje, a preguiça favorece a dispersão; em muitos sites jornalísticos de interesse geral, a categoria mais comum de leitor é aquela formada por gente que confere um único artigo por mês (Anderson; Bell; Shirky, 2013, p. 35-36).

³⁶ Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2024>. Acesso em: 30 jul. 2024.

As notícias falsas, popularmente conhecidas como *fake news*, também são apontadas como fator relevante na crise de credibilidade enfrentada pelo jornalismo. O termo *fake news* ganhou notoriedade por seu papel considerado decisivo nas eleições presidenciais nos Estados Unidos, no ano de 2016. A campanha do vencedor da disputa, Donald Trump, foi acusada de ter sido beneficiada por uma propagação de notícias falsas envolvendo a candidata Hilary Clinton (Valiati; Lima; Faleiro, 2020). Fenômeno similar foi verificado nas últimas eleições brasileiras (Jardelino; Cavalcanti; Toniolo, 2020; Sousa *et al.*, 2024). As *fake news* tendem a ganhar força durante disputas políticas e os próprios políticos utilizam, de maneira consciente, a desinformação como estratégia de campanha (Vasconcellos, 2020).

Frias Filho (2018, p. 43) define como *fake news* toda informação comprovadamente falsa que “seja capaz de prejudicar terceiros e tenha sido forjada e/ou posta em circulação por negligência ou má-fé, neste caso, com vistas ao lucro fácil ou à manipulação política”. Mas apesar de amplamente utilizado, o conceito não é universalmente aceito pelos pesquisadores da área da comunicação. Wardle e Derakhshan (2017) defendem que o termo *fake news*, ou notícias falsas, deve ser evitado especialmente porque, além de simplista, vem sendo utilizado de maneira equivocada e maliciosa por agentes políticos:

[O termo *fake news*] é lamentavelmente inadequado para descrever os fenômenos complexos da poluição da informação. O termo também começou a ser apropriado por políticos ao redor do mundo para descrever organizações de mídia cuja cobertura eles acham desagradável. Dessa forma, está se tornando um mecanismo pelo qual os poderosos podem reprimir, restringir, minar e contornar a liberdade de imprensa. (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 5, tradução nossa³⁷)

Os autores propuseram três categorias que seriam mais adequados para descrever as nuances e complexidades do fenômeno: a *mis-information*, a *dis-information* e a *mal-information*. A *mis-information* (informação falsa ou equivocada) são informações falsas que foram criadas e disseminadas sem intenção de prejudicar ninguém; a *dis-information* (desinformação) ocorre quando uma informação falsa é criada e espalhada com o objetivo de causar danos a terceiros e, por fim, a *mal-information* (má-informação) descreve

³⁷ No original: “In this report, we refrain from using the term ‘fake news’, for two reasons. First, it is woefully inadequate to describe the complex phenomena of information pollution. The term has also begun to be appropriated by politicians around the world to describe news organisations whose coverage they find disagreeable. In this way, it’s becoming a mechanism by which the powerful can clamp down upon, restrict, undermine and circumvent the free press” (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 5).

situações em que informações verdadeiras são compartilhadas com o intuito de prejudicar alguém, geralmente são casos em que dados privados são expostos de forma maliciosa (Wardle; Derakhshan, 2017).

Nessa mesma corrente de pensamento, autores brasileiros como Ribeiro e Ortellado (2018, p. 73) também defendem o abandono do termo *fake news* ou “notícias falsas”, tendo em vista que esses conceitos são utilizados para descrever vários fenômenos diferentes, desde conteúdos comprovadamente falsos a outras técnicas de desinformação como “exageros, as omissões, as informações tiradas de contexto e as especulações”, e até mesmo erros de apuração não intencionais. Os autores preferem utilizar o conceito de “notícias hiperpartidarizadas”, que descreve conteúdos enviesados criados com o intuito de reforçar ou combater narrativas. Essas notícias hiperpartidarizadas, também descritas como “informações de combate”, englobam diferentes tipos de desinformação e estão presentes também nos grandes veículos de comunicação:

Essa informação de combate pode ser apenas um recorte conveniente do noticiário do dia, uma notícia com uma manchete sensacionalista, um fato retirado do seu contexto, um exagero ou uma especulação apresentada como fato – ocasionalmente, pode até mesmo ser uma mentira. Vários destes procedimentos distorcivos não são exclusivos dos chamados “sites de notícias falsas” e têm sido empregados também pela grande imprensa. Por esse motivo, não é possível traçar uma linha demarcatória muito clara separando os maus veículos, dos confiáveis, a verdade, da mentira. (Ribeiro; Ortellado, 2018, p. 73)

De acordo com Vasconcellos (2020), faz parte da tática de desinformação a prática de atacar e desacreditar o jornalismo produzido por profissionais da área e veículos de mídia. O fato de essas práticas de desinformação estarem presentes nas redações da grande mídia corrobora e inflama o discurso que busca desacreditar os jornalistas. Christofolletti (2019, p. 2019) argumenta que as estratégias de desinformação representam uma ameaça ao jornalismo e à democracia:

Notícias falsas, estratégias sofisticadas de desinformação, manipulações políticas, descrédito da verdade e sequestro da legitimidade social corroem os alicerces do jornalismo como forma de conhecimento e como prática social. Intolerância, ódio, questionamentos à representatividade e populismo asfixiam a democracia ao mesmo tempo que projetam ilusões de soluções fáceis e imediatas (Christofolletti, 2019, p. 79).

Entre os efeitos do fenômeno que abarca as estratégias de desinformação, má-informação, notícias falsas ou hiperpartidarizadas, há um aumento da desconfiança e da hostilidade por parte população contra os profissionais que fazem jornalismo. Este efeito

já é sentido no cotidiano dos jornalistas, e é mais um agravante de uma profissão que já é considerada perigosa e violenta, no Brasil e especialmente no Mato Grosso do Sul (Jara, 2019).

De acordo com o relatório *Violência contra Comunicadores no Brasil: um retrato de apuração nos últimos 20 anos*³⁸, fruto de parceria entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), o Brasil ocupa o sexto lugar no ranking de países mais perigosos para jornalistas. Desde 1995, o país registrou 64 homicídios de profissionais da imprensa. Mato Grosso do Sul figura como o quarto estado brasileiro em assassinato de jornalistas, em relação às últimas duas décadas. A fronteira seca entre Brasil e Paraguai é apontada como um dos locais mais perigosos da América Latina para se exercer o jornalismo devido a quantidade de grupos de narcotraficantes que atuam na região (Jara, 2019).

Ainda que relativamente distante da região de fronteira, Campo Grande também enfrenta os desafios da violência contra jornalistas. Diante do panorama de precarização do jornalismo e de adoecimento profissional, é necessário levar em consideração os desdobramentos políticos do país a partir da eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2018, uma disputa eleitoral marcada justamente pela disseminação de notícias falsas e campanhas de desinformação que tinham a credibilidade jornalística como alvo. Nos últimos quatro anos, diversos estudos apontam que os ataques contra a imprensa, vindos de figuras oficiais do governo e do próprio presidente, se intensificaram a ponto de gerar ameaças à liberdade de imprensa (Abreu, 2022). Além disso, os ataques desencadearam prejuízos à integridade física, mental e emocional dos jornalistas.

De acordo com o Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil³⁹, produzido desde 1998 pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), em 2021 foram registradas 430 ocorrências de agressões diretas aos profissionais brasileiros. A classificação adotada pela Fenaj considera que as situações de violência englobam assassinatos, atentados, censuras, ameaças e intimidações, agressões físicas, cerceamentos à liberdade de expressão por meios judiciais, impedimentos ao exercício profissional, prisões e detenções, e violência contra organização sindical.

³⁸ Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/Violencia-contra-comunicadores-no-Brasil-VERSAO-FINAL-.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2024.

³⁹ Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

Considerando os dados do relatório de 2017, o número de agressões aos jornalistas registrou crescimento de 334,34% em apenas quatro anos (de 99 para 430 ocorrências). “Os números mantêm o Brasil como um país bastante hostil aos jornalistas e, por consequência, sem total liberdade de imprensa”, destaca o levantamento.

Um dos fatores que ajuda a entender a escalada da violência contra jornalistas brasileiros é o início da pandemia de Covid-19, a partir de 2020, aliado à instabilidade política do país presidido por Bolsonaro. O presidente, seus aliados e os órgãos oficiais do governo adotaram uma comunicação confusa, que buscava enfraquecer as medidas de combate à pandemia e, para isso, colocava a imprensa em uma posição de antagonismo:

No Brasil, o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro se apoiou no discurso negacionista sobre os efeitos da covid-19 e de confronto com órgãos jornalísticos para desacreditar ações efetivas de combate à pandemia, como o distanciamento social e a testagem em massa. Ao mesmo tempo houve um aumento significativo nos ataques contra jornalistas e a degradação da liberdade de expressão no país. (Nicoletti; Flores, 2021, p. 3).

Um estudo realizado pelas pesquisadoras Janara Nicoletti e Ana Marta M. Flores (2021) analisou os vídeos publicados no canal do YouTube do presidente Jair Bolsonaro entre 26 de fevereiro e 04 de junho de 2020. A pesquisa revelou que, de 257 vídeos disponíveis e publicados nos 100 primeiros dias a partir do primeiro caso de covid-19 confirmado no país, 36% mencionam a imprensa em variadas formas. Dentre estes 36% que fazem referência à imprensa, 40% representam críticas diretas, seguidos de 28% de ataques verbais e 26% de descredibilização.

Além dos vídeos publicados no YouTube, o presidente também se dirige aos brasileiros, quase que diariamente, por meio da rede social Twitter, onde acumula mais de 10,5 milhões de seguidores. Por lá, a situação não é diferente: os ataques contra a imprensa são comuns e, em certas ocasiões, Bolsonaro publicou informações e ataques envolvendo a vida pessoal dos jornalistas:

[No Twitter] Bolsonaro se colocou com um posicionamento autoritário no que diz respeito a imprensa e fez do assédio aos jornalistas algo cotidiano. (...) Um outro fator que também se tornou repetitivo nos discursos do presidente foram as afirmações quanto ao envolvimento da imprensa com a desinformação, a não serem casos em que a matéria lhe era favorável ou o jornalista mostrava-se de acordo ao seu modelo de governo. (Pereira, 2021, p. 105).

Fora das redes sociais, o presidente também manteve a tradição de atacar a imprensa e os jornalistas. Durante o mandato, Bolsonaro estabeleceu o hábito de se

comunicar pessoalmente com seus apoiadores, e com a imprensa, no espaço que ficou conhecido como “Cercadinho da Alvorada”, localizado no Palácio do Alvorada, residência oficial do presidente da República. Foi neste espaço que “o presidente perpetuou seu discurso de ódio e ataque contra a imprensa” (Abreu, 2022).

A pesquisadora Tatiana Oliveira de Abreu (2022) analisou o comportamento do presidente em seu Cercadinho e constatou que os ataques e o desrespeito com os jornalistas eram tão constantes que os profissionais passaram a sentir medo e receio de permanecer no local. Alguns repórteres relataram, em entrevistas para a pesquisadora, que temiam que alguém surgisse armado no local. Os jornalistas sofriam ameaças e intimidações diárias dos apoiadores do presidente e tinham que enfrentar sol, chuva e condições precárias de trabalho, tendo em vista que o governo não disponibilizou local para coletivas oficiais.

Outro fator que merece atenção sobre os ataques do presidente Bolsonaro é o fato de que as mulheres são as mais hostilizadas. Ao ser questionado sobre questões que não quer responder, o presidente costuma partir para a ofensiva; e se a jornalista for do gênero feminino, os ataques são ainda mais agressivos e focam em tirar a legitimidade do trabalho das profissionais:

Demonstrando a sua postura machista, misógina e, por vezes, xenófoba, Bolsonaro ataca, na maior parte das vezes, jornalistas mulheres. Como vimos, de 2019 a março de 2020, foram oito jornalistas dos principais grupos de mídia. (...) Na análise, fica evidente como Jair Bolsonaro parte para o ataque acionando a desigualdade de gênero (Bourdieu, 2002), em que a mulher é colocada em uma condição de inferioridade para justamente tirar a legitimidade das profissionais que atuam no jornalismo político, que é uma área em que os homens se consideram hegemônicos. (Gonçalves, 2021, p. 15)

Um relatório publicado em 2021 pela Abraji⁴⁰ confirma a agressividade e o machismo característicos do comportamento do presidente Bolsonaro e de seus apoiadores. O documento lista pelo menos 119 ataques de gênero contra jornalistas, muitos destes perpetrados por autoridades públicas. A pesquisa aponta que atores estatais foram os principais agressores em 52% dos casos com autores identificáveis. Para a Organização Repórteres Sem Fronteiras⁴¹, todos estes ataques à imprensa seguem uma estratégia definida e cada vez mais bem estruturada de semear a desconfiança em relação

⁴⁰ Disponível em: <https://abraji.org.br/publicacoes/relatorio-violencia-de-genero-contra-jornalistas>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

⁴¹ Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/como-o-presidente-bolsonaro-tenta-metodicamente-silenciar-imprensa-cr%C3%ADtica>. Acesso em 15 de setembro de 2023.

ao trabalho dos jornalistas, destruir sua credibilidade e, gradualmente, construir a imagem de um inimigo comum.

É importante destacar também que os ataques contra a imprensa não partiam apenas do ex-presidente da república. Seus filhos, aliados políticos e apoiadores reverberam seus discursos, o que “mostra a influência do político sobre sua base apoiadora” (Nicoletti; Flores, 2021). Além disso, Bolsonaro manteve apoio significativo em meio aos agentes das forças armadas e das polícias, devido a “sucessivos gestos de deferências a esses segmentos”⁴². Quando seus discursos contra a imprensa reverberam entre esses agentes, as consequências podem ser ainda mais graves: podem contribuir para a criminalização do jornalismo.

As manifestações de violência contra jornalistas protagonizadas por atores a serviço do Estado (policiais militares ou civis e agentes do Poder Judiciário) costumam se valer de meios constituídos formalmente, o que confere uma aparente legalidade às investidas contra o jornalismo e os jornalistas. Além de dificultar o enfrentamento à violência, tais ações podem ainda contribuir para a criminalização da atividade – o que é compatível com regimes autoritários. (Rios; Bronosky, 2019, p. 13).

Nas ruas, especialmente durante a cobertura de manifestações, os riscos para os profissionais da imprensa ficaram cada vez maiores. A partir dos relatórios publicados pela Fenaj, é possível constatar que, desde 2013 (ano marcado pelas manifestações de junho no governo de Dilma Rousseff), os ataques violentos contra jornalistas vêm mudando de contexto: são mais praticados por pessoas comuns e acontecem com mais frequência em locais com aglomeração. “Cada vez mais as pessoas que em tese integram o público passam a se sentir autorizadas a investir contra jornalistas (...), se valendo de agressões físicas, ameaças, agressões verbais, práticas de hostilização” (Rios; Bronosky, 2019, p. 60).

Os pesquisadores sobre o tema são unânimes ao afirmar que o cenário de ataques e agressões, estimulado e fortalecido nos últimos quatro anos, mas que se desenvolve com relevância há pelo menos uma década devido à crise de credibilidade do jornalismo, representa uma ameaça ao projeto democrático e à liberdade de imprensa brasileira. “A conduta do presidente provocou uma onda de ataques e cerceamento à liberdade de imprensa no país” (Abreu, 2022). Neste mundo de trabalho permeado de ameaça,

⁴² Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/as-razoes-da-alta-popularidade-de-bolsonaro-entre-policiais-e-militares>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

violência e insegurança, a precarização do jornalismo se intensifica e gera consequências para a saúde, motivação e qualidade do material jornalístico.

CAPÍTULO 2:

A precarização em uma perspectiva geográfica/territorial e tecnológica

Para falarmos sobre precarização do jornalismo em Campo Grande, entendemos que é necessário discutir as transformações do mundo do trabalho a partir de uma perspectiva geográfica/territorial. Afinal, a produção jornalística da região Centro-Oeste tem características e peculiaridades que a diferenciam da produção do restante do país, especialmente em relação às regiões Sul e Sudeste, onde se concentra a indústria da mídia, isto é, os maiores conglomerados de mídia, os maiores jornais, editoras, emissoras de televisão, estações de rádio e portais on-line brasileiros, e também onde são produzidas a maioria das pesquisas e estudos sobre precarização na área da comunicação. Diante deste centro concentrado de mídia, defendemos que o jornalismo produzido na região Centro-Oeste se enquadra na categoria de jornalismo regional ou local, conforme discutiremos neste capítulo utilizando conceitos e trabalhos de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), Cicilia Peruzzo (2005), Carlos Camponez (2002) e Jaqueline Deolindo (2016), dentre outros.

Em complemento ao enquadramento geográfico/territorial, também abordaremos a perspectiva tecnológica a partir dos estudos sobre jornalismo on-line de pesquisadores como Marcos Palacios (2003) e Suzana Barbosa (2002). Essa contextualização é importante porque, não só essa dissertação se propõe a estudar portais de jornalismo on-line de Campo Grande-MS, como também a tecnologia e a digitalização do jornalismo são citadas como alguns dos principais fatores atrelados ao avanço da precarização do trabalho e do adoecimento profissional, conforme explicitado por Dantas (2019), Bertolini (2017) e Lima *et al.* (2022, 2023).

Unindo ambas as perspectivas, o objetivo é localizar e identificar as características deste fazer jornalístico único, que é o jornalismo on-line da região Centro-Oeste, mas mais especificamente do estado de Mato Grosso do Sul e precisamente da capital Campo Grande para, desta forma, falarmos de precarização da maneira menos genérica e mais assertiva possível, tendo como referência a realidade em que está inserido nosso objeto de pesquisa.

2.1 A formação da Região Concentrada e do jornalismo regional

A realidade de uma mídia centralizada e majoritariamente produzida em apenas uma região do país começou a se estruturar a partir da segunda metade da década de 1940. Com a expansão do capitalismo industrial, o Brasil passa por um processo de modernização e especialização de técnicas científicas e informacionais alavancadas por uma política de incentivo à participação do capital estrangeiro:

A expansão do capitalismo industrial, tornada possível através de políticas de desenvolvimento econômico que incentivavam a participação do capital estrangeiro e do *laissez faire* próprio do liberalismo, resultou na intensificação demográfica de determinados centros, no incremento da urbanização das grandes cidades e no surgimento das metrópoles, lugar privilegiado da socialização de ideias, saberes e técnicas que tornariam possíveis novos produtos e serviços. Estes, cada vez mais especializados, atenderiam a perfis de consumo que se sofisticavam e se despregavam das necessidades mais elementares da vida diária. (Deolindo, 2016, p. 131)

Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) definem o conceito de “região concentrada” como uma “área onde o espaço é fluido, podendo os diversos fatores de produção deslocar-se de um ponto a outro sem perda da eficiência da economia dominante” (Santos; Silveira, 2001, p. 103). Já beneficiadas por um desenvolvimento avançado desde os anos 1930, as regiões Sudeste e Sul acabariam por ocupar esse espaço de concentração econômica e industrial devido, entre outros fatores, a sua urbanização, a cientificização da agricultura, a presença de centros de pesquisa e ensino superior, a maior densidade de rodovias, ferrovias e bases materiais das telecomunicações (Santos; Silveira, 2001).

Mas a formação da região concentrada, apesar de trazer benefícios para a economia brasileira, também gerou um efeito colateral nas demais regiões do país: a intensificação da desigualdade social, um agravamento das disparidades regionais e a criação, cada vez mais visível, de uma periferia em relação a um pólo:

Concomitantemente, apesar da industrialização, o país conserva uma série de condições de subdesenvolvimento, muitas vezes agravadas pelo crescimento econômico, a saber, disparidades regionais pronunciadas, enormes desigualdades de renda e uma crescente tendência ao empobrecimento das classes subprivilegiadas, a despeito do aumento do Produto Nacional Bruto e do Produto Nacional per capita. (Santos; Silveira, 2001, p. 51)

Nos anos 1970, surge a chamada revolução das telecomunicações. Até 1969, os meios técnicos do sistema de telecomunicações eram regidos por ondas curtas; o sistema nacional por rede hertziana chega ao país entre 1969 e 1973, e os satélites INTELSAT e

Brasilsat I e II são incorporados entre 1974 e 1988. Esta união entre ciência, técnica e informação, que Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, p. 118) definem como “período técnico-científico-informacional”, favoreceu os meios de comunicação de massa e a indústria de mídia em geral, que cresceram ainda mais amplamente na Região Concentrada, com destaque para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (Deolindo, 2016). As demais regiões do país (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), apesar de registrarem desenvolvimento relevante em algumas áreas específicas de produção, permaneceram vivendo em “tempos mais lentos”.

Porém, como destacam os autores, “o meio técnico-científico-informacional não se impõe igualmente sobre o território” (Santos; Silveira, 2001, p. 104). O período técnico-científico-informacional possibilita que o mercado brasileiro se torne global. A partir disso, novos conteúdos, comportamentos e possibilidades de produção passam a circular no país, gerando demanda para novos insumos, produtos, ideias e informações. A globalização incentivou uma redistribuição da mídia brasileira. Ainda o jornalismo local, especialmente por meio das emissoras de rádio, já tivesse espaço e atuação consolidados, a partir dos 1980 e mais intensamente nos 1990, “se registra uma significativa reorganização dos circuitos espaciais da produção da notícia e da informação, e também da divisão do trabalho” (Deolindo, 2016, p. 133).

Enquanto que a indústria da mídia se consolidava em São Paulo e no Rio de Janeiro, ampliando suas produções e expandindo seus alcances geográficos, acontecia também uma regionalização das empresas de mídia para atender as demandas do interior - o que tornou possível o desenvolvimento da mídia nas demais regiões do país, incluindo o Centro-Oeste e cidades como Campo Grande. Segundo Deolindo (2016), dois fatores foram cruciais para esse movimento: o fortalecimento da economia em diversas cidades interioranas e a inclusão das mídias regionais na distribuição das cotas de publicidade do Governo Federal.

A pesquisadora Cicilia Peruzzo (2005, p. 71) destaca que, apesar da centralização na região concentrada no desenvolvimento das comunicações brasileiras, a “produção local e regional nunca esteve ausente dos meios de comunicação, sejam eles televisões, rádios ou jornais”. Ela fala em uma revalorização da comunicação local:

Com o desenvolvimento da globalização da economia e das comunicações, num primeiro momento, chegou-se a pressupor o fim da comunicação local,

para em seguida se constatar o contrário: a revalorização da mesma, sua emergência ou consolidação em diferentes contextos e sob múltiplas formas (Peruzzo, 2005, p. 70)

O que a autora defende é que, a partir da globalização proporcionada pelo período técnico-científico-informacional, houve não apenas uma expansão e desenvolvimento das mídias regionais como também uma revalorização da mesma. “A regionalização ocupa um lugar de destaque na mídia globalizada”, a frase da pesquisadora Maria Érica de Oliveira Lima (2008) demonstra que, em tempos de globalização, com a tendência à homogeneização global, o jornalismo regional e local reafirmou sua importância em um movimento de revalorização do regional e de reivindicação de identidades. Afinal, já dizia Jesús Martín-Barbero (2004, p. 229), “os processos de globalização econômica e informacional reavivam a questão das identidades culturais étnicas, raciais, locais e regionais”.

Lima (2008, p. 66) observa um “despertar para o consumo regional”, destacando que com a tendência de desenvolvimento das regiões brasileiras, vem também uma evolução do perfil de consumidores, investimentos em grupos de mídia e atração de diversos setores de produção com oportunidades de negócios e empregos.

Temos então consolidado o histórico e o conceito da chamada a região concentrada de mídia no Brasil, que diz respeito, principalmente, à região Sudeste, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (Deolindo, 2016), enquanto que no interior do país a mídia regional também cresceu e se desenvolveu, ainda que sem a mesma audiência ou aparato financeiro e tecnológico.

Nesse contexto, Campo Grande ocupa um lugar peculiar dentro do cenário jornalístico brasileiro: funciona como uma espécie de região concentrada em relação ao interior de Mato Grosso do Sul, pois é o núcleo midiático do estado, a região que sedia a maioria das empresas e profissionais de comunicação. Já no âmbito da região Centro-oeste, não é a região de maior destaque especialmente em relação ao Distrito Federal, onde há uma concentração midiática notável devido à capital nacional Brasília, que abriga a sede dos três poderes da República. E, mais ainda, no contexto nacional, a capital sul-mato-grossense, distante da chamada região concentrada, torna-se uma mídia regional, do interior do país.

Na análise de Milton Santos (1955), o jornalismo regional é descrito como uma “espécie de artesanato da imprensa” que sobrevive em lugares mais isolados e com poucos recursos econômicos. Porém, atualmente essas noções são questionadas, principalmente devido aos avanços tecnológicos e a evolução da profissionalização nesses locais. A mídia local e regional tratada como “deficitária e inferior ao jornalismo praticado por grandes firmas localizadas nas capitais e regiões metropolitanas” é uma prática recorrente na construção do repertório teórico sobre o assunto, mas configura um tratamento que também vem sendo problematizado por “não dar conta do fenômeno” (Deolindo, 2016, p. 87).

Segundo o pesquisador Carlos Camponez (2002), as características que melhor definem a imprensa regional são uma forte territorialização, a territorialização dos seus públicos, a proximidade face aos agentes e às instituições sociais que dominam esse espaço, o conhecimento dos seus leitores e das temáticas correntes na opinião pública local. Já outros autores como João Correia defendem que o jornalismo regional tem traços típicos do jornalismo pré-industrial:

Referimo-nos à conexão escassa com a publicidade, a uma relação forte entre as elites locais e os media, a uma ênfase no artigo de opinião e na colaboração externa, (...) a presença de marcas discursivas que remetem para formas de sociabilidade que pressupõem um saber comum partilhado pelos produtores de mensagens e pelos públicos, o conhecimento recíproco e partilhado pelos produtores e receptores quanto aos factos e realidades que servem de referentes para as mensagens jornalísticas. (Correia, 2000)

Peruzzo (2005) destaca o aspecto de proximidade verificado na mídia local e regional, e o descreve utilizando dois conceitos: a familiaridade, que abrange o campo das identidades histórico-culturais, como língua, tradições, valores, religião etc., e a singularidade, que está relacionada ao locus territorial. A autora também pontua traços negativos verificados na mídia local, como uma maior tendência ao tratamento tendencioso da informação devido à proximidade a figuras e autoridades políticas, em relacionamentos que visam beneficiar os interesses econômicos dos proprietários dos veículos:

Na prática, o jornalismo local vem revelando algumas tendências. Os laços políticos locais tendem a ser fortes e a comprometer a informação de qualidade. É comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia. Claro que não se trata apenas de um problema da imprensa regional, mas nela parece que essas relações se tornam mais explícitas, justamente porque as possibilidades de confronto entre

o fato e sua versão, por parte do leitor, são mais fáceis de acontecer. (Peruzzo, 2005, p. 78)

Outra inclinação ressaltada pela autora é “a falta de ampla cobertura e de apuração de acontecimentos, tanto no nível local como no regional, em decorrência de uma estrutura de produção pequena, com poucos profissionais e, às vezes, até despreparados para o exercício do jornalismo” (Peruzzo, 2005, p. 81).

Mas, apesar destas distinções entre o jornalismo de abrangência nacional e o regional, há algo que parece fazer parte da formação e manutenção de ambos, que é uma forte concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos proprietários, um aspecto relevante que influencia a rotina do fazer jornalístico e a rotina dos trabalhadores, como veremos a seguir.

2.2 Concentração de mídia

A Região Concentrada, sede da indústria de mídia brasileira, é marcada pela concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos proprietários. A grande mídia estabelecida na região concentrada é controlada por oligarquias políticas e familiares, e igrejas. O oligopólio da mídia brasileira pode ser resumido em sete famílias que, historicamente, dominaram os principais meios de comunicação (Almeida, 2019): a família Marinho (Rede Globo), a Abravanel (SBT), o Edir Macedo (Record), a família Saad (Band), a Frias (Folha de S. Paulo), a Mesquita (Estadão) e a Civita⁴³ (Editora Abril). De acordo com dados de relatório publicado pelo coletivo Intervozes⁴⁴, em parceria com a organização Repórter sem Fronteiras, atualmente apenas cinco grupos de mídia controlam mais da metade dos veículos do país. Thales Vilela Lelo (2019) argumenta que esta concentração de mídia é consequência direta do “coronelismo eletrônico”, que consiste na:

(...) distribuição e renovação de concessões de rádio e televisão para parlamentares ou aliados políticos, da baixa fiscalização na renovação das concessões, do financiamento estatal de empresas privadas de comunicação via anúncios, do controle de emissoras por Igrejas, da dependência dos anunciantes como meio de manter as receitas da publicação, e da escassez de

⁴³ Em 20 de dezembro de 2018, após pedido de recuperação judicial, o Grupo Abril foi vendido pela família Civita para o empresário carioca Fábio Carvalho, sócio da sociedade de investimentos Legion Holdings. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/fabio-carvalho-fala-sobre-a-compra-do-grupo-abril>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

⁴⁴ Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/>. Acesso: em 25 de outubro de 2023.

incentivos para o desenvolvimento de canais independentes, comunitários e alternativos.

A pesquisadora Suzy dos Santos (2006, p. 8) define o coronelismo eletrônico como “uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação”. Conforme o relatório do Intervezes, os interesses dos conglomerados que dominam a maior parte dos meios de comunicação impedem a existência de diversidade de vozes, o debate de ideias e a coexistência de valores e perspectivas diferentes. O estudo constata que a mídia brasileira de maior alcance é predominantemente controlada, gerida e editada por uma elite econômica composta por homens brancos.

Para Lelo (2019), a concentração de mídia e o “coronelismo eletrônico” são fatores que, ainda que estabelecidos anos antes às reestruturações mais recentes do mundo do trabalho, influenciam diretamente nas adversidades que envolvem o exercício da profissão de jornalista, especialmente por dificultarem uma atuação profissional que esteja alinhada aos códigos deontológicos, o que pode gerar casos de sofrimento ético e retaliações de superiores. O autor acredita que o fenômeno forma um “exército reserva” de comunicadores vitimados por demissões coletivas e que possuem poucas proteções legais para resistirem ao aparelhamento jurídico dos grupos de mídia hegemônicos” (Lelo, 2019, p. 7).

No caso da mídia regional, e mais especificamente da mídia localizada na região Centro-Oeste, ainda faltam estudos que mapeiem e classifiquem os perfis dos grupos ou proprietários que controlam os veículos jornalísticos, especialmente em relação aos portais on-line. A escassez de pesquisas voltadas para a mídia regional, ao passo que há um grande volume de trabalhos focados nas regiões concentradas é apontada por pesquisadores do tema como algo que precisa ser superado pelos estudiosos da comunicação: “A diversidade e a complexidade da mídia produzida no Brasil fazem da mídia regional um campo de estudos estratégico e não mais periférico” (Pinto, 2013, p. 96-98). As investigações da pesquisadora Pâmela Araújo Pinto (2005) apontam que os proprietários dos veículos regionais das regiões Sul e Norte do país são formados, em sua maioria, por poucos grupos políticos e, ou de seus familiares.

O estado sul-mato-grossense conta com cerca de 447 veículos de comunicação ativos⁴⁵, entre jornais (69), rádios (107), rádios comunitárias (82), emissoras de televisão (12) e portais on-line (177). É possível verificar em Mato Grosso do Sul a presença de empresas regionais de mídia controladas por grupos familiares: o grupo da família Zahran é dono da Rede Matogrossense de Comunicação (RMC), que controla duas emissoras de televisão na região Centro-Oeste: a TV Centro América, sediada em Cuiabá, capital de Mato Grosso, e a TV Morena, a maior emissora do estado de Mato Grosso do Sul, ambas afiliadas da Rede Globo (Sotana, 2020). O grupo também detém portais jornalísticos on-line e uma emissora de rádio, além de estarem no ramo de energia à gás⁴⁶; enquanto que o Grupo Correio do Estado, composto pelo maior jornal impresso da região, um portal on-line e duas emissoras de rádio, foi fundado a partir de objetivos políticos de um grupo ligado ao antigo partido União Democrática Nacional (UDN), e tem sido comandado por membros da família Barbosa Rodrigues (Queiroz, 2020), alguns destes que já ocuparam cargos políticos. Recentemente, o grupo vem expandindo suas atividades para o setor de imóveis, automóveis e produção audiovisual⁴⁷.

Existe ainda, no contexto regional, os grupos de mídia que detém concessões de rádio e formam os conhecidos conglomerados de mídia. São quatro: Grupo RCN, que domina as emissoras de rádio principalmente na região de Três Lagoas, com cinco estações⁴⁸; o Grupo Capital de Comunicação, com quatro emissoras⁴⁹; o Grupo Feitosa de Comunicação, formado por sete emissoras de rádio, além do jornal e portal on-line A Crítica de Campo Grande⁵⁰ e, por fim, a Rede Jota FM, que controla nove estações de rádio no estado⁵¹.

Seguindo a tendência do mercado, os grupos regionais vêm realizando investimentos focados, cada vez mais, nas possibilidades da mídia on-line. Nos últimos anos, o Grupo Correio do Estado reduziu o número de páginas do seu tradicional jornal impresso e passou a inserir nas páginas anúncios e códigos QR Code direcionando o leitor ao portal on-line Correio do Estado⁵². Recentemente, o Grupo Zahran inaugurou seu

⁴⁵ Disponível em: <https://portaldemidia-faalc.ufms.br/>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.grupozahran.com.br/>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

⁴⁷ Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/canal/quem-somos/>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.rcn67.com.br/grupo-rcn/>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/grupocapitalbr>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.acritica.net/grupo-feitosa/>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

⁵¹ Disponível em: <https://www.radiojotafm.com.br/>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

⁵² Portal Correio do Estado: www.correiodoestado.com.br/.

segundo portal de jornalismo on-line, o Primeira Página⁵³, que conta com duas versões: uma para Cuiabá e outra para Campo Grande, e é constantemente divulgado durante a programação das redes de televisão do grupo. Tais medidas seguem a tendência global da indústria de mídia (Alves, 2019), que vem se adaptando e se transformando desde a popularização da internet em meados dos anos 90.

2.3 Portais on-line: do global ao local

A popularização da internet e da World Wide Web, a partir de meados dos anos 90, inaugurou uma nova era para o jornalismo: modificou os modos de produção da informação, estabeleceu novos hábitos de consumo e expandiu as possibilidades de interação entre interlocutores e receptores das notícias. Conquistando milhões de usuários em um curto período de tempo, a mídia on-line se alastrou por todo o planeta ao ponto de não só igualar como também ultrapassar o alcance que os meios midiáticos tradicionais detinham, tornando a internet “a nova fronteira econômica e cultural que abriga o universo das redes – ‘a terra do saber’” (Barbosa, 2002, p. 3).

Em relação ao jornalismo, os primeiros registros de websites que ofereciam informações e fatos atualizados “em tempo real” datam dos anos 1980, nos Estados Unidos. Mas foi apenas em fevereiro de 1995 que surgiu o primeiro jornal on-line brasileiro: a edição digital do Jornal do Brasil (Barbosa, 2002). Segundo Barbosa (2002), neste primeiro momento do jornalismo on-line brasileiro, as empresas jornalísticas tradicionais apenas transcreviam seus conteúdos para a web, sem ter completa dimensão das diferenças entre os hábitos de consumo do impresso e do on-line, ou das inúmeras possibilidades de formatos e linguagens que poderiam ser agregadas ao ambiente virtual. Com o passar do tempo, características próprias da comunicação on-line foram sendo incorporadas, apesar da estrutura do jornal impresso ter sido mantida em alguns aspectos, por exemplo a divisão por editorias:

Como era de se esperar, todos os grandes jornais do país migraram para a rede, inicialmente utilizando o sistema transpositivo das edições impressas para a versão on-line até que, pouco a pouco, começaram a perceber as peculiaridades do novo meio e a necessidade de adoção de processos diferenciados. Mas, conforme Melinda Mc Adams, a metáfora seguida sempre foi a do jornal impresso: seja na linguagem, na divisão por editorias, na forma de apresentação das telas principais dos sites (como se fosse a primeira página de um jornal) e na própria utilização da palavra “jornal”. (Barbosa, 2002, p. 7)

⁵³ Portal Primeira Página: www.primeirapagina.com.br/.

Para dar conta do fenômeno que se descortinava à época, pesquisadores como Silva Jr. (2000) desenvolveram estudos no sentido de categorizar os diferentes tipos de sites jornalísticos que estavam surgindo e se popularizando entre meados dos anos 1990 e início do século XXI. De um lado, os sites de jornais on-line que funcionavam como edições digitais de veículos impressos, como o próprio Jornal do Brasil; e do outro, os portais jornalísticos on-line que, conforme definido por Silva Jr. (2000), possuem três características distintivas: a incorporação de serviços para o usuário, que nem sempre são estritamente jornalísticos; uma interrelação com sites de conteúdo diverso no sentido de fornecimento de informações jornalísticas, por exemplo as agências de notícias; e uma convergência do serviço de provedor de acesso à internet com a provisão de conteúdo informativo. Outra característica dos portais é a produção de conteúdo próprio produzido por equipes de jornalistas (Barbosa, 2002).

Uma vez estabelecidos na internet, os portais jornalísticos on-line se desenvolveram entre outras subcategorias: além dos mega portais, em que a informação era apenas mais um dos inúmeros produtos ou serviços ofertados ao internauta (Barbosa, 2001), se popularizaram também os portais jornalísticos locais. Estes portais surgiram, inicialmente, em 1998, nos Estados Unidos, mas rapidamente se espalharam pelos países com acesso à internet, e se caracterizam por uma produção de notícias com foco local que se vale do princípio da proximidade da informação, entre outros atributos, conforme Barbosa:

Os portais locais convivem sem concorrer com os mega portais ou portais genéricos – em alguns casos até fornecem conteúdo em área específica para eles – e adotaram uma linguagem híbrida, que mescla o jornalismo diário (fornecem notícias de última hora produzidas pelas suas equipes ou através do sistema de clipping de notícias) com o semanal (pois muitas matérias têm uma permanência maior no ar, o que se aproxima do jornalismo de revista, em mais uma metáfora com o meio impresso). Eles também têm as suas seções divididas segundo editorias/canais (cidade, turismo, esporte, lazer, por exemplo) e fornecem as informações culturais, sobre show, teatro, programação de cinema, estabelecimentos em geral e eventos, tirando partido dos bancos de dados. (Barbosa, 2002, p. 12)

É evidente que, após duas décadas, as características dos portais on-line, tanto dos mega portais quanto dos portais locais, sofreram algumas transformações. Por exemplo, a ideia de mega portais associados ao serviço de provedor de internet não é tão mais comum ou influente na rede como foi no fim da década de 90; mas foi justamente nesse contexto que, em 1999, surgiu o primeiro portal jornalístico de Mato Grosso do Sul, e a

definição dos portais jornalísticos, como descritos por Barbosa (2002) e Silva Jr. (2000), de maneira geral, ainda encontram respaldo entre os jornais on-lines sul-mato-grossenses.

2.4 A mídia de Campo Grande-MS

Apesar de ser um estado afastado da região concentrada de mídia, Mato Grosso do Sul esteve na vanguarda do jornalismo digital brasileiro (Fortuna, 2014). Se em 1995 o Jornal do Brasil era o pioneiro no país ao lançar sua versão digital nas redes, apenas dois anos depois, em 1997, o jornal sul-mato-grossense O Progresso, da cidade de Dourados, já seguia a tendência. Em mais dois anos, em 1999, surgia no estado o primeiro veículo de notícias a funcionar exclusivamente on-line, sem vínculos com empresas jornalísticas preexistentes. Mato Grosso do Sul fez o processo inverso a vários estados brasileiros, já que na maior parte das unidades federativas o jornalismo digital se desenvolveu vinculado a jornais impressos, emissoras de rádio e televisão. Por aqui, os portais exclusivamente on-line surgiram e se estabeleceram rapidamente. Em 2014, o estado contava com mais de 300 portais de notícias on-line (Fortuna, 2014).

Dez anos depois, os números são mais modestos. De acordo com os dados e estatísticas compilados no Atlas da Notícia⁵⁴, Mato Grosso do Sul tem, atualmente, 176 portais de jornalismo on-line ativos. É mais que o dobro que o número de municípios do estado, que somam 79 cidades, porém, como uma grande quantidade de portais se concentram na capital e nas regiões mais populosas, ainda existem oito municípios sul-mato-grossenses que são considerados desertos de notícias, além de 25 considerados quase desertos.

Em Campo Grande são 41 portais ativos. Na lista disponibilizada no Atlas da Notícia, a maioria dos portais são voltados a cobertura de notícias da capital e do estado, com diversas editorias como cidades, polícia, cotidiano, economia, política e, em muitos casos, uma seção exclusiva ao agronegócio. É o caso de grande parte dos portais como Top Mídia News, Diário Digital, JD1 Notícias, Capital News, Fala MS, entre outros. Também há alguns sítios que nasceram como extensões de veículos preexistentes, como o G1 MS, o Correio do Estado e O Estado MS, os dois últimos jornais impressos em atividade. Por fim, fechando a lista, existem alguns poucos portais focados em assuntos específicos, como os especializados em notícias do agronegócio (Página Rural, Agroin

⁵⁴ Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/dados/app/>. Acesso em: 30 de julho de 2024.

MS), em cobertura política (O Jacaré, Tribuna News), e também os que se autodenominam “independentes” e se mantêm por meio da colaboração financeira dos leitores (TeatrineTV, Revista Badaró).

Os nossos objetos de pesquisa se encaixam no primeiro grupo. São portais focados na cobertura jornalística dos acontecimentos regionais, no estado e na capital. Além disso, foram os dois primeiros veículos pioneiros em jornalismo on-line em Mato Grosso do Sul.

Lançado em 16 de abril de 1999, o Campo Grande News foi o primeiro portal on-line de notícias do estado criado exclusivamente para produzir e veicular conteúdo para a web, ou seja, o primeiro portal sem qualquer relação com algum veículo impresso já estabelecido (Reino, 2006). Fruto de uma parceria entre o jornalista Lucimar Couto e o empresário Miro Ceolim, na época proprietário de um provedor de internet em Campo Grande, o projeto começou de maneira tímida e sem grande pretensão comercial. A ideia era criar um site de notícias locais para abastecer o provedor de internet de Ceolim, unindo a oferta de notícias e o serviço de conexão à web, da mesma forma que os grandes portais nacionais e internacionais da época vinham fazendo. Apesar do investimento, os proprietários não acreditavam que o site sobreviveria por muito tempo, pois encaravam a internet como uma plataforma cara e pouco difundida (Tellaroli, 2006).

Contrariando as expectativas, após seis anos do lançamento, o portal já empregava 17 jornalistas e despertava interesse de investimento das agências de publicidade devido a sua audiência (Tellaroli, 2006). Hoje, o Campo Grande News tem em seu expediente⁵⁵ de redação 28 repórteres, dois editores-chefes, dois chefes de redação, dois estagiários, cinco fotógrafos, uma diretora de jornalismo e o próprio Lucimar Couto como diretor geral; além de outros profissionais que atuam nos setores comerciais, de mídias sociais, de suporte ao website e de produção audiovisual.

Atualmente, Campo Grande News é dividido em mais de 20 editorias, incluindo uma seção intitulada “Interior”, para as notícias dos municípios sul-mato-grossenses, e outras focadas no agronegócio (“Rural”) e em meio ambiente. Uma das editorias é a “Conteúdo patrocinado”, que consiste em publicidades no formato de matérias

⁵⁵ Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/expediente/>. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

jornalísticas. São as reportagens patrocinadas, também chamadas de “publicidade nativa”⁵⁶.

Na página inicial do Campo Grande News, basicamente todas as manchetes são notícias regionais. No dia 14 de agosto de 2024, por exemplo, todas as 16 matérias em destaque no topo da página inicial do portal eram acontecimentos sobre Campo Grande ou sobre o interior de Mato Grosso do Sul. As notícias do Campo Grande News são formadas, em sua maioria, por texto e imagens. É possível ouvir os textos em áudio como opção de acessibilidade. Algumas matérias apresentam vídeos, e há uma editoria, intitulada “TV News”, focada em compilar todos os vídeos publicados nas reportagens.

O portal também conta com uma editoria de variedades, o “Lado B”, que abrange arquitetura, gastronomia, eventos culturais e comportamento da população campograndense. Essas matérias rendem ainda um podcast, o “B Cast”, em que os repórteres da editoria aprofundam o conteúdo das pautas em entrevistas em vídeo com as fontes. Há outros três podcasts em produção no portal, apresentados por jornalistas. O jornalismo social é bastante presente: a seção “Colunistas” conta com 14 colunas ativas dos mais variados temas, desde política, saúde, festas, veículos, viagens e crônicas.

Em relação ao nosso segundo objeto, o Midiamax, a trajetória tem um início diferente: a empresa surge em 2000 com o objetivo de vender espaços publicitários em painéis eletrônicos espalhados pela capital sul-mato-grossense (Guimarães, 2017). A ideia de contratar jornalistas e produzir notícias veio da necessidade de preencher os painéis com conteúdos atrativos para chamar atenção do público nas ruas. Em 16 de maio de 2002, o empresário Carlos Eduardo Belinetti Naegele oficializa o lançamento do portal de notícias Midiamax News (o nome foi posteriormente alterado para Midiamax, apenas). “A redação do jornal on-line começou pequena, com um editor, dois jornalistas e duas estagiárias na equipe de produção. O acesso de usuários também não foi expressivo inicialmente: pouco mais de 200 acessos diários” (Guimarães, 2017, p. 47). Apesar do início tímido, o portal cresceu e chegou a registrar aumento de 400% de audiência entre 2004 a 2005 (Tellaroli, 2006).

⁵⁶ A proliferação de notícias e reportagens patrocinadas é uma tendência. Essa modalidade já foi incorporada ao departamento comercial de grandes jornais como o The New York Times e o The Wall Street Journal, nos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/publicidade-que-parece-noticia-vira-opcao-da-imprensa-para-sair-da-crise/>. Acesso em: 31 de julho de 2024.

Atualmente, o Midiamax é afiliado do grupo UOL de jornalismo e tem uma redação⁵⁷ composta por 21 repórteres, três subeditores, dois editores, dois chefes de redação, dois estagiários, cinco fotógrafos, além de um revisor e um profissional especializado em mídias sociais. Assim como acontece no Campo Grande News, as manchetes da página principal do Midiamax são formadas por notícias regionais. Em 14 de agosto de 2024, das 20 matérias em destaque no topo da página inicial, 19 eram regionais.

Há sete editoriais principais no portal, com diversas subeditorias. “Cidades”, por exemplo, abarca seções focadas em municípios do interior, Brasil e mundo. A editoria “MidiaMAIS” fala de comportamento, turismo e variedades, geralmente voltados aos costumes, locais e personalidades regionais. Há pelo menos cinco espaços dedicados a colunistas e blogs. As notícias do Midiamax são, em sua maioria, formadas por imagens e texto e, segundo nossas entrevistas, há planos para lançamento de um canal de TV que será transmitido simultaneamente on-line e em um canal na televisão aberta.

Os portais locais de jornalismo on-line Campo Grande News e Midiamax se destacam no cenário regional devido aos seus números de audiência. Em maio de 2023, os portais locais registraram, respectivamente, uma média mensal de 1,2 milhões e 850 mil visitas orgânicas (Ubersuggest⁵⁸, 2023).

Com equipe de jornalistas robusta (para os parâmetros regionais) e grande veiculação de peças publicitárias, os portais já completam mais de 20 anos de atuação e estão inseridos em um mercado que conta com cerca de 500 profissionais registrados no Ministério do Trabalho em Campo Grande, e que apresenta indícios relevantes de precarização das condições de trabalho. Dados do Perfil do Jornalista do Centro-Oeste (Lima *et al.*, 2023), publicado em outubro de 2023, mostram que entre os jornalistas do Centro-Oeste existe uma taxa alarmante de rotatividade em seus empregos, além de uma tendência de perfil profissional polivalente ou multitarefa profissional. Os níveis de estresse no ambiente de trabalho também: 64,8% indicaram que se sentem estressados e 37,7% já tiveram diagnósticos com a doença (Lima *et al.*, 2023).

⁵⁷ Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/expediente/>. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

⁵⁸ Disponível em: <https://neilpatel.com/br/ubersuggest/>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

O Censo de Jornalistas realizado em 2019 pelo Sindjor-MS reforça a ideia de um mercado precarizado: em Mato Grosso do Sul mais de dois terços dos profissionais possuem dois ou mais empregos; é mais que o índice brasileiro e do Centro-Oeste, em que a maioria mantém apenas um vínculo empregatício (Lima *et al.*, 2022; Lima *et al.*, 2023). Cerca de 68% dos jornalistas sul-mato-grossenses trabalham entre 30h e 60h por semana, uma carga horária superior à esperada para um jornalista com apenas um emprego. Apenas 33% dos profissionais do estado são filiados ao sindicato e mais da metade (39%) mantém vínculo CLT; os contratos precários representam cerca de 22% das contratações.

Quase metade, 46% dos respondentes, já sofreu assédio moral, e 12% sofreu assédio sexual no local de trabalho. A maior parte dos profissionais (43%) está inserida em empresas de assessoria de imprensa, seguidos por veículos de jornalismo on-line (29%); televisão (15%) e rádio e impresso (9,6%) cada. Vale reiterar que, somados, os veículos de jornalismo diário empregam a maioria dos profissionais da região, ainda que os números das assessorias de imprensa sejam expressivos.

A maioria dos jornalistas sul-mato-grossenses, cerca de 56%, ganha de 1 a 4 salários mínimos, faz hora extra (54%), não tem plano de saúde (60%) e nem auxílio alimentação (67%). Com relação aos salários, inclusive, Mato Grosso do Sul é um dos seis estados brasileiros que não tem nenhum piso definido com base em categoria ou segmento⁵⁹. De acordo com levantamento⁶⁰ da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), os pisos salariais de jornalista no Brasil variam entre R\$ 1,9 mil e R\$ 4,5 mil mensais e podem ser negociados com base em setores ou segmentos específicos. A falta de um piso salarial em Mato Grosso do Sul deixa os profissionais sul-mato-grossenses mais suscetíveis a salários baixos e negociações de reajuste menos eficazes.

A diretoria do Sindjor-MS esclareceu quais são os obstáculos que dificultam a implementação de um piso no estado. Em consulta realizada em 24 de setembro de 2024, o presidente do sindicato, Walter Gonçalves Filho, explicou que a falta de um sindicato patronal no estado, isto é, a entidade que representaria os empregadores, inviabiliza as negociações do setor para definição de um piso da categoria. “Como não existe um

⁵⁹ Disponível em: <https://fenaj.org.br/sindicatos/convencoes-e-acordos-coletivos/pisos-salariais-atuais/>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

⁶⁰ Disponível em: <https://fenaj.org.br/pisos-salariais-de-jornalistas-variavam-entre-r-19-mil-e-r-45-mil-mensais/>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

sindicato patronal, as negociações são feitas veículo por veículo. Por isso, há uma disparidade enorme entre o salário inicial de um veículo para outro”. Ainda segundo o presidente do Sindjor-MS, há muita dificuldade no estado em negociar um piso e os reajustes anuais com os proprietários de veículos de mídia. “Os obstáculos são as choradeiras dos patrões, [eles] citam a condições econômicas, dizem que não dá pra ceder mais”.

Em suma, a falta de um piso salarial no estado e os números do censo indicam que os jornalistas sul-mato-grossenses também sofrem com a precarização do trabalho jornalístico brasileiro, em harmonia com os resultados da pesquisa nacional (Lima *et al.*, 2022) e com o relatório da região Centro-Oeste (Lima *et al.*, 2023). Inseridos na lógica de produção de notícias para a internet, os dois portais têm como um dos seus preceitos a necessidade de atualização contínua. A atualização contínua é definida por Palacios (2003) como um dos seis aspectos fundamentais sobre o jornalismo produzido na internet, e consiste na agilidade de atualização as notícias nos jornais da web, fazendo com que os profissionais tenham que manter um ritmo intenso de trabalho:

A rapidez do acesso, combinada com a facilidade de produção e de disponibilização, propiciadas pela digitalização da informação e pelas tecnologias telemáticas, permitem uma extrema agilidade de atualização do material nos jornais da Web. Isso possibilita o acompanhamento contínuo em torno do desenvolvimento dos assuntos jornalísticos de maior interesse (Palacios, 2003, p. 4)

Em 2006, o fundador do Campo Grande News, Lucimar Couto, já enfatizava que a atualização é uma ferramenta do jornalismo on-line que deve ser utilizada em "tempo real", pois um jornal on-line com atualizações de hora em hora "não teria sentido" (Tellaroli, 2006). Um levantamento de 2014 mostra que a atualização média do site era de cerca de 12 minutos entre uma notícia e outra e, no período de 17 horas e 55 minutos, foram publicadas 93 notícias; no Midiamax, o intervalo registrado foi ainda menor: cerca de 6 minutos entre as publicações, e no período de 16 horas e 12 minutos foram publicadas um total de 161 notícias (Fortuna, 2014).

A necessidade da atualização contínua requer que os jornalistas trabalhem em ritmo acelerado, o que afeta não só a qualidade da oferta noticiosa como também a saúde e o emocional do trabalhador (Dantas, 2019). Conforme Vieira e Christofolletti (2014), a pressa na publicação dos conteúdos é um dos fatores que causam erros jornalísticos cotidianamente. Os autores também citam a falta de rigor da apuração, ausência de

controle interno de qualidade, pressão de anunciantes e concorrentes, além de motivos deliberados por razões ideológicas, estratégicas ou comerciais.

A convergência de mídias e a figura do jornalista multitarefa também são questões observadas nos portais de jornalismo on-line. Segundo Palacios (2003), a convergência de mídias é o encontro e utilização dos formatos das mídias tradicionais (imagem, texto e som) reunidos em prol da narração do fato jornalístico, ou seja, é a notícia composta por mais de uma mídia. A convergência de mídias, por si só, não seria um problema. Porém, conforme já abordamos, é esta modalidade que resulta na demanda pela figura do jornalista multimídia e multitarefa (Bertolini, 2017), um profissional que precisa realizar trabalhos para mais de um veículo midiático ao mesmo tempo, e que atua na realização de diferentes atribuições (como repórter e fotógrafo) sem aumento de salário, ocupando funções que até pouco tempo atrás competiam a profissionais distintos.

Conforme Salaverría (2003; 2005; 2007), citado por Barbosa (2009), nos primeiros anos da década 2000, a convergência em empresas de comunicação se tornou mandatória com o objetivo de favorecer a inovação dos processos de gestão e distribuição de conteúdos, além de oferecer uma renovação do jornalismo e atualizá-lo para as demandas do público do século XXI. Contudo, junto da renovação, surgiram problemas para os profissionais, como a redução dos postos de trabalho:

Por outro lado, em nome da convergência, há também empresas que a adotam como modelo de negócio para redução dos custos, eliminação de postos de trabalho, ou mesmo como estratégia para sobrevivência diante da crise econômica que vem atingindo a indústria de jornais mais diretamente. (Barbosa, 2009, p. 39)

Segundo Kischinevsky (2009), neste novo formato de jornalismo atravessado pela convergência de mídia, o repórter não deve mais se especializar em uma única área de cobertura, e sim estar pronto trabalhar em diversos formatos e linguagens. Para o autor, essa realidade é fruto do objetivo das empresas de se reposicionarem no mercado e maximizarem seus lucros. Quem sofre com tais medidas são os jornalistas, que nutrem sentimentos como frustração, irritação e desconfiança:

Não raro, repórteres de jornais e revistas são obrigados a fotografar, filmar e/ou gravar, gerando, em uma única saída da redação, reportagens de texto, áudio e vídeo/foto, tudo isso sem qualquer acréscimo salarial. (Kischinevsky, 2009, p. 58)

Silva (2013, p. 100-101) utiliza o termo “jornalismo móvel digital” para descrever uma espécie de “redação móvel”, em que o repórter consegue exercer atividades de “apuração, produção, edição, distribuição e compartilhamento de conteúdos ou transmissão ao vivo em condições de mobilidade”. Tudo isso é possível por meio da “infraestrutura de conexão sem fio (3G, 4G, Wi-Fi, WiMax ou Bluetooth) e das tecnologias móveis digitais, portáteis e ubíquas (celular, smartphone, tablets, netbooks, gravadores, câmeras digitais e similares)”.

Barbosa (2013, p. 33), define como um “continuum multimídia” o cenário atual de atuação conjunta e integrada entre os meios, “marcado pela horizontalidade nos fluxos de produção, edição, e distribuição dos conteúdos”. A autora defende que o uso significativo de aplicativos como WhatsApp na rotina produtiva do jornalismo inaugura o que ela denomina como “quinta fase de evolução do jornalismo nas redes digitais” (Barbosa, 2013, p. 44), em que os smartphones redefiniram a forma como os conteúdos jornalísticos são produzidos e consumidos:

Neste contexto, as mídias móveis, especialmente smartphones e tablets, são os novos agentes que reconfiguram a produção, a publicação, a distribuição, a circulação, a recirculação, o consumo e a recepção de conteúdos jornalísticos em multiplataformas. As mídias móveis são também propulsoras de um novo ciclo de inovação, no qual surgem os produtos aplicativos (apps) jornalísticos para tablets e smartphones (Barbosa, 2013, p. 42).

A crescente dependência das plataformas digitais para exercer as atividades profissionais acaba reforçando o cenário de precarização do trabalho dos jornalistas (Nicoletti, 2019), além de reforçar o perfil do “jornalista sentado” (Pereira, 2004, p. 106), o profissional que não busca informações, mas que “compila a partir de um número infindável de fontes”. O uso predominante do WhatsApp nas redações se tornou uma alternativa fácil e rápida para apuração em meio às dificuldades técnicas e estruturais do trabalho, como falta de pessoas e recursos.

Estas práticas justificam, em partes, a já citada crise de credibilidade do jornalismo. A partir da crise do modelo de negócios da indústria de mídia, as empresas enxugam as redações e precarizam o trabalho, fazendo com que os profissionais tenham menos tempo e poucos recursos para produção e apuração das notícias. O jornalista multimídia, sobrecarregado, esteja “sentado” ou equipado com sua “redação móvel”, está mais suscetível a cometer erros, que acentuam a percepção do público sobre a falta de

credibilidade da mídia tradicional, em oposição à suposta honestidade dos influenciadores das redes.

Cabe ressaltar, contudo, que estas problemáticas dizem respeito a forma como as tecnologias são utilizadas pela indústria de mídia, e não ao seu surgimento por si só, ainda que intensas transições tecnológicas tenham acontecido nas últimas décadas. Conforme defende o filósofo Álvaro Vieira Pinto (2008), as inovações tecnológicas servem às necessidades dos seres humanos e, ainda que possam gerar transformações e modificar processos, jamais serão agentes próprias de qualquer ação, sob o risco de as transformamos em heroínas ou em vilãs, em que depositamos toda a glória ou culpa de problemas mais profundos e complexos:

Desligada a técnica das bases no processo social produtivo, o que significa ao mesmo tempo desconhecer a inerência dela à ação racional do homem, converte-se em um fantasma filosófico, a respeito do qual podem contar-se as mais impressionantes histórias, algumas otimistas, outras terroríficas. (Pinto, 2008, p. 50)

O filósofo argumenta que não há que se falar em “era tecnológica” em um sentido que dê a entender que vivemos em uma época mais avançada ou tecnológica do que as anteriores, visto que o homem sempre produziu novas técnicas e tecnologias.

Para Kischinevsky (2009, p. 72), a convergência de mídias, por exemplo, pode trazer benefícios para o jornalismo e para os jornalistas, desde que seja aplicada em uma cultura profissional adequada, com trabalho colaborativo e construção coletiva, ao invés de por mera “imposição do departamento financeiro”.

CAPÍTULO 3

O que dizem os jornalistas

Apresentada a fundamentação teórica que explica as diversas facetas da crise e da precarização das relações de trabalho do jornalismo, partimos para a segunda fase deste trabalho, de caráter empírico, em que ouvimos o nosso objeto de estudo de forma a compreender e mapear as condições e a percepção dos profissionais sobre o trabalho nas redações dos portais on-line de Campo Grande-MS. Neste terceiro capítulo, iremos abordar os caminhos metodológicos percorridos na pesquisa: a técnica de estudo de caso e as entrevistas em profundidade realizada com dez jornalistas empregados nos portais Campo Grande News e Midiamax. Em seguida, apresentaremos os dados coletados, e a análise destes resultados, em que traçamos comparações com os levantamentos e conceitos aqui discutidos.

3.1 Caminhos metodológicos

Para cumprir os objetivos propostos, optou-se por realizar um estudo de caso das condições de trabalho nos jornais on-line campo-grandenses Campo Grande News e Midiamax. Este método é caracterizado "pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento" (Gil, 2002, p. 58). O estudo de caso surgiu nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX e inicialmente foi criado como uma metodologia para o ensino na área de administração. Atualmente, contudo, é utilizado em pesquisas de diversas áreas, incluindo a comunicação, além da psicologia, sociologia, ciência política, antropologia, entre outras, e estuda fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados (Yin, 2015).

Conforme Yin (2015), o estudo de caso é o mais adequado para fenômenos contemporâneos localizados no contexto da vida real. E Gil (2002) destaca que, neste método de pesquisa, o pesquisador deve se debruçar sobre a multiplicidade de dimensões de um problema, mas sem deixar de encará-lo como um todo. O estudo de caso "é recomendável nas fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos" e "(...) se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido" (Gil, 2002, p. 58), o que acreditamos ser o caso da precarização das condições de trabalho do jornalismo brasileiro.

No estudo de caso, é possível definir a pesquisa como do tipo exploratória, em detrimento das pesquisas descritivas ou explicativas. Segundo Triviños (1987), a modalidade exploratória possibilita ao pesquisador aprimorar sua compreensão acerca de uma problemática, isto é, “o pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica” (Triviños, 1987, p. 109).

Uma das preocupações geralmente levantadas em relação ao estudo de caso é que a técnica seja incapaz de fornecer generalizações em seus resultados e conclusões, visto que o foco da pesquisa é um ou poucos objetos de estudo. De fato, autores ressaltam que há dificuldade e é necessária cautela para generalizar os resultados obtidos, mas o valor do estudo está em “fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas” (Triviños, 1987, p. 111). E, ainda, conforme Yin, os resultados podem ser generalizáveis em relação às proposições teóricas:

(...) os estudos de caso, como os experimentos, são generalizáveis às proposições teóricas e não às populações ou aos universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma “amostragem” e ao realizar o estudo de caso, sua meta será expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não inferir probabilidades (generalização estatística). (Yin, 2015, p. 22)

No processo de escolha dos objetos de estudo, inicialmente, havia ambição de selecionar veículos de jornalísticos campo-grandenses de todas as modalidades: rádio, TV, impresso e on-line. As assessorias de imprensa não seriam incluídas por terem organização e funcionamento muito diferentes, visto que não há produção de notícias e cobertura de pautas na mesma frequência e com o mesmo objetivo das redações de jornalismo diário.

Ao avançarmos na pesquisa, devido às limitações de prazos, optamos por reduzir o escopo da pesquisa. Inclusive, considerando a escolha da técnica de estudo de caso, se fez necessário focar em apenas um tipo de objeto de estudo, a fim de nos debruçarmos em apenas um ou poucos cenários, conforme Gil (2002). A escolha se deu pelo jornalismo on-line pois, como já discutido neste trabalho, a chegada da internet e o uso da tecnologia são componentes importantes nas transformações do mercado de trabalho e na precarização da profissão (Marcondes Filho, 2009; Heloani, 2006; Dantas, 2019). Não que as redações de TV, rádio e impresso não tenham passado pelas mesmas transformações e não façam uso das inovações tecnológicas, porém nos portais on-line

estas transições são ainda mais pulsantes e evidentes, por conta da rapidez com que as informações são publicadas, compartilhadas e reverberadas no ambiente virtual. O ambiente on-line também permite maiores cobranças pelo jornalismo multimídia, o que acarreta na já discutida figura do jornalista multifunção ou multimídia (Jorge, 2007).

Após a escolha pelo jornalismo on-line, voltamo-nos à mídia local para a escolha do nosso objeto de estudo. Ao verificarmos as listas de expedientes dos portais on-lines campo-grandenses, verificamos que dois veículos se destacam pelo número expressivo de profissionais atuando na redação, quando comparados aos demais sites: o Campo Grande News, com 40 funcionários, e o Midiamax, com 37. Como nossa pesquisa é voltada às relações de trabalhos, consideramos que este é um dado significativo para a escolha dos objetos de estudo. Além disso, os portais se destacam pelo número expressivo de acessos mensais, o que torna ainda mais relevante estudar de que forma a produção jornalística é feita nestes veículos.

Segundo Yin (2015), o estudo de caso pode ser focado em um caso único ou em casos múltiplos. Em casos múltiplos, conforme o autor, há algumas vantagens, como uma análise de resultados possivelmente mais robusta e substancial, e a possibilidade de realizar replicações diretas ou comparações entre os dois casos estudados. Neste sentido, optamos por selecionar dois veículos, Campo Grande News e Midiamax, como objetos múltiplos da nossa pesquisa, por meio de entrevistas com dez jornalistas, cinco de cada portal.

Quanto à coleta dos dados, a escolha foi por um método de natureza quali-quantitativa: entrevistas de profundidade com questionário semiestruturado (contendo questões abertas e fechadas) que busquem compreender quais são as condições de trabalho nas redações de jornalismo on-line de Campo Grande e os impactos causados na vida dos jornalistas. De acordo com Minayo (1996), a diferença entre qualitativo e quantitativo é uma questão de natureza: enquanto o primeiro foca no que é visível e concreto, o segundo se aprofunda nos significados das ações e relações humanas. Contudo, os conceitos não são opostos: “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (Minayo, 1996, p. 22).

A opção pela entrevista em profundidade como ferramenta metodológica se deu por esta técnica configurar um modelo que permite liberdade para a entrevista se moldar no decorrer do diálogo, além de possibilitar a identificação de diferentes maneiras de perceber e descrever os objetos de pesquisa. E, afinal, a entrevista “é uma das fontes mais importantes de informação para o estudo de caso” (Yin, 2015, p. 114).

Para Duarte (2015, p. 64), a entrevista em profundidade é um percurso de descobertas em que “as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer perspectivas”. Por meio da técnica é possível identificar problemas e padrões e explicar fenômenos de abrangência limitada. O autor destaca ainda que a entrevista qualitativa pode ser empregada para o tipo descritivo “em que o pesquisador busca mapear uma situação ou campo de análise, descrever e focar determinado fenômeno” (Duarte, 2015, p. 65). Conforme Gaskell (2000, p. 65), a entrevista qualitativa tem como principal objetivo a obtenção de dados que ajudem a compreender a vida dos entrevistados e de grupos sociais específicos:

A entrevista qualitativa [...] fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. [...] A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a *condição sine que non* da entrevista qualitativa.

É importante destacar que em uma entrevista em profundidade não são apenas as respostas que precisam ser consideradas. Também é necessário levar em conta o ambiente da entrevista e o comportamento do entrevistado (seus movimentos, silêncios, pausas, gestos). Em um segundo momento, essas observações podem ser cruzadas com as respostas obtidas: “Os aspectos relacionados ao comportamento do entrevistado e o contexto da entrevista ajudam a complementar a informação semântica, aquilo que se torna explícito verbalmente” (Duarte, 2015, p. 74).

Duarte (2015) ressalta que, em muitas ocasiões, é possível reunir em uma mesma entrevista questões de natureza qualitativa e quantitativa. O autor explica que as questões da pesquisa qualitativa podem ser estruturadas ou semiestruturadas; a entrevista pode ser aberta ou semiaberta e o pesquisador pode seguir um roteiro de perguntas ou apenas um modelo baseado em uma questão central. A abordagem será em profundidade e as respostas são indeterminadas. Já na pesquisa quantitativa, as questões são estruturadas, a

entrevista é fechada e segue um modelo de questionário com abordagem linear, e as respostas são previstas.

Neste caso, visando elaborar entrevistas que cumpram todos os objetivos propostos pelo projeto, optamos por trabalhar um questionário dividido entre três eixos: o primeiro, que trouxe algumas perguntas fechadas, teve como objetivo desvendar o perfil dos entrevistados e quais os direitos assegurados oferecidos pela empresa contratante; a segunda parte do questionário, com questões abertas, foi focada nas rotinas produtivas, como ferramentas utilizadas no expediente, estrutura física da empresa, casos de assédio moral e violência na profissão; a última parte do questionário tratou dos impactos da precarização entre os funcionários, desde a relação do profissional com o ofício do jornalismo (“pretende mudar de carreira?”, “quais são as expectativas profissionais?”, “recomendaria a profissão?”) até os possíveis efeitos percebidos na saúde física e mental.

As entrevistas qualitativas podem ser individuais ou em grupo. As entrevistas individuais são mais utilizadas em investigações de pesquisas acadêmicas, enquanto que as em grupo geralmente focam pesquisas comerciais (Gaskell, 2000, p. 77). O objetivo da pesquisa, então, foi realizar entrevistas individuais e presenciais, com 10 jornalistas que atuam ou atuaram há pouco tempo nas redações citadas. Segundo Duarte (2015, p. 69), nos estudos qualitativos são preferíveis poucas fontes, desde que tenham qualidade, envolvimento com o assunto e disponibilidade em falar:

A amostra, em entrevistas em profundidade, não tem seu significado mais usual, o de representatividade estatística de determinado universo. Está mais ligada à significação e à capacidade que as fontes têm de dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema da pesquisa. Boa parte da validade da pesquisa está associada à seleção. É possível, entrevistando pequeno número de pessoas, adequadamente selecionadas, fazer um relato bastante consistente sobre um tema bem definido. Relevante, nesse caso, é que as fontes sejam consideradas não apenas válidas, mas também suficientes para responder à questão de pesquisa.

Para Gaskell (2000, p. 68), o objetivo da pesquisa qualitativa é apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista: “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é conter opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”.

Para a análise dos dados coletados, utilizamos algumas estratégias analíticas do estudo de caso conforme os preceitos propostos por Yin (2015). A principal delas é o desenvolvimento da descrição do caso, em que uma abordagem descritiva dos dados é

aplicada com o objetivo de identificar padrões e cenários. Além disso, aplicamos as proposições teóricas que embasaram a pesquisa para organizar e guiar as análises, isto é, para apontar condições relevantes a serem descritas bem como as explicações a serem dissecadas (Yin, 2015).

3.2 Ouvindo os jornalistas

Para o estudo de caso, selecionamos dez jornalistas, sendo cinco profissionais atualmente empregados no portal de notícias Campo Grande News e outros cinco no portal Midiamax. Contudo, como se trata de um mercado de trabalho pequeno, sete dos dez entrevistados já trabalharam, em períodos recentes, em ambos os jornais. Durante as entrevistas, os jornalistas falaram de experiências vividas nos dois locais de trabalho, sempre sinalizando de qual redação estavam se referindo. A escolha dos profissionais foi feita por meio de indicações entre colegas de profissão e posteriormente indicações dos próprios entrevistados. Nossa amostragem buscou por uma diversidade de perfil seguindo os dados do Perfil do Jornalista (Lima *et al.*, 2022; 2023). Dessa forma, de maneira similar aos levantamentos, em que mulheres representam mais da metade dos jornalistas em atuação, sete das nossas entrevistadas são mulheres, e três são homens.

O tempo de atuação e a idade dos jornalistas são variados, desde recém-formados até profissionais com décadas de experiência, porém os números exatos não serão revelados devido à preocupação dos entrevistados com o sigilo das suas identidades; como nossa pesquisa identifica o local de trabalho, a maioria dos jornalistas demonstrou relevante preocupação com a questão do sigilo. Como já visto nos capítulos anteriores, há uma tendência de juvenilização das redações (Figaro; Nonato, 2017), o que torna funcionários com mais tempo de atuação cada vez mais escassos nestes ambientes, facilitando a identificação por idade mesmo com os nomes preservados. O medo de ser identificado apareceu em nossa pesquisa ainda na fase de abordagem e convite para as entrevistas. Um profissional recusou participar da pesquisa citando, explicitamente, o receio de ser descoberto e sofrer retaliações na empresa. Além disso, quatro jornalistas não responderam nossas mensagens e outros dois até demonstraram interesse em participar, mas nos dias seguintes deixaram de responder.

Os entrevistados expressaram receio em expor dados como o nome verdadeiro, a idade, a faixa salarial, o cargo que ocupam e detalhes da rotina ou acontecimentos específicos relatados nas conversas. Durante a entrevista, os próprios jornalistas

indicavam quais trechos não gostariam que fossem divulgados. Com relação às funções, a vasta maioria dos entrevistados atua como repórter. Também há dois editores, mas que solicitaram que não tivessem suas falas e demais características associadas à função que ocupam por medo de serem identificados.

Os perfis gerais dos entrevistados podem ser observados abaixo (tabela 1): identificação, empresa de atuação, gênero e tipo de vínculo:

Tabela 1: Identificação dos entrevistados			
Identificação	Empresa	Gênero	Vínculo
Entrevistada 1 (E1)	Campo Grande News e Midiamax	Feminino	CLT
Entrevistada 2 (E2)	Campo Grande News	Feminino	CLT
Entrevistada 3 (E3)	Campo Grande News e Midiamax	Feminino	CLT
Entrevistado 4 (E4)	Campo Grande News	Masculino	CLT
Entrevistado 5 (E5)	Campo Grande News	Masculino	CLT
Entrevistada 6 (E6)	Campo Grande News e Midiamax	Feminino	CLT
Entrevistado 7 (E7)	Campo Grande News e Midiamax	Masculino	CLT
Entrevistada 8 (E8)	Campo Grande News e Midiamax	Feminino	CLT
Entrevistada 9 (E9)	Midiamax	Feminino	CLT
Entrevistada 10 (E10)	Midiamax	Feminino	CLT

Fonte: autoria própria

A primeira entrevista ocorreu em março de 2023 com a Entrevistada 1 (E1), em local escolhido pela jornalista, após o seu expediente de trabalho. Com anos de experiência, E1 se mostrou animada em colaborar com a pesquisa e adotou um estilo “direto ao ponto” para responder as perguntas. A forma seca e até mesmo indiferente de responder algumas questões, mesmo ao descrever episódios de assédio moral e agressão física, pareceu revelar uma frustração e desilusão com a profissão, além de uma forte vontade de abandonar as redações de jornalismo.

A segunda entrevista ocorreu em fevereiro de 2024, também em espaço escolhido pela jornalista. Experiente e pragmática, a jornalista E2 conversou por cerca de 40 minutos, lembrando a própria carreira e opinando sobre as condições do jornalismo atual. Apaixonada pelo o que faz, E2 fala com tom de tristeza sobre as intenções de trabalhar menos ou talvez até de mudar de ofício, pois sente que precisa priorizar a vida pessoal após anos de sacrifícios pela carreira.

A partir da terceira entrevistas, as conversas passaram a ser de maneira remota, por meio de chamadas de vídeo na plataforma Google Meet. O motivo era a maior facilidade em agendar os compromissos com os jornalistas. Todas as entrevistas seguintes ocorreram de fevereiro a abril de 2024.

A conversa com E3 foi a mais longa: durou 1 hora e 13 minutos, em que E3 compartilhou de maneira entusiasmada sua trajetória no jornalismo, marcada por diagnósticos de transtorno de ansiedade e depressão, porém sem deixar morrer sua paixão e admiração pela profissão. Foi uma das entrevistadas que mais elogiou e buscou ver o lado positivo do jornalismo mesmo com todos os obstáculos e dificuldades mencionadas.

A entrevista com E4 foi a mais curta: apenas 28 minutos e 31 segundos. Ainda assim, o profissional compartilhou muitos detalhes da sua rotina e opiniões. Com fala rápida e assertiva, E4 parecia usar a entrevista como uma forma de desabafo sobre as condições de trabalho e as dificuldades que enfrenta no jornalismo. Não apresentou dúvidas ou hesitações: se decepcionou com a profissão e quer mudar de emprego.

Com discurso calmo e sério, E5 passou a impressão de ser analítico e muito racional. O jornalista enxerga várias complicações no emprego como repórter em site de notícias, porém gosta do que faz e acredita ser um bom profissional que merece ser mais valorizado. Já a jornalista E6 se mostrou satisfeita com sua posição atual no mercado de trabalho após anos de experiências ruins. Foi uma das entrevistadas que mais rapidamente aceitou o convite para entrevista, e se mostrou prestativa e disposta a ajudar. Ao responder o questionário, E6 expandia os temas das perguntas e por vezes fazia reflexões e críticas amplas sobre a crise do jornalismo. Parecia entender bastante, por experiência na prática, sobre os temas trabalhados nesta dissertação.

Carismático e resiliente, E7 manteve a conversa leve e despojada mesmo nos relatos mais difíceis sobre sua trajetória, como por exemplo as agressões sofridas durante coberturas jornalísticas. O profissional parece cansado e sobrecarregado, e não hesitou em dividir suas vivências e pensamentos sobre o trabalho. Com pouco tempo de atuação no mercado, E8 teve muitas dúvidas sobre o papel da nossa pesquisa. Fez várias perguntas sobre o projeto, nossas intenções e objetivos. Uma vez que pareceu compreender e confiar no intuito da pesquisa, se mostrou aberta e colaborativa. Falou com encantamento sobre o jornalismo e as possibilidades que vê para seu futuro profissional. Identifica as dificuldades e os obstáculos, mas acredita no jornalismo e em sua importância social.

A jornalista E9 tem opiniões fortes. Segura de sua competência e bastante articulada, falou por quase uma hora e, da mesma forma que E6, parecia ter bastante conhecimento sobre os temas explorados em nossa pesquisa. Apaixonada por jornalismo,

se diz “viciada” em redação, mas nem por isso deixa de falar sobre o que enxerga como exploração dos profissionais.

Por fim, entrevistamos E10 em abril de 2024. Apesar de pouco tempo nas redações, E10 já parece ter vivido muitas experiências marcantes e difíceis no mercado de trabalho do jornalismo, e falou com honestidade sobre suas vivências na área, incluindo um diagnóstico de síndrome de *burnout* (também conhecida como Síndrome do Esgotamento Profissional).

Nosso questionário foi dividido em três eixos, sendo o primeiro focado nos dados pessoais e detalhes sobre o emprego no portal de notícia; o segundo eixo trata das condições de trabalho e precarização, com perguntas sobre a rotina produtiva, a estrutura física da empresa, episódios de assédio moral, entre outros questionamentos do gênero. O terceiro e último eixo fala dos impactos das condições de trabalho e precarização, e trata da relação do profissional com o jornalismo, perspectivas de carreira, qualidade de vida, saúde e vida pessoal.

3.2.1 Primeiro eixo: perfil e trabalho

O primeiro bloco do nosso questionário tratou dos dados pessoais dos entrevistados (tabela 2). Buscamos entender quem são os sujeitos que encontramos e como funcionam os vínculos que mantêm com seus empregadores.

Sete jornalistas se declararam do gênero feminino e três do masculino. Apenas uma das entrevistadas é casada; os outros nove se declararam solteiros, ainda que pelo menos quatro tenham citado que dividem casa com namorados ou noivos. Com relação à etnia, cinco das mulheres entrevistadas se declararam brancas; uma se declarou parda e outra se declarou preta (apesar de certa indecisão na resposta, “sou muito branca pra ser preta, muito preta pra ser branca”). Em relação aos homens, um se declarou branco e outros dois se declararam pretos, totalizando seis entrevistados brancos, três pretos e uma parda. Os dez entrevistados são graduados em Jornalismo, sendo que três tem pós-graduação na área e um está finalizando uma especialização.

Tabela 2:
Primeiro eixo – Perfil e trabalho
Gênero?
Raça/etnia?
Estado Civil?
Escolaridade/formação?
Por quantas empresas de jornalismo já passou?

Horário de trabalho?
Renda salarial?
Os salários são pagos em dia?
Tem registro em carteira?
Tem mais de um emprego e, ou realiza trabalhos como <i>freelancer</i> ?

Fonte: autoria própria

Sobre o número de empresas de jornalismo que já trabalharam, entre os dez entrevistados há uma média de 5,8 empresas no currículo, sendo que uma das entrevistadas já teve vínculo com 11 empresas de comunicação. Um entrevistado com pouco tempo de formação e atuação já passou por seis empresas em um período de quatro anos.

Todos os entrevistados realizam jornada de cinco horas de trabalho, e os horários e períodos variam. De acordo com os relatos, as duas empresas pagam corretamente pelas horas extras e não há banco de horas. Os jornalistas contaram que costumam realizar horas extras com frequência na redação do Campo Grande News; apenas E5 relatou que as suas horas extras, atualmente, são “pontuais”.

É comum pedirem para a gente dobrar, fazer um segundo turno pra manter o volume de matérias. Foi até uma questão hoje, porque parece que não tem gente que quer dobrar, e falaram que amanhã vão conversar com a gente porque precisa que dobre. Das experiências que eu tive dobrando, eles pagam a hora extra, mas eu não acho que é um retorno financeiro que vale a pena. (E3)

Todo dia [faço hora extra]! Meu horário é das 6h às 11h mas geralmente saio de lá [da redação] próximo do meio-dia, as vezes um pouquinho depois do meio-dia. Por exemplo, dá 10h e 50min e acontece um acidente, um homicídio do outro lado da cidade. Aí eu vou lá. (E4)

Já sobre o Midiamax, os entrevistados contaram que existe por parte da empresa uma tentativa maior de evitar horas extras na jornada de trabalho, ainda que em alguns casos o prolongamento da jornada seja inevitável:

Pouquíssimas pessoas fazem hora extra [no Midiamax], até porque tem uma equipe grande. (E6)

Sempre passa [do horário], né? O Midiamax é uma empresa muito bem organizada. Lá tem esse lance de “olha, não façam hora extra”. Eu faço muito menos do que eu fazia no Campo Grande News. No Campo Grande News eu tinha 60 horas extras, 50 horas extras [por mês]. (E7)

No Midiamax é mais controlado, isso porque lá a equipe é grande, então dá seu horário e já tem outra pessoa para ficar no seu lugar. Eu acho que isso [horas extras] acontece muito em redações menores. (E9)

[No Midiamax] eles estimulam a não fazer hora extra a não ser que tenha aprovação do editor. (E10)

No universo consultado, 100% dos jornalistas trabalham com registro em carteira, porém sete dos dez entrevistados realizam trabalhos como *freelancer* ou mantêm um segundo emprego em vínculo precário. Na tabela abaixo (tabela 3), é possível observar a média da faixa salarial dos entrevistados e a ocorrência de trabalhos adicionais em vínculos precários.

Tabela 3: Faixa salarial e ocorrência de trabalhos adicionais em vínculos precários		
Identificação	Faixa salarial (média)*	Tem mais empregos como jornalista ou trabalho <i>freelancer</i>
E1	3,3 a 4,3 mil reais	Sim, segundo emprego em vínculo PJ e realiza trabalho <i>freelancer</i>
E2		Sim, realiza trabalho <i>freelancer</i>
E3		Sim, realiza trabalho <i>freelancer</i> e procura um segundo emprego
E4		Não
E5		Sim, segundo emprego em vínculo PJ
E6		Sim, segundo emprego em vínculo PJ e realiza trabalho <i>freelancer</i>
E7		Sim, realiza trabalho <i>freelancer</i>
E8		Não
E9		Sim, tem mais dois empregos em vínculos PJ
E10		Não

*Média do salário recebido no emprego principal (Campo Grande News ou Midiamax)

Fonte: autoria própria

Uma das entrevistadas, E9, acumula mais dois empregos em contrato de pessoa jurídica (PJ). O motivo da jornada tripla de trabalho é a baixa remuneração e a necessidade de complementar renda. “É triste ter que trabalhar em vários empregos para você conseguir ganhar bem em uma profissão que você escolheu, né?”, desabafou. A jornalista disse que pretende dar “uma pausa” devido ao cansaço, porém esse momento “nunca chega”. Ela alegou que a rotina intensa, que começa de manhã e só termina no final da noite, pode ser “viciante”.

Os outros jornalistas que mantêm um segundo emprego ou realizam trabalhos como *freelancer* também justificaram a jornada dupla pela necessidade de complementar renda, mas afirmaram que conciliar mais de um emprego não é fácil. E1 relatou que nunca tem folga no sábado e domingo, é sempre “sábado em um, domingo em outro”, e disse que sempre fica “estressadíssima”. Enquanto que E7 revelou que largou o segundo emprego por não aguentar a rotina atribulada:

Eu trabalho em paralelo com outro jornal do interior, como PJ. Tem que dar um jeito pra aumentar o salário. O salário não é suficiente, o salário é muito baixo. Trabalho o dia todo, e fim de semana, sábado em um, domingo em outro. (E1)

A gente se mata, né? No geral a categoria se mata, trabalha, não ganha tão bem, né? São poucas pessoas que realmente tem um salário que não tem que fazer *freela*, que não tem que fazer outras atividades para se sustentar. (E2)

Tô tentando [encontrar um segundo emprego] porque realmente é difícil sobreviver com esse salário. (E3)

Eu tenho vários trabalhos. Eu sempre fui assim. Desde que me formei eu nunca tive um emprego só. E é pra complemento de renda. (E6)

No dia a dia da redação do jornalismo diário é uma coisa que você acaba não tendo... eu nem me planejava porque é basicamente, tipo, aniversário da sua mãe? Você tá lá [na redação]. Seu aniversário? Você tá lá. Natal, ano novo... eu já nem me planejava porque eu sabia que eu tinha que estar lá. (E7)

Além de um incremento na renda, os trabalhos como *freelancer* também são vistos como oportunidade para crescimento profissional e visibilidade no competitivo mercado de trabalho. Alguns entrevistados aceitam os trabalhos *freelancer* pela renda extra e também como forma de valorizar o portfólio profissional. E8 relembrou uma reportagem que fez para um jornal de alcance nacional. “Além do dinheiro, era um jornal que tem relevância nacional, né? Seria legal para o meu currículo. Eu gostei bastante de fazer”. Já E2 acredita que os trabalhos por fora acrescentam desafios profissionais que auxiliam em seu crescimento como jornalista. “É uma oportunidade de currículo, mas também pode me dar um desafio. É diferente, me deixa mais criteriosa”.

3.2.2 Segundo eixo: condições de trabalho e precarização

O segundo eixo de perguntas (tabela 4) tratou de questões que envolvem a rotina de trabalho, como estrutura física da empresa, plataformas digitais utilizadas no emprego e atribuições do cargo. Avançando no formulário, no segundo eixo buscamos entender as condições de trabalho e precarização em que os jornalistas estão inseridos. A primeira parte de perguntas trouxe questões sobre a rotina produtiva, como a estrutura física da empresa, as plataformas digitais utilizadas no emprego e as atribuições do cargo.

Tabela 4: Segundo eixo – Condições de trabalho e precarização (primeira parte)
Considera que empresa oferece estrutura física e equipamentos que atendem plenamente à realização de seu trabalho?
Você já utilizou equipamentos e materiais pessoais para realizar atividades do trabalho? Se sim, quais e com qual frequência?
Quais são as ferramentas e plataformas digitais mais utilizadas no seu trabalho?
Você considera que consegue separar o uso de ferramentas digitais para uso pessoal e para uso profissional?
Existe algum monitoramento e/ou cobrança da sua produtividade?
As atribuições do seu cargo/função são respeitadas ou eventualmente cumpre atividades de outros cargos?

Fonte: autoria própria

Em relação à estrutura física das empresas, alguns funcionários do Campo Grande News disseram que a redação tem problemas: parte da sala não tem janelas próximas, há pouca ventilação, e já foram encontrados bichos peçonhentos como escorpiões no banheiro e uma “ratazana imensa” em um armário da copa. Dois entrevistados, E1 e E5, descreveram o local usando a palavra “porãozinho”, enquanto que E4 chamou o espaço de “insalubre”. Contudo, vale ressaltar que em março deste ano, durante o processo de entrevistas desta pesquisa, a redação do Campo Grande News foi transferida para uma nova sede, em que essas problemáticas, aparentemente, segundo relato de E5, foram sanadas:

A nova sede em relação à estrutura tá melhor que a anterior. Agora a redação é bem mais espaçosa e os computadores quase todos são novos. A nova sede, na parte estrutural, ficou bem legal de trabalhar. Antes era meio que um *porãozinho* lá, né? Janela não abria direito, o ar condicionado às vezes não prestava muito, mas agora a nova resolveu esse problema, né? Um espaço bem arejado, bem amplo. (E5)

Quanto ao Midiamax, não houve nenhuma queixa sobre o espaço físico. Os entrevistados acreditam que a empresa oferece estrutura física que atende as necessidades, e dois deles citaram mudanças recentes que melhoraram as condições das atividades laborais. “Recentemente, eles reformaram a redação, então de estrutura física não tem o que reclamar”, explicou E7. Já E1 disse que “apesar de o espaço ser pequeno, é suficiente. Inclusive, trocaram todas as mesas de trabalho”.

A segunda parte da primeira pergunta questionou a oferta de equipamentos que atendessem plenamente a realização do trabalho. Novamente, houve uma clara distinção entre as respostas sobre o Campo Grande News e o Midiamax. Os referentes à primeira empresa disseram que, embora o veículo ofereça a maioria das ferramentas necessárias, como computador, caderno, conexão de internet, etc., os funcionários acabam tendo que utilizar o celular pessoal na rotina produtiva. Tanto por serem oferecidos poucos aparelhos para uso de toda a redação, como também pela qualidade defasada dos eletrônicos:

O celular é uma porcaria. A bateria descarrega, não dura nem o tempo de serviço. Eu acho que nesse ponto eles falham bastante. Eu acabo usando o meu [celular pessoal] por questão de qualidade da foto. Às vezes, quando eu preciso tirar foto, o meu é muito melhor e a bateria dura mais. (E4)

Na redação, se eu não me engano, tem uns três celulares funcionais que o repórter de rua leva. Só que eu lembro que uma colega reclamou que o celular tava muito ruim, até para fazer ligação. Eu não tenho celular funcional. Eu uso o meu para falar com as fontes, às vezes quando o telefone de lá dá problema, né? Já aconteceu a gente não conseguir fazer ligação para celular ou para telefone fixo, aí não tem tempo. Então eu pego meu celular que já resolvo. (E3)

No Midiamax, os comentários foram mais positivos. Os entrevistados afirmaram que há mais aparelhos de celular disponíveis para os jornalistas, e a eficiência dos equipamentos não gera reclamações. E9 disse que é “raro” utilizar o celular pessoal para trabalhar, enquanto que E6 disse que “nunca” utiliza o próprio celular durante o expediente. Os outros entrevistados elaboraram mais a questão:

Eu não tenho muito que reclamar não lá no Midiamax. É uma empresa muito organizada no sentido de estrutura técnica. Não tem o que falar sobre os celulares, câmeras, internet, computadores. A cada dois, três anos eles renovam os celulares. Hoje o celular, por exemplo, de externa, que sai com os fotógrafos, é um iPhone 15. Então nesse quesito eles não tem medo de gastar. Eu acho bem legal, mas eu acho que é uma realidade que, pelo que eu vejo, é só lá mesmo. (E7)

A gente não usa [celular pessoal], o que é ótimo. O jornalista, às vezes, acaba por exemplo usando o próprio celular, aí você terminou o seu horário de trabalho e tem gente te respondendo no meio da tarde. Não sou mais com isso. (E8)

Eles estão oferecendo os recursos, por exemplo, tem bastante celular, mas não tem para todos os repórteres, então eventualmente alguém fica sem. Mas fazendo uma comparação com o outro [emprego anterior], era um celular para redação toda, sabe? Então ali [no Midiamax] ainda tem uma estrutura melhor. Só fone de ouvido que eu tava usando o meu próprio, eles não ofereceram, mas boa parte das redações nunca lembro de oferecer fone. (E10)

Os fones de ouvido, muito utilizados para ligações, chamadas de vídeo e transcrição de entrevistas, são alguns dos equipamentos que as empresas não costumam disponibilizar, segundo a maioria dos entrevistados.

Sobre as ferramentas e plataformas digitais mais utilizadas no ofício do jornalismo, o aplicativo de conversas WhatsApp e a rede social Facebook foram os mais lembrados nas entrevistas. O WhatsApp é um instrumento importante na rotina dos jornalistas. Segundo E3, atualmente, o chat on-line é mais utilizado que as ligações telefônicas na hora de entrar em contato com as fontes. Além disso, os grupos de WhatsApp dominam o cotidiano dos jornalistas. E4 revelou que tem cerca de 25 grupos de jornalismo em seu celular pessoal: dois são da redação do jornal, e os outros 23 são grupos diversos em que jornalistas compartilham pautas, contatos, acontecimentos recentes e vagas de emprego. De maneira geral, os funcionários e ex-funcionários do Campo Grande News relataram dificuldades para separar os limites entre contatos pessoais e profissionais no WhatsApp.

O WhatsApp a gente é totalmente dependente, né? As pessoas no geral hoje preferem mais mensagem. Quando eu tô de folga, no final de semana, eu arquivo o grupo [da redação]. Eu evito ficar olhando, mas às vezes eu vejo

alguma coisa na rua e eu mando sim [no grupo do WhatsApp], porque é tão rapidinho! (E3)

O WhatsApp para trabalhar mistura no WhatsApp pessoal, né? Acaba sendo meu WhatsApp com WhatsApp de trabalho, é a mesma coisa. (E2)

Eu acabo usando o meu [WhatsApp] e misturo tudo, pessoal e profissional. É toda hora recebendo mensagem. [Fora do horário de trabalho] eu não acompanho tanto, mas eu abro rapidinho, eu não consigo não olhar. (E4)

É o mesmo número [WhatsApp pessoal e profissional], mas eu quando eu tô fora trabalho é muito difícil eu responder. Apesar de não dar para separar literalmente, eu não vejo coisa do trabalho fora no meu horário. (E5)

No Midiamax, segundo os entrevistados, existe uma preocupação da chefia em evitar o uso do celular pessoal para fins profissionais. Por isso, a redação não tem um grupo de WhatsApp para debater pautas, avisos e demandas. A comunicação entre editores e repórteres é feita pelo Facebook, tanto no bate-papo da rede social e quanto em um grupo privado na rede social. Por ser uma plataforma menos utilizada no cotidiano, em comparação ao WhatsApp, os profissionais defenderam que a medida ajudou a delimitar o período de trabalho e os períodos de folga:

A comunicação do jornal interna é pelo Facebook. A gente tem um grupo no Facebook, onde são distribuídas as demandas de pauta e a comunicação interna mesmo. O Facebook vira e mexe apita [notificação no celular], só que é bem esporádico. Eles conseguiram filtrar bastante. O Midiamax nesse sentido é um jornal muito organizado. Ao contrário dos outros que eu já trabalhei, que era o dia inteiro o WhatsApp apitando no grupo do jornal. (E7)

As demandas [são] pelo Facebook. Ele [editor] posta lá no Facebook, mas aí fica do meu critério abrir aquela notificação. Eu não tenho essa obrigação, por exemplo, fora do meu expediente, de estar respondendo. (E8)

A gente tem um grupo do WhatsApp, só que esse grupo a gente só tem acesso com celulares da redação. Eles dizem que é justamente pelo fato de você não ficar ligado quando você tá na sua casa, é uma forma de você tentar descansar. Porque, querendo ou não, se você tá logado no grupo do WhatsApp da redação, você fica ali, né? Eu já trabalhei em outros jornais que o celular da redação era logado no meu pessoal. Eu trabalhava de manhã e à tarde ficava logada, então ficava ali conectada, sua cabeça não descansa, você já fica pensando o que dá para fazer amanhã. (E9)

Eu acho sensacional, porque a hora que eu bato meu ponto e saio de lá, acabou para mim, entendeu? (E6)

A pergunta “Existe algum monitoramento e/ou cobrança da sua produtividade” buscou compreender se a empresa utiliza algum tipo de ferramenta digital para monitorar e avaliar a produtividade dos jornalistas. Segundo os entrevistados que atuam ou atuaram no Campo Grande News, a própria plataforma de publicação do site registra o número de matérias feitas no dia pelo repórter, além do número de visualizações de cada reportagem colocada no ar. Segundo E3, esse “relatório de desempenho”, também chamado de

“ranking de matérias”, é sempre mencionado para a equipe em forma de cobrança ou avaliação do trabalho:

É sempre mencionado lá. Hoje mesmo foi: “eu vou olhar [o relatório] porque tá atrasando o site...”. Atrasando entre aspas também! Eu acho uma insanidade! Uma equipe enxuta colocar notícia a cada decimal da hora, né? No Campo Grande News existe um controle, o dono do jornal pede que haja notícia a cada 10 minutos; à noite é reduzido para 20, e aos finais de semana, após as 12h, também é de 20 em 20. Mas assim: entrou notícia 7:10, depois entra notícia, por exemplo, 7:28, aí tem que entrar outra na casa decimal dos 30. Então quando eles pedem mais produtividade, geralmente é quando o site começa a atrasar. A chefia fala que é inadmissível ficar uma hora sem notícia com dez jornalistas ali. Então esse relatório de desempenho é mencionado. Tem pessoas que entram de férias, né? Esses atrasos ocorrem com frequência. Aí dizem “eu vou começar a olhar [o relatório] de cada um”, igual foi dito hoje. (E3)

A jornalista E1 descreveu uma rotina de pressão para abastecimento contínuo do site, em que uma matéria precisa ser publicada a cada 10 minutos, aproximadamente. Segundo ela, as cobranças são feitas explicitamente, muitas vezes aos gritos. O jornalista E7 também fez um relato sobre a rotina com o relatório de desempenho:

Eles [editores e proprietário] ficavam gritando na redação “QUEM QUE TÁ POSTANDO? O SITE TÁ ATRASADO”. Você tá escrevendo calmamente uma matéria pra não ir com erros pro ar, aí alguém grita que o site tá atrasado, que tem que produzir, você começa a escrever rápido pra você poder entregar o material, aí muitas vezes vai pro ar com erro no título porque você não teve tempo de revisar, e aí você é massacrado. (E1)

[No Campo Grande News] é uma coisa diária, assim, “fulano postou só tantas matérias! Cadê a matéria?”. Um inferno. Totalmente assédio moral. (E7)

Segundo E4, esse tipo de cobrança não ocorre da mesma forma para todos os profissionais. Há quem seja “repórter de rua”, isto é, o jornalista que passa a maior parte do tempo em pautas externas. Para estes, não há como utilizar o relatório de desempenho para monitorar o número de matérias feitas no dia, visto que eles não publicam notícias na plataforma do site, apenas repassam as informações para os repórteres que estão na redação. Já E2 compartilhou outra visão, e não enxerga o relatório de desempenho como uma forma de fazer cobranças excessivas aos profissionais:

A gente consegue montar um ranking das matérias mais vistas da semana, do mês, quem é o repórter que escreveu mais durante o mês também. Mas não é parâmetro. Isso é uma coisa que a gente pode dizer que é tranquilo lá, que não tem essa de “você escreveu muito mais que fulano”, até porque cada pessoa tem uma função diferente da outra. Tem gente que a função é abastecer o site para não deixar buraco e tem gente que é para, por exemplo, material mais trabalhado, que não dá para fazer em uma hora, né? (E2)

No Midiamax, as respostas foram similares: a plataforma do site seria a única forma de monitorar o desempenho dos funcionários da redação. Porém, diferente do que acontece no Campo Grande News, os jornalistas só têm acesso ao número de matérias feitas por eles mesmos. Os dados gerais de todos os profissionais são liberados apenas para o editor-chefe da redação. Os jornalistas E6, E8 e E10 acreditam que o relatório de desempenho é pouco utilizado para monitorar e cobrar a produtividade dos repórteres, apesar de haver um entendimento geral de que o site deve ser atualizado com frequência. “A cobrança é uma coisa mais subentendida, já foi verbalizado assim ‘a gente preza pela agilidade’. No manual de redação, diz para não passar mais de 50 minutos na mesma matéria”, disse E10. Já E7 e E9 foram um pouco mais críticos em relação ao relatório:

Eu já fui cobrado por conta disso. “Ah, estamos avaliando o seu painel [relatório de desempenho]”, o que eu acho muito injusto. Não tem como ser cobrado por quantidade de matérias que eu posto, entendeu? É uma plataforma que eu acho que não representa a realidade do trabalho. Porque lá aponta quantas matérias a pessoa publicou no dia, no mês, e às vezes é usado para falar “você não publicou muita matéria, você só publicou uma, duas matérias”. Mas foi a matéria que tem dez fontes, entendeu? Três laudas de texto. Então eu acho meio errado eles usarem isso, mas de vez em quando usam. (E7)

Tem cobrança, né? No sistema dá para ver quantas matérias você produziu por dia, se o editor quiser olhar isso. No final de semana é muito mais cobrada essa questão de produtividade porque é plantão, né, equipe é reduzida, de quatro ou cinco pessoas. [No plantão] já fiz 16, 17 matérias. Mas durante a semana eu acho que é mais tranquilo essa questão de produtividade, eu acho que durante a semana eles questionam mais qualidade do seu material. (E9)

A última questão do terceiro eixo, “As atribuições do seu cargo/função são respeitadas ou eventualmente cumpre atividades de outros cargos”, gerou reflexões e dúvidas entre os entrevistados. A maioria admite que realiza múltiplas funções na cobertura de pautas: por vezes, precisam entrevistar e fotografar as fontes ao mesmo tempo, além de repassar as informações para a redação ou redigir o texto. Há casos em que precisam editar fotos e vídeos, auxiliar nas configurações da plataforma on-line do portal, apresentar jornais on-line, entre outras demandas. Para alguns, essas atividades configuram sim um desvio de função. Outros entrevistados acreditam que algumas dessas funções, como tirar fotos na pauta, já é uma atribuição comum aos repórteres. De toda forma, a maioria identificou que existe uma sobrecarga de trabalho nos jornalistas:

Se a gente for ver pela CLT, na letra da lei, é um desvio de função. Mas se a gente for ver as tendências do jornalismo, que é multimídia, isso está dentro do que está se formando no jornalismo. Aí tem aquela discussão de até que ponto esse multitarefa é benéfico pro profissional, como uma pessoa que vai ter experiência, até que ponto isso é prejudicial pro trabalhador, porque ele faz trabalho de repórter, ele faz trabalho de fotógrafo, ele faz trabalho de videomaker, tudo ganhando o mesmo salário. As empresas estão se

aproveitando das novas tendências para abusar do profissional, né? A pessoa sai, ela faz a foto, ela escreve, ela apura... isso quando o próprio fotógrafo não sai na rua sem ninguém, e ele apura. Isso acontece. (E2)

Tirar foto eu acho que já não é só coisa do fotógrafo há muito tempo, né? Tirar foto e fazer vídeo. Na assessoria de imprensa eu fiz muito isso, muito. Mas no jornalismo, na redação, é de vez em quando, e eu até gosto de tirar foto. (E3)

Eu não acho que tirar foto em uma pauta ou outra seja fora da função do repórter, entendeu? No Midiamax, como a gente tem bastante fotógrafo, quase nunca acontece sabe, é bem raro. Agora se você vai para a rua com o celular e você tira foto, você filma e você passa matéria, isso eu acho desvio de função. Eu acho que um repórter não pode ser cobrado pra fazer a função de dois profissionais. (E6)

A gente acaba sendo um multimídia, né? Porque agora tem redes sociais. A gente escreve, aí vai para pauta, às vezes grava um videozinho aqui e ali, mas eu acho que isso não vai além da minha atribuição, entendeu? Porque é algo pontual e é bem tranquilo. E é como repórter também, né? Então meio que acaba entrando [na atribuição de repórter]. (E8)

Não é uma atribuição minha. Tem fotógrafo no jornal, mas aí não tem fotógrafo suficiente para atender a demanda diária, então às vezes eu acabo tendo que fazer esse serviço. Mas no meu caso eu tiro uma foto bem de qualquer jeito, e eles não cobram qualidade, eu já falo que eu não sou fotógrafo, não estudei pra isso e minha câmera [do meu celular] não é muito boa. (E4)

Tem que cumprir eventualmente [funções de outros cargos]. Como, por exemplo, editar a foto, editar um vídeo, mexer com alguma parte da programação do site, às vezes eu faço também para facilitar meu trabalho. (E5)

Quando a gente sai sem fotógrafo a gente faz bastante [foto]. Isso é um acúmulo de função, né? Nunca tinha pensado nisso. Se você contrata o fotojornalista separado, se existe a função, então não faz sentido o repórter multimídia. (E10)

No Midiamax, especificamente, existe um projeto recente de um canal de televisão. O portal lançou um canal com transmissão simultânea nas redes e em uma operadora de TV. Segundo os jornalistas, a novidade trouxe novas atribuições e sobrecarga de trabalho para a equipe, sem aumento da remuneração. E9 acredita que este acúmulo de funções pode causar empobrecimento da qualidade do material jornalístico, enquanto E7 citou exploração da mão de obra e desmotivação profissional:

O Midiamax agora lançou uma TV. Agora eles estão com uma plataforma na Net, no canal 4 da Net com transmissão também nas redes sociais. É uma TV Midiamax. E basicamente chegaram na gente, “olha a partir de amanhã tem TV. Você vai fazer isso, isso e isso”, obviamente sem nenhum aumento salarial. Eu não aguento mais trabalhar porque eu tô completamente sobrecarregado. Isso [jornalista multimídia] é a conversa da exploração da mão de obra, né? É a empresa tentando economizar. Então é meramente uma maneira de tentar justificar a exploração da mão de obra e a falta de investimento, entende? Porque o profissional fica sobrecarregado sem nenhuma contrapartida, e isso só deixa a gente assim, louco. Eu chego lá, eu tenho vontade de chorar. (E7)

Tá tendo mais [desvio de função no Midiamax] porque tá com uma televisão, né? Você acaba fazendo um vídeo que ao meu ver teria que contratar outro profissional para fazer, mas hoje em dia o mercado tá fazendo com que o jornalista faça outras funções e acaba sendo normalizado. E aí de certa forma você acaba tirando emprego de um colega. O mercado que cobra isso, né? Então as empresas estão normalizando. Eu acho bem triste, porque acho que não sai nada assim de excelência. Eu acho que acaba empobrecendo o jornalismo. (E9)

Na segunda parte do segundo eixo, as perguntas continuaram a tratar sobre as condições de trabalho e precarização, conforme a tabela abaixo (tabela 5). Agora, os questionamentos foram sobre casos de assédio e violência durante o exercício da profissão. Também buscamos falar sobre o sindicato de jornalistas, o relacionamento com chefia e fontes, e o período da pandemia de Covid-19.

Tabela 5:
Segundo eixo – Condições de trabalho e precarização (segunda parte)
Já sofreu algum tipo de assédio no ambiente de trabalho? Se sim, de qual tipo (moral e/ou sexual)?
Já sofreu algum tipo de violência (física ou verbal) durante o exercício da profissão? Se sim, em qual ocasião/pauta?
Você é sindicalizado(a)?
Como é a sua relação com o editor chefe e com o proprietário da empresa?
Como é seu relacionamento com as fontes?
Como foi sua rotina de trabalho durante o período da pandemia de Covid-19?

Fonte: autoria própria

Dos dez entrevistados, sete afirmaram que já foram vítimas de assédio moral. Apenas três disseram nunca terem sofrido nenhum tipo de assédio no ambiente de trabalho, embora todos já tenham testemunhado abusos sofridos por colegas. Dentre os três que nunca sofreram abusos, E3 recordou situações em que foi tratada aos gritos por um superior, porém não considera que se tratou de um caso de assédio moral. “Não, eu nunca [sofri assédio moral]”, disse E3, mas em seguida relatou que na redação “tem muito grito, a editora já gritou comigo”. Isso pode ter a ver com uma normalização dos assédios por parte dos jornalistas, algo que E7 identificou durante a entrevista. “Com o passar do tempo a gente acaba normalizando certos tipos de coisa. E não era para ser assim”.

Muitos relatos de assédio tiveram informações suprimidas ou omitidas, pois poderiam identificar o jornalista. Por exemplo, uma das entrevistas relatou a perseguição que sofreu durante sua gestação. Se mencionada a empresa em que ocorreram os abusos, além de detalhes específicos da perseguição, ela acredita que poderia ser identificada. Dessa forma, de maneira resumida, a profissional contou que “sofria muita pressão do chefe”. Ele ficava “pegando no pé, fazendo coisas que nunca fez, chamando atenção na frente de todo mundo”, e havia “cobrança excessiva, crítica, piada de mal gosto”. A

jornalista disse que ficou muito “abalada psicologicamente”, foi diagnosticada com depressão pós-parto e toma remédios até hoje.

Segundo a experiência de E7, o assédio costuma ser “muito mais afrontoso com mulher”. Ele recordou de situações em que um chefe era muito agressivo com suas colegas mulheres, e certa vez disse a uma jornalista que ela deveria “vender abacaxi” pois não servia para o jornalismo. E3 também falou de casos de assédio moral que sofreu em empresas de jornalismo que trabalhou anteriormente. Os ataques eram direcionados ao seu gênero:

Eu tenho fama de responder as coisas na lata, mas eu vejo tanta coisa assim que eu já aguentei calado, sabe, de grito. É estranho, coisas que você fala “meu Deus, por que que eu tô aqui?”. Ele [proprietário do site do seu emprego anterior] dava de dedo na cara. Ele falava coisas absurdas e fica aquele clima horrórico. A gente acaba se acostumando. (E7)

[O chefe disse] “Ela não dá conta do trabalho, ela é muito lady”. Uma coisa assim, sabe. Eu já ouvi que por eu ser mulher eu não dava conta de fazer isso ou aquilo. Às vezes a forma que eu devia me vestir, já ouvi também. Mas que me afetam como mulher mesmo. (E3)

Nas redações de on-line, os entrevistados descreveram uma rotina com muitos gritos e pressão para atualização dos sites. Segundo E5, “se o site tá atrasado, começa a gritaria”. Outros relatos são mais descritivos:

Tem muito grito, isso me incomoda bastante. Uma editora já gritou comigo. Já vi pessoas chorando. Eu já vi várias coisas ali. Por causa das coisas que já aconteceu lá atrás, eu criei tipo uma capa. O que me incomoda é a exposição, você gritar ali pra todo mundo, falar num grupo [de WhatsApp] de 50 pessoas, “Você precisa estudar, você precisa aprender a escrever”. (E3)

É muito comum vir por parte da chefia. Mas ela meio que generaliza todo mundo. Tenta colocar todo no mundo numa cestinha para não ser direcionado, digamos assim. Mas a gente sabe para quem é a mensagem. Já fomos chamados de lixos. “Ah, eu tenho nojo de vocês. Eu tenho vergonha de vocês, vocês não são repórteres tão bons quanto eu tinha 15 anos atrás”. A gente escuta com bastante frequência. (E4)

Um assédio muito grande do dono, ele xinga, ele desestabiliza toda redação, ele desce gritando, ele fala muito palavrão. Você precisa tomar um antidepressivo muito bom pra trabalhar. (E1)

Para E10, mesmo que o jornalista não seja vítima de assédio diretamente, estar em um ambiente em que ocorrem os abusos traz efeitos nocivos. “A gente fica mais apreensivo, de como ter uma postura, de como conversar com um chefe ou o que expor, né? Eu acho que isso muda muito o nosso comportamento dentro da redação”. As jornalistas E2 e E9, com um pouco mais de experiência, acreditam que o cenário de

abusos já foi pior, e existe uma melhora acontecendo devido ao comportamento mais combativo das novas gerações de jornalistas.

Eu acho que com o tempo está diminuindo. Mas antigamente, quando comecei, tinha muito. Era normal. Já tive editora que xingava a jornalista de gorda. Falava “nossa, sua barriga é grande, tem que diminuir”. Já vi coordenador de comunicação que humilhava jornalista. Eu já vi muito isso, mas percebo que está diminuindo porque as pessoas estão procurando seus direitos, estão deixando de normalizar. (E9)

A gente acaba tendo vivência disso de outras empresas e acha que normaliza um pouco, né? É bom esse contato com as novas gerações, as novas gerações são menos suscetíveis [a aceitar abusos]. (E2)

Sobre episódios violentos durante o exercício da profissão, nove dos dez entrevistados revelaram já terem sofrido violência física ou verbal em coberturas. O jornalista E4 contou que, durante os desdobramentos das eleições presidenciais de 2022, ele e um fotógrafo foram cercados, empurrados e ameaçados por manifestantes nas ruas. Tiveram que deixar o local com escolta policial. No site em que trabalhava na época, que não era o Campo Grande News ou o Midiamax, foi orientado a não tomar nenhuma medida. Outros entrevistados também relataram episódios de violência durante a cobertura de política.

Depois do resultado das últimas eleições de presidente a gente teve que cobrir aquelas manifestações que estavam tendo em frente dos quartéis. Eu tava em outra empresa na época, fazendo uma transmissão ao vivo, quando fui cercado por uns 30 homens na rodovia. Começaram a me xingar, querendo que eu saísse de lá. Me xingaram bastante, me empurraram. Eu só não apanhei porque a PRF tava ali do lado. Na época eu queria ter prestado um boletim de ocorrência. Só que eu fui orientado pelo meu chefe que não era necessário porque não iria dar em nada, mas eu deveria ter feito. (E4)

Aconteceu uma situação que eu fiquei bastante assustada, porque a gente chega lá na frente do CMO [Comando Militar do Oeste] em que a galera tava concentrada. Aí tinha um grupo que tava parado bem em frente rezando em direção ao CMO com a mão estendida. O pessoal já tinha falado que às vezes eles faziam esse gesto parecendo saudação nazista. A gente nem iria falar sobre isso, eu ia conversar com eles para entender o motivo da oração. E aí chegaram uns três caras *bombadões* enormes falando que a gente não poderia ficar lá, intimidando a gente. No final, a gente acabou sendo escoltado, eu e o fotógrafo, até o carro do jornal, com eles gravando. Foi uma situação horrível. A gente teve que ir embora. Outros jornais passaram pelas mesmas situações, todo mundo que passou por lá teve essa péssima experiência. (E8)

Além de sofrer violência de manifestantes, E7 e um fotógrafo também foram ameaçados e agredidos por policiais, que obrigaram a equipe a apagar imagens que haviam sido feitas na cobertura:

A época agora das últimas eleições presidenciais foi muito difícil. A gente era ameaçado, a gente era xingado muito xingado, entendeu? E não tinha qualquer diálogo. Já tive que chamar a polícia porque eu tava sendo atacado, desrespeitado. Já tive que sair correndo de manifestação. Inclusive a própria polícia também. Policial do Bope, do Choque, mandando a gente apagar fotos. Essas polícias do Choque fecharam uma roda entre mim e o fotógrafo, e gritavam comigo pra apagar a foto, os respingos do cuspe dele vinham na minha cara... dedo na minha cara. Você se sente totalmente impotente. E não teve uma ação, assim, firme de fato, resolutive. Não veio um advogado, ninguém foi lá e ligou para a polícia, não teve nenhum processo ou uma busca para tentar identificar. É basicamente uma coisa que acontece ali, você respira, toma um copo d'água e paciência, né? É o que eu te falo, acaba criando esse sentimento, essa coisa de “já é normal”. (E7)

Devido às agressões constantes, o Midiamax contratou seguranças particulares para acompanhar os jornalistas. Foi uma demanda da própria redação, que tinha medo de sair às ruas para trabalhar. Segundo E6, a equipe já deixou de apurar e publicar matérias para garantir a segurança dos profissionais. Para ela, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro foi um ponto de virada na violência contra jornalistas:

Antigamente, o jornalista era só um profissional ali fazendo um trabalho. Hoje ele é visto como um jornalista, ele é visto como ameaça. Muitas vezes tem a liberdade cerceada. Acho que o governo Bolsonaro, ele desrespeitou completamente a atuação das jornalistas, até pelas próprias falas enquanto o Presidente da República. Ele agredia verbalmente, moralmente os jornalistas. Então isso abre o leque para que as pessoas se sintam no direito de agredir, né? Desde que o Bolsonaro perdeu a eleição, de outubro para cá, a equipe do Midiamax foi muitas vezes desrespeitada na rua. A equipe já foi hostilizada dentro do carro passando na Avenida do Duque de Caxias [na frente do acampamento de manifestantes]. E só estava passando pelo local. (E6)

A gente teve que trabalhar com segurança para cobrir a eleição. Eu tava dentro do carro, e o pessoal ali em frente o exército onde estava um monte de bolsonaristas, eles atacaram com um pedaço de madeira o carro, e eu tava dentro. (E9)

O presidente tinha ódio de jornalista, tinha raiva de jornalista. Várias e várias vezes ele destratou, ele foi contra a classe, então isso instigou o ódio das pessoas contra os jornalistas. O jornalismo era um antes do Bolsonaro e se tornou outro depois do Bolsonaro. (E1)

Os jornalistas também citam agressões verbais por telefone ou redes sociais, geralmente vindas de fontes ou leitores que não gostaram de alguma reportagem. “Muitas vezes somos xingados por matérias que nem escrevemos. Isso é um pouco corriqueiro”, disse E4. Há outros relatos mais específicos, como o de E2, que teve uma flecha pressionada contra o seu peito durante a cobertura de um conflito de terras em uma ocupação indígena. E9 citou as matérias da editoria policial como outro tipo de cobertura mais suscetível a agressões vindas da população:

Trabalhei em [editoria de] polícia, e já jogaram pedra no carro da imprensa. Já teve casos de eu ser xingada mesmo na rua, como é o nome daquele pássaro? Que vai atrás de carniça? Já fui xingada de urubu. (E9)

Já sofri xingamento. Às vezes, você atende o telefone, a pessoa tá puta com alguma matéria que saiu que às vezes nem foi você que escreveu, e ela começa a te xingar de tudo quanto é nome. Isso, infelizmente, acaba sendo um pouco corriqueiro. (E4)

De fontes, tem as pessoas que gritam. Não sei se já me xingaram, mas já xingaram colegas ali. Ofendem o jornal, dizem que a empresa é ruim. Teve uma pauta que uma mulher tomou meu celular. (E3)

[Xingamento] verbal já. É “mídia lixo”, sabe? Essas coisas. Você tá numa manifestação e as pessoas querem te ofender. “Ah, o jornalismo hoje é tudo falcatura, tudo mentira”. Às vezes, uma matéria minha vira alvo de muita crítica, aí tem muita ofensa nas redes sociais. (E10)

A maioria disse que não se sente amparada nem pela empresa nem pelo sindicato de jornalistas. É o caso de E1, que parou de pagar a contribuição sindical após ser agredida em uma manifestação (“tive os cabelos puxados por três pessoas, o sindicato não faz nada pela gente”). E4 compartilhou da mesma frustração. Em relação à pergunta “Você é sindicalizado”, a maioria respondeu “não”:

Não [sou sindicalizado], porque já tive algumas experiências. Por exemplo, [numa negociação de reajuste salarial] eu notei que o sindicato, pelo menos a pessoa que tava à frente daquela negociação, não fez da forma que deveria. Falhou bastante. Inclusive quase colocou a gente em maus lençóis no quesito de aprovar uma coisa que a gente não queria. E fora isso [negociações de reajuste], não vejo nenhuma outra efetividade. Como no caso de quando eu sofri agressão. O sindicato em nenhum momento entrou em contato comigo querendo saber como que eu tava. Pediram para eu mandar um áudio explicando o que aconteceu, e beleza, mas nunca vieram me perguntar se eu queria registrar um boletim de ocorrência, se eu tava bem, se tava precisando de alguma ajuda jurídica. (E4)

Não acredito muito no sindicato daqui. Eu entendo todas as dificuldades de um sindicato, mas acho que às vezes não ajuda muito. Lá [na empresa] tava em negociação pra acordo coletivo de reajuste salarial e outras coisas, e tenho a impressão que a gente não consegue. Os donos do jornal dão a proposta e no final arrasta tanto que a gente tem que aceitar. O sindicato não consegue fazer a negociação andar. (E5)

Eu tenho algumas ressalvas quanto a atuação do sindicato. Não vejo necessariamente ações que de fato sabe me protejam ou me alcancem. (E7)

Não boto muita fé no nosso sindicato assim, de forma geral. Eu acho que a única coisa que eles fizeram [positiva], e demorou para rolar, foi a questão da vacinação da Covid. (E8)

Os jornalistas E7 e E9 citaram casos em que o sindicato emitiu “notas de repúdio” contra jornalistas de Mato Grosso do Sul, devido a erros em reportagens. Segundo relataram, a ação fez com que eles, e outros colegas, se afastassem ainda mais da entidade:

O sindicato publicou uma nota de repúdio aos jornalistas que mentem... eu achei isso tanta sacanagem, porque é jornalista contra a jornalista. Em nenhum momento alguém foi procurar a gente para falar “olha, o que que aconteceu?”. E a gente tava totalmente respaldado. Daí uma nota do sindicato de jornalistas, tipo, indo contra a gente? Inclusive lá no jornal teve muita gente que era filiado e se desfilou depois disso. Porque acaba você não vendo muito benefício sendo sindicalizado. (E7)

Eu acho que você não pode falar mal da sua classe, né? Às vezes, eles soltam uma nota de repúdio contra um jornalista. Beleza, o jornalista errou, pode ter errado. Só que eu acho errado o sindicato ir contra, independente do que é. Eu acho que isso tem que ficar entre a classe, né? Você fazer uma nota de repúdio contra a própria classe. Eu não concordo. (E9)

As jornalistas E2 e E6 são as únicas sindicalizadas entre os entrevistados, e falaram sobre a importância da entidade. Enquanto as jornalistas E3 e E10, embora não estejam filiadas no momento, afirmaram que pretendem contribuir futuramente:

Eu me sindicalizei porque eu achei necessário pra fortalecer a categoria, porque o primeiro argumento dos donos de jornais das empresas, quando o sindicato vai tentar negociar alguma melhoria, eles falam assim: “mas quantos são sindicalizados da redação? Porque se nem a redação acredita em vocês, por que a gente vai respeitar?” Então é uma forma de fortalecer a categoria. (E2)

Eu acho muito importante, principalmente cada vez mais, né, a gente vê que mesmo nessas situações em que os jornalistas as equipes de ruas foram hostilizadas o sindicato tem efeito o papel dele, né de apoiar o profissional de repudiar as ações. Eu acho que isso tem que ser feito isso é importante que se faça certo. (E6)

Não [sou sindicalizada], mas eu preciso ser. Eu tava na assessoria, eu não sei por que eu tenho uma ideia de que o sindicato é mais ativo junto aos jornais diários daqui, e tem uns anos já que eu tô com uma ideia de mudar de área. (E3)

Não [sou sindicalizada], mas deveria ser. Acho que foi falta de iniciativa mesmo. Eu gosto das iniciativas do sindicato, acho muito importante ter sindicato. (E10)

A pergunta seguinte “Como é a sua relação com o editor chefe e com o proprietário da empresa” buscou compreender a dinâmica e o grau de proximidade entre as chefias e os funcionários dos portais de notícias. As respostas revelam que, no Midiamax, existe maior distanciamento entre a redação e o proprietário. Quase todas as sugestões, críticas, reclamações e orientações são filtradas pelo editor-chefe do site, com quem todos os entrevistados têm uma relação descrita como tranquila ou profissional.

Já no Campo Grande News, os jornalistas revelaram uma proximidade maior especialmente de um dos proprietários do portal. Essa relação foi descrita, pela maioria dos entrevistados, como tensa e até mesmo explosiva:

O dono é completamente desequilibrado, é péssimo. Ele grita com a redação e todo mundo para de produzir na hora. Aí o site atrasa, ele quer matérias de dez em dez minutos e aí ninguém mais consegue produzir porque todo mundo fica abalado. (E1)

Tem um grupo do WhatsApp lá do jornal que ele sempre põe pauta, pede algumas alterações de matéria. Ele liga lá [na redação] acho que pelo menos umas duas, três vezes ao dia para a editora para falar sobre alguma pauta, sugerir alguma coisa. Ele acompanha muito bem essa parte da produção do jornal. Já teve gente que recebeu ligação dele, colega meu, que eu já vi ele reclamando da matéria sendo bem rude. (E5)

Existe um respeito, existe uma relação de respeito. As vezes o dono dá uma exagerada, mas não por mim. Às vezes, ele tá inclusive reclamando de alguma coisa que precisa ser arrumada. (E2)

Essa relação próxima também gera pedidos, encaminhamentos, alterações e proibições de pautas. Pautas encomendadas pelo proprietário do jornal também são uma realidade do Midiamax, segundo os relatos dos entrevistados, porém em uma frequência menor.

No CGnews, a gente não pode escrever uma vírgula sem passar pelo dono. E várias pautas que a gente leva, ele derruba. Um caso recente é sobre aquele deputado que levou o livro do Hitler, não saiu matéria no CGnews porque ele avaliou que não seria matéria. E aí a mídia nacional toda deu. Ele diretamente decide o que vai pro ar e o que não. Passa tudo por ele. Tudo por ele. Não existe espaço pra discussão, e não justifica. Ele derruba e ponto final. É do jeito que ele quer. (E1)

Vem muita pauta também do dono do jornal, do filho do dono do jornal. Tem uma cobrança maior [nessas pautas]. Às vezes, não faz muito sentido. Por exemplo, tem que postar a matéria que choveu. É uma nota: “tá chovendo”. Uma colega esses dias comentou que parece o jornal do interior. Quando ele recebe de algum amigo uma sugestão, ele manda e tem que fazer. E você sabe que você tem que priorizar. Ele quer que seja feita as coisas do jeito dele, você não pode contrariar. (E3)

Algumas jornalistas, como E6 e E8, acreditam que o maior distanciamento do proprietário do jornal é benéfico para os trabalhadores e para a produção jornalística. Elas fizeram comparações entre o trabalho atual e empregos anteriores, em que havia maior proximidade e interferência do dono do veículo.

No Midiamax, a redação praticamente não tem contato com o dono do jornal. Há uma hierarquia respeitada lá. [No meu emprego anterior], o dono do jornal tinha acesso à redação, participava das reuniões de pauta e cometia muitos atos abusivos com a equipe. Eu lidava diretamente com o dono e eu tive muitos danos de saúde mental. Eu acho que o distanciamento do dono do jornal é necessário. Acho que o repórter, enquanto repórter, não precisa saber de certas coisas e não precisa ser cobrado por certas coisas. (E6)

Se ele [proprietário] passar alguma coisa, ele passa para os chefes, né? E aí não chega pra gente, então tem essa relação que eu acho legal. Nunca vi, por

exemplo, lá no Midiamax, [o dono] ligar para falar com jornalistas porque não gostou da matéria. Eu lembro que [no meu emprego anterior] o dono ligava reclamar de matéria, ligou descascando e a menina chorou. A gente fica pensando se vai acontecer com a gente. (E8)

A questão seguinte abordou o relacionamento dos jornalistas com as fontes. A maioria disse ter relações tranquilas. E2 descreveu seu relacionamento com suas fontes como “bom, distante e respeitoso” e diz que procura “não ter muito contato pessoal”. Mas alguns entrevistados pontuaram que, nos últimos anos, algumas fontes se tornaram agressivas e não querem mais colaborar. “Passei a ser mais maltratada, os deputados agiam conforme o Bolsonaro agia em Brasília”, descreveu E1. A mesma impressão é compartilhada por E3:

Eu acho que depois de Bolsonaro a gente entrou em muito descrédito [com a sociedade]. Tem secretário que não fala com jornal, tem fonte que a gente sabe que não fala com determinado jornal. (E3)

A jornalista E6 observou que, além da hostilidade que algumas fontes têm demonstrado com os jornalistas, a relação também se alterou por conta do acesso da população à internet e, principalmente, ao WhatsApp. As fontes estão mais próximas e mais presentes no cotidiano do jornalista. Essa proximidade maior também foi mencionada por E7, que reclamou do acesso das fontes e assessores de comunicação ao seu número de celular:

Eu percebi uma diferença muito grande na forma de lidar com as fontes hoje em dia. Ninguém mais usa telefone dentro da redação, é tudo WhatsApp. A participação da população com o jornalista ela aumentou. E toda a questão da pandemia, do governo Bolsonaro, colocou os jornalistas nessa linha de frente, parece que abriu o acesso da população com o jornalista, sabe? Então eu acho que a população hoje se sente mais segura e motivada a procurar as redações, a falar com os jornalistas, cobrar providências a fazer reclamações. Apesar que isso também precariza um pouco da apuração. O jornalista se acostumou muito em receber as demandas no WhatsApp e deixar de ir tanto atrás de fonte. (E6)

Na realidade, eu acho que as pessoas têm uma dificuldade muito grande de entender o que é atribuição da imprensa. Eu não gosto muito de passar o meu telefone pessoal, vira e mexe aparece alguém que vai te encher o saco, entendeu? Por não entender que eu sou só uma peça dentro do jornal. Eu já fui ameaçado no meu celular pessoal [por fontes]. (E7)

A última pergunta do terceiro eixo questionou o trabalho durante a pandemia de Covid-19. Alguns entrevistados não estavam atuando em redação de jornalismo on-line na época. Entre os que estavam empregados em redações, parte ficou em regime de teletrabalho. Tanto o Midiamax quanto o Campo Grande News fizeram escalas de trabalho para que parte da equipe trabalhasse de casa. Entre os que permaneceram

trabalhando de forma presencial, há quem tenha se sentido vulnerável por conta das coberturas feitas nas ruas, em um período anterior à vacinação contra o coronavírus.

A gente tinha colegas que iam para rua o tempo todo. Estavam mandando o pessoal pra porta de posto [de saúde], de hospital... foi um momento do auge da pandemia, que a gente não sabia exatamente o que tava acontecendo, tirando as mortes. A gente começou a ficar com medo daquilo, e aí se não me engano o sindicato até entrou com questionamento, e aí deu uma parada. Começou a ir pra rua mas aí não ia pra esses locais, porque houve uma intervenção do sindicato. (E2)

Eu era repórter [no Campo Grande News], foi Deus que me guardou. A [chefia] me mandava ir para beirada de UPA [Unidade de Pronto-Atendimento]. A gente circulava normal. Era bem intenso, aquela incerteza, você não sabia se ia ter [Covid-19] ou não. Inclusive, a gente foi cobrar um adicional, e teve uma conversa muito intimidadora assim: “jornalista tem que agradecer a Deus porque tá com emprego, olha o tanto de gente desempregada e ficando sem emprego, e vocês reclamando”. (E7)

Mesmo trabalhando de casa, a jornalista E2 acredita que o trabalho se tornou mais estressante durante a pandemia, e falou sobre as mudanças sentidas na redação após o período de isolamento, sendo uma delas uma dependência ainda maior dos contatos e grupos de WhatsApp:

Foi muito estressante porque eu fiquei sozinha, eu me isolei total da família também. Eu tinha um livro que quando eu tava estressada eu jogava na parede. O livro tá todo empenado porque tinha momentos de estresse muito grande. Como a gente não sabe o que tá acontecendo na redação, você imagina muito, né? Por isso foi criado o canal pelo WhatsApp. A gente começou a se comunicar ali para saber o que cada um tava fazendo. A gente se comunica o tempo inteiro, acabou ficando uma dependência maior no WhatsApp. Foi um facilitador que veio na pandemia e acabou ficando. (E2)

3.2.3 Terceiro eixo: Impactos das condições de trabalho e precarização

O quarto eixo do questionário (tabela 6) tratou dos impactos das condições de trabalho e precarização. Buscamos entender a relação dos profissionais com o jornalismo e de que forma essa relação tem sido impactada, ou não, pela rotina produtiva. Também questionamos as perspectivas de carreira e os impactos do trabalho na saúde e qualidade de vida dos entrevistados.

Tabela 6:
Quarto eixo – Impactos das condições de trabalho e precarização
Qual a importância do trabalho em sua vida?
Qual a sua opinião sobre a importância e reconhecimento do trabalho do jornalista na sociedade atualmente?
Você acredita que seu trabalho é valorizado?
Recomendaria a profissão de jornalista para outra pessoa?
Qual sua expectativa de carreira para os próximos anos? Já considerou trocar de profissão?

A rotina produtiva e as condições de trabalho têm ou já tiveram impactos para a sua saúde psicológica e/ou física? Se sim, quais?
De forma geral, como você avalia as suas condições de trabalho e a sua qualidade de vida?

Fonte: autoria própria

A primeira pergunta desta seção questionou qual a importância do trabalho na vida dos jornalistas, e as respostas trouxeram diferentes perspectivas e interpretações sobre a palavra “trabalho”. Alguns entrevistados falaram sobre uma desilusão com a profissão e com o jornalismo. Muitos reduziram a importância do trabalho a meramente uma questão de sustento e remuneração. Os relatos mostraram que, ao longo dos anos, o apreço e a paixão pelo ofício foram diminuindo devido às dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho, afetando inclusive a dedicação e o desempenho dos profissionais:

Minha fonte de renda, é muito importante. Mas não amo mais o jornalismo. Me arrependo muito de ter feito essa faculdade. (E1)

Olha, já foi maior [a importância do trabalho em minha vida]. Eu já fui mais dedicada. Trabalho é só parte do que eu faço e eu quis valorizar o resto, valorizar mais minha vida, minha família. Com o tempo, você se dedica e aí a empresa não se dedica tanto a você. A gente acha que é super essencial, mas a empresa pode te descartar a qualquer momento, então cuida da sua saúde, cuida da sua vida... você mata um leão por dia e vai se matando aos poucos também. E esse leão nunca é suficiente porque, no dia seguinte, você é cobrado do mesmo jeito. Tem dias que você é humilhado, tem dias que é exaltado... na maioria dos dias, você é humilhado. (E2)

Eu dava mais importância [para o trabalho]. Tanto é que boa parte do meu tempo era dedicada a ele. Por causa das questões emocionais, eu comecei a reduzir a dedicação. (E3)

É importante para pagar minhas contas. É um trabalho muito estressante. Quando eu me formei, até eu me formar, eu gostava muito. Muito mesmo. Hoje em dia, eu já repenso 20 vezes o que eu faria daqui para frente. É aquele clássico: todo mundo entra [no jornalismo] achando que vai mudar o mundo, né? Aí quando você começa a trabalhar, você vê que não é bem assim. Você tem que estar dançando conforme a música. A música, no caso, é o dono do da empresa. E aí você vai perdendo o encanto. (E4)

Eu vivi o jornalismo e o jornalismo vive em mim, mas depois da maternidade eu consigo separar. A maternidade me fez colocar o trabalho no lugar dele. (E6)

Outras respostas tiveram uma interpretação diferente e focaram nos aspectos positivos do jornalismo. Os entrevistados citaram como a profissão abriu portas e trouxe conhecimento e oportunidades para suas vidas, ainda que tenham feitos críticas e reclamações:

Pra mim, quando eu me formei, a minha ideia era ajudar as pessoas, especialmente quem não tem acesso. Então acho que é um trabalho bem

relevante para informar as pessoas; E gosto muito do meu trabalho, o problema é toda essa pressão. (E5)

Talvez muitos vão repetir isso, mas com o jornalismo é uma relação de amor e ódio. Eu tô numa fase muito sobrecarregado, mas às vezes eu vejo uma coisa que eu faço, que me dá uma certa faisquinha, eu falo “que trabalho massa, que legal, que bom que eu posso vivenciar isso”. Mas acho que hoje a questão financeira fala muito mais alto do que qualquer coisa. (E7)

Teve um professor [da faculdade] que mencionou uma frase, “o jornalista é especialista em generalidades”. Eu entrei no jornalismo por causa disso, porque eu gostava muito da ideia que eu poderia estar hoje falando, sei lá, das baleias-jubartes e a amanhã da soja daqui do Mato Grosso do Sul. Eu conheci bastante da cidade trabalhando como repórter, eu me sinto satisfeita nesse lado. Eu fico pensando, se eu não for jornalista, eu não teria essa oportunidade de estar aqui. [E8]

Pra mim, redação é algo viciante, sabe? Tanto que eu sigo na redação, porque a assessoria de imprensa dava muito mais dinheiro e você trabalha menos. Só que essa questão de você não saber como vai ser o seu dia, você conversar com várias pessoas e você sempre aprender algo novo, você sempre vai conversar com alguém que tem uma história que você vai te tocar e vai te acrescentar na sua própria na sua vida mesmo. Então a redação, pra mim, é algo viciante. A gente tá numa redação e a gente fala mal da redação, mas se você fica sem redação sua vida fica ruim também. (E9)

[Importância] financeira e existe também uma realização pessoal, embora eu tenha um sentimento meio de dualidade, né? Eu quero gostar, mas eu também quero vender minha alma. Eu queria trabalhar menos, mas eu gosto muito do meu trabalho. [E10]

A questão seguinte abordou a forma como a sociedade encara o papel do jornalismo e do jornalista nos dias atuais. Nas repostas, vários entrevistados voltaram a citar o crescimento da hostilidade da população contra jornalistas. Alguns falaram ainda em “descrédito” e “descredibilização” do trabalho jornalístico. Novamente, foram citadas as eleições de 2022 e o período de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro:

Eu acho que depois de Bolsonaro, a gente entrou em muito descrédito. Às vezes, a gente vai abrir para ler as redes sociais, os comentários, e tem gente falando “será que é *fake news*, jornalzinho ruim” e tal. Esse tipo de comentário. E ofende o próprio jornalista que escreveu o nome, né? Não só a empresa, o jornal, a imprensa, mas a pessoa do jornalista. Eu acho bem problemático. (E3)

Principalmente na época da eleição [de 2022], a gente sentiu que aquele ódio ao jornalista, que já existia, se afluou ainda mais. Passou para o Brasil inteiro, então as pessoas começaram a ter liberdade para falar mal de jornalista como se todo mundo fosse do mesmo balaio. (E2)

Você vai ver os comentários das redes sociais, o pessoal metendo o pau. A pessoa nem lê o link, nem leu a matéria, e o pessoal tá chamando você de comunista, de esquerda, [dizendo que você é] comprado por fulano de tal. As pessoas veem com um pouco mais desconfiança o jornalismo. (E8)

[Existe] desvalorização não só por parte do mercado de trabalho, mas por parte da sociedade com a gente, como profissional. A gente é muito descredibilizado, né? As pessoas costumam muito confrontar tudo que a gente tá apurando. Às vezes, a nossa informação tá certíssima. Tá tudo correto e o pessoal vem e descredibiliza. Fala “não, você tá errado, você é um péssimo repórter”. (E4)

Quatro entrevistados falaram especificamente sobre a disseminação de desinformação e de notícias falsas, que eles chamaram de *fake news*. Também foi citado o avanço da inteligência artificial, que vem causando preocupação entre especialistas em relação a disseminação de informações falsas. E duas jornalistas mencionaram a não obrigatoriedade do diploma como uma das causas de uma desvalorização do ofício:

Eu acho que [o jornalismo] é mais importante do que nunca, né? O jornalista nunca foi tão necessário assim. É um trabalho sério de mostrar as realidades, de mostrar as diferenças, de mostrar as vulnerabilidades da população. A gente vive uma era de *fake news* em que as informações são difundidas absurdamente, e eu não acho que o jornalismo tá aqui para competir com isso, porque não é papel do jornalista. Se você tem interesse em estar bem informado, então procure fontes confiáveis, sabe? (E6)

Nossa profissão tem um problema que todo mundo se sente muito jornalista, né? Hoje em dia, a gente tem o celular, uma câmera, o povo faz um vídeo ali e se sente jornalista. A gente consegue fazer um trampo mais aprofundado, mas especializado. Aos trancos e barrancos, dentro da nossa possibilidade, só que a gente tem aquele contato com as fontes oficiais, então acho que [o jornalismo] é mais do que necessário ainda mais hoje em dia tipo, com *fake news* e com inteligência artificial, que também que tá chegando e acaba criando dúvida [sobre veracidade de informações]. (E7)

É fundamental, porque tem muita *fake news* e a gente tem que desmentir. É fundamental o trabalho do jornalista, é fundamental pra sociedade toda. (E1)

Com essa onda de *fake news*, eu acho que tinha que ter um trabalho mais sério em relação aos sites que não tem pessoas com DRT, de pessoas que não são jornalistas formados não poderem trabalhar. Porque isso acaba perdendo a nossa credibilidade, né? Acaba sendo generalizado. Quando você é formado, você teve aula de ética, aula de como a informação vai impactar a sociedade, né? E quem não fez uma faculdade de jornalismo, não sabe como lidar com isso e não sabe qual é o impacto de determinada informação. (E9)

Eu acho que é uma profissão muito difícil e tá muito desvalorizada. Com o acúmulo de informação que hoje tem, redes sociais e tudo mais, a formação do jornalista é muito importante e a gente está sendo muito. News e tudo mais é eu acho que tem muito importância o jornalismo, mas acho que também tem muito importante é muito importante os veículos de comunicação revisar em algumas posturas porque muitas vezes jornalistas não tem tempo de se dedicar uma apuração com calma. (E10)

Ainda no tópico sobre a percepção da sociedade em relação ao jornalismo, alguns entrevistados citaram o reconhecimento do trabalho que recebem por parte da população e das fontes. As jornalistas E8 e E9 falaram das vezes em que suas matérias ajudaram a

solucionar necessidades de pessoas em situação de vulnerabilidade. Estes seriam momentos em que as profissionais sentem que o jornalismo, e os jornalistas, recebem reconhecimento.

Pontualmente, a gente tem uns momentos legais também. Você fez uma matéria e acabou ajudando alguém. As pessoas, às vezes, têm muita gratidão pelo o que você faz. (E8)

Você conseguir mudar algumas coisas, por exemplo, uma pessoa entra em contato com você que ela tá sem vaga no hospital e você faz uma reportagem e depois a pessoa te agradece e fala “obrigada, consegui uma vaga”. Isso para mim é algo que dinheiro não paga, sabe? Porque redação não paga. (E9)

A pergunta seguinte, “você acredita que seu trabalho é valorizado”, também gerou diferentes interpretações. Grande parte das respostas interpretou valor como uma questão salarial. No caso, três jornalistas responderam que não se sentem valorizadas e citaram os salários baixos como parte da justificativa. E3 opinou que o jornalismo é uma profissão de risco, e mesmo assim a remuneração é baixa:

Salarialmente, não. Olha, qualquer coisa que eu colocar errado ali, alguém pode entrar com uma ação judicial contra o jornal, contra mim, né? A gente está fazendo denúncias, o jornal enfrenta muitas judicializações. E tem um risco de vida também. A gente tá na rua, exposto. Não tá com colete à prova de bala. A gente não sabe o que pode acontecer. Eu acho que pela importância desse trabalho, pelos riscos envolvidos, a gente deveria receber um salário melhor. E da parte do dono do jornal, é só a pau. Ele raramente faz um elogio. E tem leitor que já lê procurando o erro, já lê procurando defeito. Então não me sinto valorizada. (E3)

[As pessoas] elogiam uma reportagem ou outra, mas financeiramente? Eu acho que valorização é você fazer um trabalho legal, a pessoa gostar do seu trabalho e tentar te segurar, mas não ela só tenta te segurar quando tá te perdendo então não acho que isso valorização. (E9)

Não [me sinto valorizada]. Por causa do presidente que a gente teve. E por causa da facilidade da internet também, de hoje em dia as pessoas terem acesso muito rápido, muito fácil, a tudo que tá acontecendo, Então elas veem vídeos e julgam mesmo que não seja realidade. E o presidente tinha ódio de jornalista, tinha raiva de jornalista. Várias e várias vezes ele destratou, ele foi contra a classe, então isso instigou o ódio das pessoas contra os jornalistas. O jornalismo era um antes do Bolsonaro e se tornou outro depois do Bolsonaro. (E1)

Não me sinto valorizado, principalmente pela sociedade. Os últimos anos mudaram bastante pra nossa profissão, os últimos anos de 2018 para cá, eu acredito. Antes também não era lá aquelas coisas, penso eu, mas de um tempo para cá as coisas têm ficado um pouquinho piores. (E4)

As jornalistas E8 e E10 responderam que se sentem valorizadas especialmente pelos colegas, quando estão no ambiente de trabalho. Contudo, E10 ressaltou que, em

outros espaços, como entre a sua própria família, é comum que ouça comentários depreciativos sobre a profissão: “chamam de imprensa marrom, usam esses termos”.

As jornalistas E2, E6 e E7 responderam que se sentem valorizados como jornalistas devido ao currículo que construíram ao longo dos anos, mas E6 falou sobre como os salários baixos afastam os profissionais mais experientes, o que prejudica a qualidade da produção jornalística, enquanto que E7 criticou o tratamento dado pelas empresas e figuras políticas:

A minha experiência, o meu valor como profissional é reconhecido dentro da empresa, mas eu acho que isso não é uma realidade de todo mundo. Eu acho que é muito difícil, por a gente ter um mercado muito pequeno, você conseguir aumento salarial, por exemplo. Eu nunca vi aqui em Campo Grande acontecer de você pegar um repórter e valorizar aquele repórter pela experiência dele, pra manter ele na redação porque ele é um repórter importante. Se você olhar até para a estatística de idade das redações, só tem gente nova. Isso é péssimo para o jornalismo. Porque, infelizmente, quem tá se formando agora não tem conhecimento, não tem experiência que a redação exige. Porque isso enriquece o jornalismo, né? E você não vê um jornalista antigo dentro de uma redação, porque ele não vai se sujeitar a ter um salário baixo. As redações não valorizaram os profissionais antigos. (E6)

Quando você vai numa favela tentar uma fazer uma matéria social, humanizar, e você vê naquelas pessoas a confiança, a esperança e a valorização do seu trabalho, te dá uma faisquinha de esperança, de alegria na sua profissão. Você vê essa valorização e essa confiança no trabalho da imprensa. Agora se você falar de empresa ou de pessoas do poder, por exemplo, eles estão nem aí. Pra empresa, a gente é só mais um CPF ali que é facilmente substituído. E pra pessoas do poder também. Um político, por exemplo, ele pode facilmente pedir sua cabeça, como já aconteceu com colegas. (E7)

Na pergunta seguinte, procuramos descobrir se, com base nas suas experiências, os entrevistados recomendariam a profissão de jornalista para outras pessoas. Cinco disseram, sem hesitar, que não. Entre as justificativas aparecem: salários baixos, falta de credibilidade perante a sociedade, rotina cansativa, provável decepção com o mercado de trabalho, entre outros:

Não, nunca, jamais. Porque ganha mal, trabalha muito e não é valorizado. (E1)

Nem pensar. É muito intenso. Às vezes, a pessoa sonha uma coisa, ela vai chegar no mercado e vai se desiludir. Tem a questão da remuneração. As novas gerações querem trabalhar nem tanto mas ganhar bem, isso não vai acontecer no jornalismo. (E2)

Eu não recomendo não, a não ser que a pessoa já queira. Fazer o que, né? É a vontade dela, ninguém me avisou na minha época... mas não, não recomendaria. (E4)

Não recomendaria. Eu acho uma profissão extremamente desvalorizada, eu acho triste eu, com anos de profissão, ter que fazer freelas para complementar

a minha renda. Eu não acho isso legal, sabe. Eu acho que isso mostra o quanto a profissão é desvalorizada. (E6)

Pra ser sincera, não. Pelas questões de salário, valorização, trabalhar demais. Tem jornalista que chega ganhando 1.800 reais. Eu acho que não pagava nem a mensalidade da faculdade dele, não é um bom investimento. Você só continua sendo jornalista se você gosta muito da profissão, senão você abandona e procura fazer outro curso. Só que eu gosto muito, então eu não consigo ficar sem, mas eu não indicaria um sobrinho meu fazer, acho que ele poderia ganhar dinheiro de outra forma. (E9)

Os outros cinco entrevistados disseram que recomendariam a profissão, mas apenas E5 recomendaria sem muitas ressalvas. E8 disse que faria uma recomendação “iludida”, enquanto E3 afirmou que recomendaria a profissão “com otimismo” de que as condições de trabalho serão melhores no futuro:

Eu continuo achando uma profissão muito nobre, essencial. Eu acho redação o jornalismo raiz, o que seria da sociedade sem os jornais? A profissão é instigante, é boa para pessoas curiosas, para pessoas que querem prestar esse serviço. A informação é uma necessidade. [Mas] tem o lado do das condições de trabalho e do salário. Eu recomendaria sim, mas é uma recomendação muito otimista de que as empresas jornalísticas vão melhorar daqui a alguns anos. (E3)

Eu recomendaria sim, é uma profissão bem interessante, né? Você consegue ter algum status, certo público. Eu acho muito interessante a profissão, não é algo que tem que acabar, eu recomendaria se a pessoa gosta de se comunicar, gostar de comunicar com os outros. (E5)

O que eu sempre falo quando me perguntam, você realmente tem que amar muito isso, entendeu? E não ir acreditando que o jornalismo é um conto de fadas, que você vai mudar o mundo, que você vai acabar com as injustiças do mundo. A cabeça que eu tenho hoje é totalmente diferente do que quando eu entrei. Hoje eu vivo a realidade do jornalismo. (E7)

De forma iludida, eu recomendaria, mas se você gosta e acha que é isso que você quer para sua vida. (E8)

Complicado. Eu acho que eu recomendaria, mas seria honesta. É muito difícil, é muito limitado, você entra ganhando mal. Mas vendo pelos meus amigos de outras profissões, eu não sei se é um problema do jornalismo ou do mercado de trabalho atual. (E10)

Em seguida, questionamos quais são as expectativas de carreira dos jornalistas para os próximos anos, tentando compreender se os profissionais desejam continuar atuando na profissão ou se pensam em buscar outras ocupações. Cinco responderam que pretendem trocar de profissão ou área do jornalismo nos próximos anos. Assessorias de imprensa, concursos públicos e outras graduações foram citadas. Parece haver uma crença entre os entrevistados de que as empresas de assessoria de imprensa são lugares melhores

para se trabalhar, com menos demandas e maiores salários. E2 disse estar cansada de ter “a vida inteira pela metade” por conta do trabalho intenso, e sem feriados, das redações:

[Pretendo ir pra] assessoria de imprensa, vou fazer o mestrado e vou ver se eu consigo assessoria de imprensa. Talvez eu faça uma outra faculdade, mas daqui um ano, dois anos. Eu tenho muita vontade de mudar, eu quero outros ares. Eu quero sair. (E1)

Eu sempre penso, não é de hoje, em mudar. Mas o que eu sei fazer, além disso? Eu não sei. Eu tô pensando em concurso, mas nunca fui de fazer concurso, vou só tentar. É a falta de reconhecimento, é cansativo essa coisa de nunca ter folga. Como eu sou do hard news, eu nunca tive um Natal e um ano novo. É sempre um ou outro. Um feriado trabalha e outro não. E aí você começa a ver as demandas pessoais, é puxado por causa disso. A vida inteira pela metade. (E2)

Continua nos meus planos [sair da área do jornalismo]. Depois que eu me decepcionei mesmo com o jornalismo, com as empresas desse ramo aqui, comecei a pensar nessa possibilidade de sair daqui [do estado]. Também penso em fazer outra faculdade, dar aula. (E3)

Eu sairia 100% do próprio jornalismo para uma área que eu ainda não sei qual seria. Eu mudaria 100% de área ou iria para uma outra área que não o impresso, online ou TV. Eu tentaria uma assessoria ou alguma outra coisa do tipo que eu sei que também trabalha bastante, mas com toda a certeza é muito mais tranquilo. (E4)

Tô nesse processo [de fazer outra graduação]. Falta bater o martelo para eu sair do jornalismo diário, porque hoje para mim o jornalismo de redação tá muito estressante. Eu não me vejo mais dentro de uma redação, eu preciso esse ano sair de redação. (E7)

Outros três entrevistados disseram que pretendem continuar atuando no jornalismo, porém desejam mudar de estado, o que atribuem a uma falta de oportunidades em Mato Grosso do Sul. E10 afirmou que vai “insistir” no jornalismo por mais alguns anos, antes de tomar alguma decisão, mas enquanto isso já está se preparando para concursos públicos. Apenas E6 não falou em trocar de profissão ou sair do estado, apesar de ter apresentado preocupação e receio sobre o seu futuro profissional.

Eu não quero passar mais um ano lá não [no Campo Grande News]. Eu quero estar no próximo ano em alguma assessoria que seja pública ou em outra empresa em outro estado. Não quero sair dessa profissão que eu acho que eu ainda tenho muito para entregar, tem trabalho que eu gosto ainda de fazer. (E5)

Eu não penso muito [no futuro]. Eu acho que é preocupante pensar que nesses anos todos de profissão eu vi muitos jornalistas fazendo esse processo de trabalhar na redação e aí chegar nos seus 30 e poucos, 40 anos, migrar para uma assessoria de imprensa e morrer lá, né? Me preocupa muito. Eu tenho esperança de no futuro conseguir ter trabalho reconhecido numa redação ou até numa assessoria. Eu acho muito triste você ver profissionais muito bons, que fizeram um nome, em subempregos. (E6)

Daqui a 10 anos, vamos dizer assim, eu gostaria de estar trabalhando em outra redação, em outro estado, quem sabe estar atuando nessa parte de jornalismo de dados, meio ambiente, que é uma coisa que eu gosto bastante. Não gostaria de ficar aqui no Mato Grosso do Sul. (E8)

Eu tô pretendendo mudar [de estado], porque Mato Grosso do Sul tem um mercado muito pequeno. Você trabalha nas grandes redações, aí você pensa, “e agora? O que que você vai fazer? Vou ficar o resto da minha vida nesse jornal? ”. Não que seja ruim, mas você fica limitado. O mercado é muito pequeno, e daí você ou se acomoda ou você tenta buscar algo melhor. Eu prefiro me arriscar. (E9)

Eu coloquei uma meta assim de insistir no jornalismo por mais uns anos, para eu ter experiência. [Vivi] coisas muito ruins e coisas muito boas. Agora estou no momento bom, então eu penso em ficar pelo menos uns dois três anos e ver aonde isso vai dar. Eu também venho me preparando pra concurso. (E10)

Um dado que chama atenção é que pelos menos quatro entrevistados afirmaram que não desejam assumir cargos de chefia na redação, nem hoje nem no futuro. Com base no que observam no cotidiano, os jornalistas argumentaram que não desejam promoções na empresa, mesmo com aumento do salário, devido ao estresse que atribuem a um cargo de editor ou editor-chefe:

Eu não tenho certeza ainda se eu tenho interesse em um cargo de editor porque eu não sei se vale a pena a dor de cabeça, o estresse. Não sei se é algo que eu gostaria, então a princípio eu prefiro ser repórter. (E10)

As demandas [de um subeditor] são muito maiores e é muito estressante. Eu não quero isso para minha vida. Eu não quero ganhar 2 mil a mais para viver uma vida mais de inferno ainda do que eu já vivo. Ou você pode virar editor-chefe, mas aí tem que aguentar o dono [do site]. (E7)

[A pressão] cai muito nos ombros de editores, tanto é que eu nunca quis ser coordenadora. Já me ofereceram para coordenar plantão e eu não quero. Ganhar um pouco a mais para ter muita dor de cabeça. (E9)

Hoje eu não tenho interesse de subir. Isso [cargo de chefia] eu não quero mais pra mim, é um trauma que não vai passar. Quando você sobe para chefe de redação e para editor-chefe, eu acho que você tá muito mais sujeito a assédio moral, a pressões descabidas. [No emprego anterior] Eu já acordei 6 horas da manhã com dono do jornal gritando comigo no celular. (E6)

Em relação a pergunta sobre impactos na saúde, todos os entrevistados acreditam que o trabalho como jornalista acarretou em problemas de saúde ou queda na qualidade de vida. Foram citados diagnósticos de transtorno de ansiedade, depressão, depressão pós-parto, síndrome do pânico e síndrome de *burnout*, assim como problemas relacionados ao estresse, como dificuldades para dormir, queda de cabelo e crises de gastrite e refluxo.

O jornalista E7 relatou que, em três dias diferentes, foi parar em uma unidade de pronto atendimento logo após um turno de trabalho. Nas três ocasiões, ele acreditava estar

tendo um infarto. O jornalista posteriormente foi diagnosticado com transtorno de ansiedade e síndrome do pânico. Já E9 revelou que procurou terapia com psicólogo para lidar melhor com o trabalho que ela define como uma rotina de “cobrança de todos os lados”:

Normal você ver jornalista tomando remédio de tarja preta, inclusive por causa dessa vida de cobrança, porque tem muita cobrança. Cobrança do público te criticando, cobrança de agilidade, cobrança de fonte, é cobrança de todos os lados e ganhando pouco. (E9)

No Campo Grande News, era muito pesada a questão psicológica. Eu tive um surto, eu fui parar por três vezes na UPA [Unidade Pronto Atendimento] falando que eu ia ter um infarto. Na terceira vez, o médico falou “seu problema é meramente emocional, você precisa de um psiquiatra”. Eu fui diagnosticado com ansiedade e síndrome do pânico. A raiz de tudo isso foi a pressão do jornalismo. (E7)

Eu consigo identificar muitos problemas. Muita crise de ansiedade. Eu tive muita queda de cabelo. Eu fiz uma cirurgia de retirada de nódulo do seio. É tudo acúmulo de estresse. (E6)

O jornalista E7 disse também que tem problemas para dormir, especialmente nas vésperas do plantão. “Amanhã eu tô de plantão, então hoje à noite eu tenho certeza que não vou conseguir dormir direito. Você fica acordando, pensando no outro dia”, descreveu. É a mesma queixa de E4 que, entre outros problemas de saúde, também mencionou dificuldades com o sono:

Eu não consigo mais ter uma noite de sono completa, eu não sei o que é dormir das nove às cinco da manhã, por exemplo. Eu acordo muito de madrugada. Então eu tenho um sono muito ruim o que me deixa muito cansado ao longo do dia. E a questão do estresse também, a gente fica bastante estressado. Tenho uma gastrite desde quando era adolescente, mas tem uns seis meses para cá, ela tem estado presente na minha vida. Com certeza o trabalho tem uma certa influência nisso. (E4)

Uma das jornalistas acredita que desenvolveu uma depressão pós-parto devido ao assédio moral que sofreu na época de sua gestação, enquanto que E2 citou problemas gastrointestinais que estariam relacionados a sua rotina como jornalista. E2 também foi diagnosticada com síndrome do pânico, mas acredita que as causas estariam relacionadas a sua vida pessoal, e não a sua profissão.

Os jornalistas E5 e E8 afirmaram que nunca receberam diagnósticos de saúde relacionados ao ambiente de trabalho, porém acreditam que a “ansiedade” causada pela rotina de pressão das redações afetam o desempenho profissional e a vida pessoal.

Eu nunca fiz um acompanhamento psicológico, mas eu sinto que a redação é muito estressante, tem muito grito. Tem dia que eu chego muito cansado, e a gente só faz as matérias, nem lê o que a gente escreve. Então, às vezes, eu fico numa ansiedade de finalizar o dia, acabar as coisas, porque a gente vai me automatizando todo esse processo. (E5)

Alguns profissionais foram diagnosticados com problemas de saúde mental antes de entrarem nas redações do Campo Grande News e do Midiamax. É o caso das jornalistas E3 e E10. E3 trabalhava como assessora de imprensa quando recebeu o diagnóstico de transtorno de ansiedade e depressão, e resolveu buscar emprego em outra área justamente para tentar melhorar sua qualidade de vida. No jornalismo on-line, ela disse que tem “gatilhos”, mas ainda se sente melhor do que quando atuava em assessoria.

Já E10 era repórter em um outro portal de notícias de Campo Grande quando foi diagnosticada com depressão e síndrome de *burnout*. Ela contou que a mudança de emprego para o Midiamax tem ajudado no seu quadro de saúde, especialmente por não ter mais contato direto com o editor-chefe e o proprietário do veículo em que trabalha.

Eu tava muito exausta, era um cansaço que ia só se acumulando. Eu cheguei a ter crise de pânico antes de ter reunião com o editor-chefe e com o diretor do jornal. Eu desmoronei, chegou um dia que eu não conseguia levantar um copo para tomar água, a minha mãe teve que ficar comigo, teve que me dar banho. Depois disso, eu nunca mais quis aceitar nenhum trabalho que me colocasse em contato direto com o editor-chefe. Meu psiquiatra falou que eu tive o combo que causa o *burnout*, que era ter um volume de trabalho muito alto e um ambiente que te oprime, que te deixa desconfortável. E a demanda não era só grande, era incompatível com o que é possível ser feito. (E10)

Além dos diagnósticos, os jornalistas também falaram sobre como a exposição a conteúdos jornalísticos sobre crimes e tragédias afetam suas vidas. E5 falou sobre sensacionalismo da mídia e disse que se sente “eticamente ferido” quando precisa ir a velórios para entrevistar familiares enlutados. E1 e E6 revelaram que notícias sobre criminalidade já afetaram seus estados emocionais:

Depois que eu me tornei mãe, não consigo mais olhar notícias de estupro, de agressões a criança, a morte de crianças. Isso me afeta muito de um jeito que eu jamais imaginei me sentir afetada. Já chorei escrevendo matéria de estupro. (E1)

O sensacionalismo de alguns casos é uma coisa que não acho certo. Por exemplo, cobrir um velório. Me afeta demais. Eu ter que ir para alguma cena de crime, alguma coisa assim, me afeta muito. Mas a gente vai porque é o trabalho, né? Mas, eticamente, eu me sinto ferido. (E5)

É muito fácil o jornalismo te impactar pessoalmente, porque você acaba vivendo aquilo, né? Você acaba vivendo 24 horas, porque o jornalismo de fato ele não para. Você vai ter informação o tempo todo e eu acho que o jornalista

precisa aprender a delimitar o impacto daquilo na sua vida. Quando eu cobria polícia, eu achava que uma pessoa ia vir me assaltar a qualquer hora. É um pesadelo. (E6)

A última pergunta do questionário indagou, de forma geral, como os entrevistados avaliam suas condições de trabalho atuais. Novamente, houve variedade de interpretações. Muitos entrevistados parecem ter interpretado “condições de trabalho” apenas como estrutura física da empresa e vínculo trabalhista. Estes entrevistados disseram que consideram as condições boas, citando, por exemplo, o prédio do portal de notícias e a carteira de trabalho assinada. “É o mínimo, mas é muito bom”, definiu E10.

Boas, de um modo geral. É um jornal organizado e tem estrutura, e é isso. (E7)

Sim. Tem carro, tem celular, a gente tem computador, tem carteira assinada, que é uma coisa muito boa, né? O mínimo, mas é uma coisa muito boa. (E8)

De zero a dez, eu acho que seria bem na média. Cinco, seis. Porque a estrutura que eu tenho física é boa, o ambiente físico assim é bom. Eu consigo fazer um trabalho, às vezes. (E5)

De zero a dez, um sete. Tá na média. (E4)

Considero boas, principalmente em comparação [com meu trabalho] anterior, né? Eu vejo que eles ainda tentam priorizam muito esse contato apenas o seu editor [e não com o dono do jornal]. As coisas chegam muito mais filtradas. (E10)

Outras respostas foram mais críticas e citaram, novamente, falta de valorização do salário e o ambiente mercado por pressão e críticas, o que, segundo as respostas, pode afetar o psicológico dos profissionais:

Não [considero]. Não, porque você precisa ser meio louco pra você trabalhar, precisa tomar um antidepressivo muito bom pra você poder trabalhar. (E1)

Médio. Tem a parte boa e tem a parte ruim. Parte ruim falta de reconhecimento salarial. Parte boa é aprender e também me desenvolver como profissional, o que eu consigo com os colegas e com as fontes. (E3)

Não. Eles me dão boas condições para trabalhar, mas eu acho que o impacto que tudo isso causa no jornalista, só você gostando muito mesmo para ficar. Só se você conseguir absorver as críticas para você ter boas condições, porque se você ficar na pilha do público, se você fica na pilha do seu chefe, eu não considero boas condições, porque você não vai estar bem psicologicamente. Então eu acho que às vezes você tem que se fingir de doido mesmo para você conseguir sobreviver dentro do jornalismo. (E9)

Por fim, alguns jornalistas encerraram a entrevista indicando os pontos que, em suas opiniões, devem ser melhorados para que as condições de trabalho sejam, de fato, consideradas boas:

Então eu acho que as condições não são tão boas por causa disso. Falta uma organização melhor. E a questão de remuneração. Eu acho que o salário melhor é primordial. Salário, tratamento dos jornalistas, e organização também. (E2)

Eu acho que boas condições de trabalho seria pagar um terapeuta [para os funcionários], ter aulas de ginástica [laboral]... mas não tem nada disso. Você recebe crítica do público, recebe crítica do editor, recebe crítica de todos os lados e vai para sua casa e isso causa um impacto na sua cabeça, né? Se você não consegue lidar, você pira. (E9)

3.3 Análise das entrevistas

De maneira geral, o resultado das entrevistas vai ao encontro dos dados publicados pelo Perfil do Jornalista do Centro-Oeste (Lima *et al.*, 2023). Há poucas discrepâncias relevantes, como o caso da faixa salarial, mais alta no relatório de 2023, o que pode ser explicado pelo grande número de jornalistas atuando no serviço público em Brasília. Em ambos os casos, há predominância do vínculo empregatício com carteira assinada e os jornalistas demonstram relativo grau de satisfação com o jornalismo e seu papel social, embora falem bastante sobre frustrações ou decepções profissionais relacionadas às condições de precarização do trabalho.

O fato de todos os jornalistas entrevistados terem vínculo CLT é um aspecto positivo das entrevistas, levando em consideração o avanço da chamada “pejotização” nas empresas de comunicação do país. Segundo Silva (2014), mesmo os veículos tradicionais de comunicação passaram a buscar uma descaracterização do vínculo empregatício com o objetivo de contratar jornalistas como Pessoa Jurídica. Conforme o autor, os trabalhadores se veem obrigados pelos empregadores a abrir uma empresa individual e a alterar a forma de contratação, perdendo os direitos assegurados pela CLT. Este não é o caso dos jornalistas empregados nos dois maiores portais de notícias de Campo Grande.

Ainda assim, mesmo com a carteira assinada, a maioria dos profissionais não está imune aos arranjos precários de contratação. As entrevistas mostram que, devido à baixa remuneração, os jornalistas buscam complemento de renda por meio de prestação de serviços sem contrato, trabalhos *freelancer* ou vínculos na modalidade PJ, em que se submetem a relações de trabalho com poucas ou nenhuma garantias. Nestes trabalhos secundários, os empregados não têm direitos a férias, décimo terceiro, folgas remuneradas, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), entre outros benefícios. A maioria dos entrevistados demonstra frustração e insatisfação com essas condições. Vários comentários evidenciaram o incômodo em ter que se desdobrar em jornadas duplas

ou triplas de trabalho para complemento de renda. Com anos de experiência no mercado, as profissionais E9 e E6 usaram a palavra “triste” para descrever a necessidade de múltiplos empregos, enquanto que E2 disse que a categoria precisa “se matar [de trabalhar]” para dar conta do próprio do sustento.

Um aspecto interessante é que, mesmo esgotados e visivelmente sobrecarregados, pode ser difícil para os jornalistas diminuir o ritmo intenso da rotina exaustiva. É o caso de E9, que mantém três empregos e afirmou que o seu cotidiano como repórter pode ser “viciante”. A jornalista afirmou tem planos de largar pelo menos um dos seus trabalhos, porém esse momento nunca se concretiza. De acordo com Nelson Traquina (2005, p. 51), a cultura profissional do jornalismo é obsessiva, frenética e repleta de sacrifícios pessoais pelo ofício:

O jornalista casa-se com a profissão; o jornalismo exige dedicação total; o jornalista trabalha 24 horas por dia. Ainda mais, o jornalismo exerce-se sempre em clima de urgência; o jornalista não tem tempo, não pode jantar em paz; não tem tempo para luas-de-mel; tem sempre de deixar um número de contato.

Cabe ressaltar que, para as jornalistas mulheres, existe uma jornada de trabalho extra: o cuidado com o lar e os filhos. Para evitar a identificação de nossas entrevistadas, não divulgamos trechos das entrevistas em que as jornalistas falam sobre suas famílias e filhos, porém o tema sobre maternidade e afazeres domésticos apareceram nas conversas. Duas entrevistadas alegaram que passaram a se dedicar menos à carreira devido aos cuidados com filhos e a casa, que recaem mais sobre as mães. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua 2022⁶¹, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres dedicam aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas quase o dobro do tempo gasto pelos homens. As mulheres passam, em média, 21,3 horas semanais nessas atividades, enquanto os homens utilizam 11,7 horas. A dupla (ou em muitos casos, triplas) jornadas de trabalho das mulheres é resultante da divisão de trabalho, na qual a mulher está vinculada ao mundo familiar e doméstico. Essa divisão faz com que mulheres estejam mais suscetíveis aos arranjos precários de trabalho, devido aos horários mais flexíveis e às jornadas parciais,

⁶¹ O levantamento do IBGE avaliou a participação de pessoas com 14 anos ou mais de idade em atividades como cuidar da casa, da roupa, fazer comida e compras, além dos cuidados dispensados a crianças, idosos, enfermos e pessoas com deficiência. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 15 de agosto de 2024.

e acarreta em prejuízos no desenvolvimento e na ascensão da carreira (Santos; Temer, 2016).

A jornalista E6 falou sobre a falta de perspectiva profissional para as jornalistas nas redações. “Quem chamam para se tornar editor-chefe de um jornal são sempre homens. Dificilmente é um repórter pela sua competência”, opinou. Ela ainda disse que considera o cargo de editor-chefe de uma redação uma posição “machista”, o que vai ao encontro do que foi postulado por Veiga da Silva (2014), especialmente no que tange ao gênero utilizado como um valor de distinção para o desempenho profissional e pessoal dos jornalistas. Em um estudo sobre mulheres jornalistas e suas relações familiares e profissionais, a pesquisadora Paula Melani Rocha (2017, p. 131) diz que os cargos de chefia são ocupados, em sua maioria, por homens, e existe uma “necessidade da chefe incorporar um estilo masculino para exercer o poder. É preciso masculinizar a função de comando para ser respeitada”.

Por meio dos relatos, constatamos que as mulheres sofrem efeitos específicos da precarização. Uma das entrevistadas disse que se sentiu envergonhada e perseguida no ambiente de trabalho por ter engravidado, e posteriormente foi diagnosticada com uma depressão pós-parto. As jornalistas E3, E6 e E9 relataram casos de assédio moral relacionados à violência de gênero. E3 teve sua capacidade e competência questionadas e menosprezadas pelo fato de ser mulher, e já ouviu comentários repreensivos sobre suas roupas. Já E6 lembrou uma pauta em que foi intimidada e agredida verbalmente por um grupo de caminhoneiros após uma pergunta sobre o aumento do preço do diesel na época do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os caminhoneiros acusaram a pauta de ser “político-partidária” e passaram a hostilizar a jornalista. Ela disse que só se sentiu segura porque não estava sozinha: “A presença de um homem, que era o motorista do meu lado, foi uma segurança naquele momento”.

A jornalista E9, ao falar dos assédios que já presenciou ao longo da carreira, recordou das vezes que viu colegas sendo chamadas de “gorda” pela chefia. Apesar de ser homem, E7 afirmou ter observado que os episódios de abuso moral contra mulheres costumam ser mais “afrontosos”. De acordo com Figaro (2018), a discriminação de gênero aparece no jornalismo, entre outras maneiras, também nas formas de assédio moral e sexual.

Nenhum dos entrevistados relatou caso de assédio sexual, porém todos já sofreram, ou foram testemunhas, de diversas ocorrências de assédio moral no ambiente de trabalho. Segundo Reimberg (2015), o assédio pode ser descrito como uma série de humilhações realizadas, por vezes repetidamente, contra o trabalhador. Pode afetar a saúde do profissional e acontece com maior frequência em ambientes em que as relações hierárquicas são mais fortes e autoritárias. Essa “prática desmoralizante recebe adesões dos demais e se propaga de modo a isolar cada vez mais a pessoa visada” (Reimberg, 2015, p. 5).

Devido a frequência dos abusos, alguns dos entrevistados falaram em uma “normalização” das agressões. “A gente acabou se acostumando”, definiu E7. “Normaliza um pouco”, opinou E2. Segundo Freitas, Heloani e Barreto (2008, p. 45), a normalização da violência no ambiente de trabalho “desintegra o vínculo social, fortalece o individualismo predador, corrói a cooperação e a confiança, derrota a solidariedade e retira do homem a sua humanidade”. Os autores destacam a definição de assédio moral, uma prática que humilha e desqualifica os empregados:

O assédio moral é uma conduta abusiva, intencional, frequente e repetida, que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psicicamente um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco a sua integridade pessoal e profissional. (Freitas, Heloani, Barreto, 2008, p.37)

Além de frequentes, os episódios de assédio moral parecem estar relacionados à pressão para atualização contínua (Palacios, 2003) dos portais de notícia. Em especial no Campo Grande News, em que as entrevistas apontaram uma demanda para publicação de matérias no site a cada 10 minutos, aproximadamente. Os assédios também aparentam ter relação com uma maior proximidade do proprietário do veículo com os funcionários da redação, algo também verificado com mais frequência quando os entrevistados falam sobre as experiências no Campo Grande News.

A proximidade da relação dos proprietários do jornal é apontada como um aspecto negativo. Os jornalistas acreditam que, em muitos casos, esse contato direto e diário facilita a ocorrência de abusos. Os entrevistados defenderam que um maior distanciamento entre os donos dos veículos e os repórteres favorece a redação, pois evita desgastes e cobranças que deveriam ser filtradas pelas figuras dos editores e do editor-chefe. Entre os dez entrevistados, apenas E9 trouxe um contraponto, ao afirmar que uma

relação próxima ao dono do jornal pode evitar ruídos de comunicação, especialmente nas pautas de maior interesse dos proprietários. Ainda assim, ela também aponta os já citados efeitos negativos dessa proximidade. Após uma experiência turbulenta em outro portal de notícias on-line de Campo Grande, a jornalista E10 foi enfática ao dizer que, para preservar sua saúde mental, não pretende trabalhar em nenhum outro emprego em que ela precise manter contato direto com o editor-chefe ou proprietário do veículo.

Ainda sobre a proximidade aos donos dos jornais, pudemos constatar que há uma interferência relevante dos proprietários no conteúdo dos portais de notícias. Essas intervenções chegam em forma de sugestões de pauta que, segundo as entrevistas, são basicamente imposições de pauta, já que estas sempre são produzidas e precisam ser priorizadas. Também há, por parte dos proprietários, críticas e reclamações sobre textos já publicados e engavetamento de pautas e matérias prontas. A interferência gera frustração e desmotivação entre os jornalistas. E5 disse que se sente “eticamente ferido” por fazer matérias sensacionalistas cujo conteúdo e práticas não concorda, revelando um quadro de sofrimento ético (Lelo, 2019). E4 revelou que sua desilusão com a profissão tem a ver com o fato de que o jornalismo, na prática, é “dançar conforme a música do dono do jornal”. E9 e E10 falaram sobre como pautas de denúncias e determinados assuntos se tornam temas proibidos conforme os interesses econômicos dos proprietários dos veículos de comunicação:

No final das contas, você acaba fazendo assessoria velada, porque depende de como o dono do jornal está com determinado político. Às vezes, você sabe alguma coisa e não pode falar porque o dono do jornal não quer. Se isso não é assessoria, o que é? É um pouco triste e dá um desânimo. Teve denúncia que eu consegui de primeira mão, mas cheguei e não pude soltar porque o dono do jornal não quis. (E9)

A gente vê que tem as questões de dinheiro que rolam nos jornais, mas rola em todos. Por exemplo, “não vamos falar mal de fulano porque tem um vínculo com o dono”. (E10)

O jornalismo, principalmente o nosso do Mato Grosso do Sul, tem esse viés comercial, porque quem é dono é gente que tem muita grana, né? É fazendeiro, empresário... então sempre vai passar esse viés. Por exemplo, [a matéria] depende de como tá a situação das relações dele [do dono] com alguém, com alguma empresa, com algum político. (E8)

Segundo Lelo (2019, p. 5-6), citando Figaro (2013), Fonseca (2006) e Moretzsohn (2014), “as pressões derivadas da intensificação dos tempos de produção da notícia, da convergência multimídia e do enxugamento dos quadros profissionais fomentariam um terreno fértil para a violação da ética jornalística”. O pesquisador argumenta que o

sofrimento ético causado por essas violações é uma das causas da desilusão com a carreira, algo que fica explícito nas falas de nossos entrevistados.

As interferências dos proprietários dos veículos vão ao encontro do que é definido por Suzy dos Santos (2006) como “coronelismo eletrônico”, e também corroboram o que foi postulado por Peruzzo (2005) em relação ao jornalismo regional manter uma maior tendência ao tratamento tendencioso da informação por conta da proximidade a figuras e autoridades políticas. Esses aspectos, como demonstrado nos trechos acima, foram citados nas entrevistas. Peruzzo (2005) destaca que esse tipo de influência por interesses pessoais no jornalismo não é algo exclusivo das mídias locais – também aparecem nos veículos de abrangência nacional. No jornalismo regional, contudo, essas ligações políticas são mais aparentes e verificáveis, como pudemos constatar.

Em relação aos casos de violência citados nas entrevistas, estes corroboram o que autores vêm chamando de crise de credibilidade do jornalismo. Nove dos dez entrevistados afirmaram que já sofreram violência no exercício da profissão nos últimos anos e nove citaram, de maneira direta, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e as últimas eleições presidenciais como fatores que potencializaram as agressões. E1 e E6 disseram que as fontes não as tratam da mesma maneira em comparação ao período anterior ao mandato de Bolsonaro. A partir das entrevistas, ficou evidente que as manifestações de violência contra jornalistas afetam a qualidade do jornalismo e comprometem o livre exercício da atividade e o direito à informação pelos cidadãos (Rios; Bronosky, 2019). Foi possível atestar que a rotina produtiva das redações sofreu impactos que influenciam na qualidade da oferta noticiosa. Os jornalistas relataram medo de cobrir pautas na rua e algumas matérias ou coberturas foram canceladas para proteger a integridade dos repórteres. Também foi citado que muitas fontes deixaram de responder e colaborar com a produção de notícias.

Os entrevistados indicaram que a qualidade da produção jornalística é afetada não só pela pressão da atualização contínua como também pela adoção da figura do jornalista multimídia ou multitarefa, pois agora apenas um profissional desempenha diversas funções, muitas vezes ao mesmo tempo, devido ao enxugamento das redações (Dantas, 2019) e à convergência de mídias (Palacios, 2003; Barbosa, 2009). Conforme Figaro e Nonato (2017, p. 49), os jornalistas “tornaram-se multifuncionais e polivalentes; precisam desempenhar diversas funções para se manterem atuantes no competitivo mercado de

trabalho, além de dominar a linguagem da Internet e as redes sociais”. Vários jornalistas afirmaram que o trabalho de apuração e revisão das matérias fica comprometido devido à constante pressão para alimentar o site. E5 lembrou o caso de uma matéria feita às pressas para manter o portal atualizado nos parâmetros cobrados pela chefia e, só após a publicação da notícia, os repórteres notaram que o acontecimento não tinha ocorrido em Mato Grosso do Sul, conforme a matéria alegava. E7 disse que, geralmente, o repórter mais ágil de uma redação é quem mais apresenta erros nos seus textos. Os depoimentos revelam um cenário em que os erros já foram integrados à rotina: “Embora se deseje que o erro seja uma variável, na equação do jornalismo, ele alcança a dimensão de uma constante” (Vieira; Christofolletti, 2014, p. 68).

A jornalista E9 falou em “empobrecimento” do jornalismo devido a precarização, visto que atualmente várias funções são englobadas em apenas um único profissional, muitas vezes sobrecarregado ou sem competências e saberes sobre todas as atividades que precisa desempenhar. De maneira geral, diversos fatores foram apontados pelos jornalistas como causadores de erros e falta de qualidade: a pressão por agilidade, o enxugamento das redações, a extinção de cargos e consequente sobrecarga, a violência e hostilidade das fontes e o uso excessivo de canais digitais para apuração de matérias. E5 diz que, por conta do clima opressivo no ambiente de trabalho, muitas vezes os jornalistas nem têm tempo para ler o que escreveram, e o trabalho se torna “automatizado”. Conforme Figaro e Nonato (2017, p. 51), “o tempo da mercadorização da informação impossibilita a pesquisa, a apuração e as grandes reportagens investigativas”. A entrevistada E6 identificou a figura do “jornalista sentado” (Pereira, 2004) ao opinar que, devido à facilidade em receber sugestões de pautas e indicações de fontes pela população via WhatsApp, muitos jornalistas deixam de fazer apurações presenciais ou buscar fontes e pautas alternativas. Para ela, isso enfraquece a qualidade do jornalismo.

As entrevistas também evidenciam uma crescente dependência do celular e das redes sociais para o exercício da profissão (Barbosa, 2013), de maneira que os períodos de folga e descanso são afetados pela mistura entre as mídias digitais pessoais e profissionais, como teoriza Crary (2016). E6 explicou que esteve afastada do jornalismo diário durante o período da pandemia. Quando retornou às redações, notou que o papel do WhatsApp no ofício do jornalismo havia crescido de maneira significativa. Uma impressão parecida com a compartilhada pela jornalista E2, que relatou um aumento do

uso do aplicativo de bate-papo durante e após o período de isolamento social, o que corrobora o que já havia sido postulado pelas pesquisas de Figaro *et al.* (2021). E1 disse precisa utilizar as redes sociais pessoais, como Facebook e Instagram, para acompanhar a movimentação de fontes, especialmente quando está encarregada de alguma cobertura sobre política. A jornalista desabafou: “como é minha rede social pessoal, eu tenho que ficar nos meus momentos de descanso vendo coisa de trabalho, então acaba que a gente não desliga”. De acordo com Heloani (2005, p. 166), as práticas organizacionais causaram a cisão da ideia de qualidade de vida e excelência no trabalho, comprometendo a vida pessoal dos jornalistas:

Assim, a felicidade é sempre postergada e, em decorrência disso, também o tempo para a família, para os filhos, para o lazer e para o amor. Alguns chegam a alegar que fora do ambiente de trabalho só fazem o imprescindível, faltando tempo para namorar.

No Midiamax, segundo as entrevistas, há uma tentativa por parte da chefia de delimitar o espaço digital pessoal do profissional. Por isso, para avisos e comunicação interna, o jornal utiliza uma plataforma menos utilizada no cotidiano dos entrevistados, o Facebook, ao invés do popular WhatsApp. Também são ofertados mais aparelhos de celular para uso durante o expediente. Essas medidas são vistas com bons olhos pelos empregados do portal. Os jornalistas disseram que, dessa forma, conseguem “desligar” e “desconectar” quando chegam em casa após o turno de trabalho.

Sobre o trabalho durante o período da pandemia de Covid-19, os relatos estão em harmonia com as pesquisas mencionadas ao longo desta dissertação. A experiência de E2, que sentiu aumento de estresse e dificuldades de comunicação com a equipe durante o trabalho em *home office*, está de acordo com o que foi postulado por Barros *et al.* (2021, p. 12) em sua investigação sobre o tema, que concluiu que houve intensificação do trabalho e que “a comunicação empregada na realização das atividades de trabalho foi prejudicada pelo distanciamento entre os trabalhadores”. Além disso, os depoimentos revelaram que houve sentimentos de tensão, temores, constrangimentos, riscos à saúde e casos de assédio moral envolvendo a cobertura de pautas durante a pandemia.

A última seção do questionário falou sobre os impactos das condições de trabalho e da precarização na vida e saúde dos jornalistas. Apesar de todos os obstáculos e desafios do mercado, oito dos dez entrevistados demonstraram paixão e apreço pela profissão. Eles acreditam no papel nobre e socialmente relevante do jornalismo e enfatizaram que o ofício

nunca foi tão importante, especialmente em meio a proliferação de estratégias de desinformação e os avanços das ferramentas de inteligência artificial. Conforme Heloani (2005, p. 161), apesar da falta de infraestrutura e de outras demandas, “os jornalistas gostam, e muito, do que fazem, alguns nutrindo verdadeira paixão por sua atividade”. E3 utilizou termos como “nobre”, “essencial” e “jornalismo raiz” para descrever as redações de jornalismo diário, pois acredita que, apenas nas redações, em oposição às assessorias de imprensa, é possível fazer jornalismo que “presta serviço”. O prestígio social da profissão foi mencionado por um jornalista, E5, que citou o “status” que a profissão pode oferecer.

Vários entrevistados citaram matérias em que puderam ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade como pontos positivos e recompensadores que apenas o jornalismo pode propiciar. Esse sentimento explica, em partes, porque muitos jornalistas permanecem na área. E9 disse que “precisa gostar muito para não abandonar o jornalismo”, e E10 contou que vai “insistir por mais alguns anos” porque gosta de atuar como repórter. Segundo Reimberg (2015, p. 26), todas as dificuldades e as dores causadas pela profissão são amenizadas quando os jornalistas sentem o reconhecimento pelo seu trabalho:

O sofrimento gerado pelo trabalho, no entanto, é amenizado quando o jornalista tem o seu trabalho reconhecido ou quando consegue atribuir um valor positivo para a atividade que realiza. Passa-se, então, do sofrimento ao prazer. Mais do que isso, percebemos, ao longo das entrevistas, que é o sentido do trabalho que faz com que os jornalistas suportem as condições adversas e as superem na tentativa de produzirem aquilo que eles acreditam ser um bom trabalho.

Contudo, mesmo com a admiração pelo ofício, os entrevistados demonstraram frustração e desilusão em relação a suas carreiras. Nove dos dez entrevistados pretendem deixar as redações de jornalismo on-line de Campo Grande. Entre estes, alguns desejam mudar completamente de área de trabalho. Para Heloani (2005, p. 166), os profissionais “buscam outras saídas pois, ao contrário de outros colegas, não suportam mais adiar a felicidade e temem não mais aguentar o ritmo de trabalho por muito tempo, ou melhor, até a aposentadoria”. Metade dos jornalistas disse que não recomendaria a profissão de jornalista para outra pessoa, e os que recomendariam o fariam com muitas ressalvas e alertas sobre uma profissão “sofrida” de muitos sacrifícios e salários baixos. A maioria dos jornalistas parece viver um constante dilema entre seguir a vocação ou buscar por condições melhores de trabalho e de remuneração.

O tema sobre “salários baixos” foi bastante recorrente nas respostas dos questionários. A baixa remuneração foi mencionada por todos os entrevistados mais de uma vez em respostas a perguntas como “você sente que seu trabalho é valorizado”, “qual a importância do trabalho em sua vida”, “recomendaria a profissão de jornalista para outra pessoa”, “como você avalia suas condições de trabalho”, entre outras. Os jornalistas têm consciência de que seus esforços não são recompensados de maneira justa e enxergam nos salários baixos a principal forma de precarização do trabalho. E3 afirmou que o jornalismo é uma profissão de risco, e por isso deveria pagar mais, o que vai ao encontro do que diz Heloani (2005, p. 154), que descreve o jornalismo como uma “profissão de risco e também de morte precoce”.

Além da questão financeira, os jornalistas verbalizaram outras razões para suas decepções e desilusões com o jornalismo, como: a falta de autonomia dentro da redação devido ao controle e interferência dos chefes e proprietários; a frequência de episódios de assédio moral no ambiente de trabalho; a hostilização vinda de fontes e da população que, segundo E6, passaram a enxergar o jornalista como uma “ameaça”; a não obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão e a facilidade com que a população cria e dissemina fotos e vídeos nas redes, competindo com os jornalistas em uma disputa considerada por eles desigual. Os entrevistados E1, E4, E6 e E7 relataram que jornalistas são cada vez mais contestados pelos leitores, que questionam a credibilidade jornalística ao mesmo tempo que preferem consumir conteúdos criados e espalhados por usuários comuns das redes. Estes discursos evidenciam a crise de credibilidade do jornalismo e seus efeitos, em especial a preferência, por parte do público, em consumir influenciadores em detrimento dos veículos da mídia tradicional (Anderson; Bell; Shirky, 2013). Já para E9, a não obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão é um dos principais problemas que deveriam ser combatidos pelos sindicatos pois, segundo ela, veículos de comunicação sem jornalistas formados colocam em risco a credibilidade do jornalismo.

O sindicato, inclusive, é um ponto polêmico entre os entrevistados. A maioria não confia ou não acredita na eficiência e efetividade das ações da entidade que representa os jornalistas de Mato Grosso do Sul. “A gente nunca foi uma categoria unida. A gente não é um Sindicato dos Médicos”, opinou E2 enquanto comentava os abusos feitos pelas empresas e a suposta falta de reação por parte da categoria. Figaro (2013, p. 45) já descrevia a classe de jornalistas como “jovens, não sindicalizados, que mantém vínculos

precários, trabalham entre oito e dez horas por dia e em ritmo acelerado". Para Reimberg (2015) e Heloani (2005), uma classe mais unida fortaleceria o sindicato e poderia ajudar a solucionar algumas problemáticas enfrentadas pelos trabalhadores: "Se há um caminho para uma reversão dessa lógica, este deve iniciar-se no fortalecimento do coletivo, dos órgãos de representação, tal como associações de classe e sindicatos" (Heloani, 2005, p. 167)

A maioria dos entrevistados acredita que o trabalho como jornalista acarretou em problemas de saúde. Foram citados diversos diagnósticos e episódios. Reimberg (2015, p. 335) diz que "ao discutirmos a presença de dores e adoecimentos no trabalho do jornalismo percebemos que muitos sintomas ocorrem porque se passou do limite do corpo devido a um ritmo intenso de trabalho". Os jornalistas acreditam que as complicações de saúde estão diretamente relacionadas ao trabalho e, em alguns casos, ouviram essa associação dos próprios médicos que os diagnosticaram. Alguns comentários sintetizam a percepção que os entrevistados têm sobre a relação entre jornalismo e adoecimento: E1 defendeu que "você precisa tomar um bom antidepressivo para trabalhar"; E7 disse que "é mais fácil perguntar quem não toma remédio na redação do que quem toma", e E9 afirmou que "às vezes, você precisa se fingir de doido para sobreviver no jornalismo". As frases demonstram como os jornalistas enxergam o exercício da profissão como uma prática nociva ao bem-estar, especialmente em relação à saúde mental e emocional.

Acreditamos que o questionário se mostrou eficaz e foi possível aplicá-lo de acordo com os conceitos da entrevista em profundidade. A partir dos preceitos do estudo de caso, é possível aplicar a realidade das duas redações estudadas para buscar compreender melhor a precarização do jornalismo on-line de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente dissertação possibilitou um estudo de caso das condições de trabalho e da precarização do jornalismo on-line de Campo Grande (MS). Com base no recorte metodológico proposto, foi possível analisar as redações dos dois maiores portais de notícias da imprensa local e, dessa forma, investigar, mapear e apontar as práticas de precarização do trabalho, as maneiras como estas práticas ocorrem e seus principais efeitos na rotina produtiva e na vida dos profissionais.

Ainda que as duas redações, do Campo Grande News e do Midiamax, mantenham vínculos de carteira assinada, não atrasem os salários, paguem as horas extras corretamente, respeitem os direitos trabalhistas assegurados pela CLT e ofereçam boa estrutura física, pudemos verificar que a precarização atinge os empregados de diversas outras formas. A baixa remuneração faz com que os profissionais busquem complemento de renda em arranjos precários; as redações são ambientes de pressão e estresse em que o assédio moral é frequente especialmente devido a uma relação de proximidade entre proprietário e repórteres; as coberturas nas ruas colocam os profissionais em risco devido a uma crescente agressividade por parte da população; os usos das mídias digitais e da internet borra os limites entre horários de expediente e períodos de folga; o enxugamento das redações e a convergência de mídias fazem com que os funcionários fiquem sobrecarregados e mais propensos a erros; o sofrimento ético e o adoecimento profissional são constantes dentro das redações. Constatamos ainda que as mulheres sofrem maiores dificuldades em decorrência das condições de trabalho, como tipos específicos de assédio e violência, e dificuldades para ascender na carreira.

De forma geral, os próprios jornalistas das redações on-line campo-grandenses enxergam o jornalismo como uma profissão desvalorizada, de altos riscos e poucas recompensas. A maioria não consegue criar muitas perspectivas de crescimento dentro do mercado de trabalho jornalístico de Mato Grosso do Sul e busca alternativas em outras áreas ou segmentos, ainda que os profissionais enfrentem um impasse pois ainda são apaixonados pelo o que fazem. A paixão pela profissão e as questões de sustento e sobrevivência (Dantas, 2019) parecem explicar por que os jornalistas se submetem a essas condições de trabalho tão precarizadas.

Nossa pesquisa também trouxe um fator comparativo, já que estudamos dois portais de notícias diferentes. O portal Midiamax traz vantagens para os empregados em relação ao Campo Grande News: o uso mais controlado das mídias digitais, com uma demarcação melhor entre espaço pessoal e privado, a disponibilização de equipamentos eletrônicos de melhor qualidade, que facilitam processos do trabalho, e maior respeito da hierarquia entre repórteres, editores, editor-chefe e proprietário do veículo. Essas diferenças são sentidas e apontadas pelos empregados como fatores positivos que trouxeram melhorias na rotina produtiva e na qualidade de vida.

Quanto à questão geográfica/territorial, nossa análise corrobora o lugar peculiar que Campo Grande ocupa no cenário do jornalismo brasileiro. Localizadas no interior do Centro-oeste, afastadas dos grandes conglomerados de mídia da região concentrada da mídia brasileira, as redações do Midiamax e do Campo Grande News apresentam características do jornalismo regional, seguindo as definições de autores como Peruzzo (2005), Camponez (2002) e Correia (2000). É possível verificar o aspecto de proximidade, que abarca familiaridade e singularidade, e que também gera tendência ao tratamento tendencioso da informação devido à proximidade dos proprietários dos veículos a autoridades políticas e aos detentores do poder local. Os próprios jornalistas identificam, e se queixam, dessas ligações e das interferências que elas causam na produção jornalística, sendo essa uma das expressões da precarização.

Por outro lado, por estarem situados na capital de Mato Grosso do Sul, os portais integram uma espécie de região concentrada de mídia no estado, pois reúnem maior número de profissionais capacitados e aparatos tecnológicos em comparação às cidades do interior sul-mato-grossense, onde inclusive ainda existem diversos desertos de notícias. Neste sentido, tanto o Campo Grande News quanto o Midiamax seguem os mesmos preceitos de agilidade, urgência e conteúdo multimídia dos grandes conglomerados. Podemos afirmar, então, que o princípio da atualização contínua (Palacios, 2003) e a convergência de mídia (Barbosa, 2013, 2009; Silva, 2013) precarizam o trabalho jornalístico de Campo Grande da mesma forma que é registrada nos grandes centros.

É oportuno destacar que a relação de proximidade entre proprietários dos jornais e repórteres da redação é um aspecto que não aparece no Perfil do Jornalista do Centro-Oeste (Lima *et al*, 2023), mas que surgiu em diversas respostas das entrevistas da nossa

pesquisa. Ao citarem seus empregos atuais e também as empresas pelas quais já passaram na carreira, os jornalistas apontam os donos de veículos como figuras constantemente presentes, que interferem no processo de produção desde a escolha de pauta até na repercussão da matéria já publicada. Os jornalistas atribuem a essa proximidade uma influência no conteúdo jornalístico em prol de interesses pessoais, políticos e econômicos, e uma maior ocorrência de abusos, como assédio moral, dentro das redações. Nesse sentido, acreditamos que essa proximidade do convívio entre donos dos veículos e funcionários também pode ser apontada como uma prática da precarização e uma característica mais comum ao jornalismo regional. Afinal, como apontado por Peruzzo (2005), na mídia local as ligações entre jornais e autoridades detentoras do poder são mais aparentes e fáceis de verificar, e entendemos que o convívio próximo aos proprietários é um dos motivos pelos quais essas ligações e interesses se tornam tão visíveis.

As transições tecnológicas aumentaram a lista de atribuições dos jornalistas, tendo em vista que os repórteres precisam lidar com texto, imagens, vídeos e plataformas digitais variadas. Com redações menores devido à crise do modelo de negócios, o profissional fica sobrecarregado. Conforme explicitado por Kischinhevsky (2009), seria possível criar uma nova cultura de coletividade para que essa convergência de mídia funcionasse nas redações sem sobrecarregar os funcionários, mas para isso não poderia haver imposição de funções e de projetos multimídia por parte da empresa. Como vimos no caso do Midiamax, que lançou um canal de televisão, não é assim que as coisas acontecem. As entrevistas revelaram que os repórteres foram apenas informados do projeto e simplesmente precisaram se adequar e cumprir as suas novas atribuições.

A crise do modelo de negócios e da credibilidade do jornalismo é sentida de maneira intensa pelos jornalistas de Campo Grande, tanto pelos efeitos da precarização como pela percepção de que a profissão está desvalorizada pela sociedade. E, infelizmente, os jornalistas parecem não ter respostas sobre possíveis soluções para todos esses problemas, sendo que a principal forma de buscar melhorias para a categoria, o sindicato de jornalistas, é considerada ineficaz e pouco confiável. A saída, para a maioria, parece ser trocar de emprego ou profissão, visto que não enxergam esperanças ou perspectivas concretas de conquistar mudanças positivas. Sair de Mato Grosso do Sul é uma das opções citadas, pois o estado é visto como local de poucas oportunidades de crescimento ou valorização, em contraste com as regiões concentradas de mídia, onde parece haver uma percepção de maiores possibilidades de ascensão na carreira.

Por fim, acreditamos que nossos objetivos de trabalho foram realizados: levantamos dados e mapeamos as condições de trabalho de duas redações de jornalismo on-line de Campo Grande, revelando um cenário da precarização deste segmento em Mato Grosso do Sul. Nossa hipótese, sobre as formas como as peculiaridades do jornalismo regional afetam a precarização, foi, até certo ponto, confirmada, no que diz respeito à proximidade e ligações políticas dos proprietários de veículos e às formas com que essas proximidades afetam os jornalistas e precarizam as relações de trabalho. Segundo Yin (2015) e Triviños (1987), o estudo de caso não permite generalizações às populações ou aos universos, mas podem fornecer conhecimento para formular hipóteses e proposições teóricas, a fim de criar encaminhamentos para outras pesquisas. É neste sentido que esperamos que esta dissertação possa estimular o surgimento de mais estudos sobre o tema da precarização do jornalismo e da qualidade de vida e saúde dos jornalistas que atuam em Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERNATHY, Penelope M. **The Rise of a New Media Baron and the Emerging Threat of News media Deserts**. North Carolina: Center for Innovation 78 and Sustainability in Local Media, 2016. Disponível em: <https://www.usnewsdeserts.com/reports/rise-new-media-baron/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

ABREU, Tatiana Oliveira. **Cercadinho do Alvorada**: uma ameaça ao ethos do jornalista e à liberdade de imprensa. Revista Miguel, Rio de Janeiro, n. 6, PUCRIO, jan-jun 2022.

ALCÂNTARA, Márcio Venício Pilar. **Inteligência Artificial no Jornalismo**: análise automatizada utilizando ChatGPT e IRaMuTeQ. Internet & Sociedade, São Paulo, v. 4, n. 1, InternetLab, setembro 2023.

ALI, Waleed; HASSOUN, Mohamed. Artificial Intelligence and Automated Journalism: Contemporary Challenges and New Opportunities. **International Journal of Media, Journalism and Mass Communications (IJMJMC)**, v. 5, n. 1, 40-49, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20431/2454-9479.0501004>. Acesso em: 23 jul. 2024.

ALVES, Rosental Calmon. Lições da crise americana: jornais mingam ou desaparecem, mas novos modelos tentam salvar o jornalismo. 14º Congresso da Abraji, 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/crise-na-imprensa/licoes-da-crise-americana-jornais-mingam-ou-desaparecem-mas-novos-modelos-tentam-salvar-o-jornalismo/>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

ALMEIDA, Vitor Pereira de. Legislação e Concentração de Mídia no Brasil: três décadas de políticas de comunicação (1988-2018). In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0657-1.pdf>. Acesso em 04 set. 2023.

ANDERSON, C.W., BELL, Emily; SHIRKY, Clay. **Jornalismo pós-industrial**: adaptação aos novos tempos. Revista de Jornalismo ESPM 5(2), 30-89, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

APOLONIO, Andreza, *et al.* PRECARIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL DOS JORNALISTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19. In: XIII Simpósio Nacional da ABCiber, 2020, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/abciber/abciber13/paper/view/1394>. Acesso em 20 jun. 2024.

BARBOSA, Suzana. Convergência jornalística em curso: as iniciativas para a integração de redações no Brasil. In: RODRIGUES, Carla (org.). **Jornalismo online**: modos de fazer. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Editora Sulina, p. 35-55, 2009.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, João (Org.). **Notícias e mobilidade**. Covilhã: Labcom, p. 33-54, 2013.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo online: dos sites noticiosos aos portais locais. 2002. Disponível em: <<https://www.bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-jornalismo-online.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2023.

BARROS, Janaina Visibeli *et al.* As dramáticas do uso de si dos jornalistas durante a pandemia de Covid-19. In: 19º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor, 2021. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<https://proceedings.science/p/132755?lang=pt-br>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BERTOLINI, Jeferson. Jornalista Multimídia e Multitarefa: O perfil contemporâneo do trabalho precário no jornalismo. **Animus**, v. 16, n. 31, 2017.

BOSTROM, Nick. **Superintelligence. Paths, Dangers, Strategies**. Oxford University Press, 2014.

BUENO, Wilson da Costa. Jornal do interior: conceitos e preconceitos. In: Francisco de Assis (org.), **Imprensa do interior**. Chapecó: Argos, 2013.

CABRAL, Laura Rayssa de Andrade. **JORNALISMO AUTOMATIZADO: Inteligência Artificial e robôs nas redações das organizações jornalísticas**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – UFPB. João Pessoa. 2022.

CALVO-RUBIO, Luis Mauricio; UFARTE-RUIZ, Maria José. Artificial intelligence and journalism: Systematic review of scientific production in Web of Science and Scopus (2008-2019). **Communication & Society**, 159–176, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15581/003.34.2.159-176/>. Acesso em 30 jul. 2024.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2002.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução**. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

CORREIA, João. **O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público**. In: Nelson Traquina (org.), **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 27 (Jornalismo 2000), Lisboa, Relógio d'Água, 2000.

CRARY, Jonathan. **24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DANTAS, Juliana Bulhões Alberto. **O impacto das condições de trabalho e da precarização da profissão na vida do jornalista**. Tese (Doutorado em Comunicação) - UNB. Brasília. 2019.

DAVID, H. Why Are There Still So Many Jobs? The History and Future of Workplace Automation. **Journal of Economic Perspectives**, 29(3), 3–30, 2015. Disponível em: <https://www.doi.org/10.1257/jep.29.3.3>. Acesso em: 23 jul. 2024.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva. **Regiões jornalísticas: uma abordagem locacional e econômica da mídia do interior fluminense**. Tese (Doutorado em Comunicação) – UERJ. Rio de Janeiro. 2016.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2015.

FIGARO, Roseli. O MUNDO DO TRABALHO DAS JORNALISTAS: feminismo e discriminação profissional. **Brazilian Journalism Research**, v. 14(2), p. 546–567, 2018.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FIGARO, Roseli; BARROS, Janaina Visibeli; KINOSHITA, Jamir. As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. 2019, **Anais...** Goiânia: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003029161.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

FIGARO, Roseli, *et al.* **Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?** São Paulo: ECA-USP, 2020. Disponível em: https://comunicacaoetrabalho.eca.usp.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio_Executivo_Covid19-CPCT2020-2.pdf. Acesso em 06 ago. 2024.

FIGARO, Roseli; NONATO, Claudia. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. **Contemporânea**, v.15 n.1, p 47-63, 2017.

FIGARO, Roseli; ROXO, Michelle; BARROS, Janaina Visibeli. Estratégias de demarcação do ethos jornalístico na figura de novos arranjos do trabalho dos jornalistas. *In*: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor, **Anais eletrônicos**, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/003028929>>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

FORTUNA, Fernanda França. **PERFIL DO CIBERJORNALISMO EM MATO GROSSO DO SUL – MAPEAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PORTAIS NOTICIOSOS**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - UFMS. Campo Grande, 2014.

FREITAS, Maria Esther de; HELOANI, José Roberto; BARRETO, Margarida. **Assédio Moral no Trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2008

FRIAS FILHO, Otávio. O que é falso sobre as fake news. **Revista USP**. Nº 116, 39-44, 2018.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, Vozes, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 2010.

GONÇALVES, Laura Pereira. Bolsonaro versus imprensa: Uma análise dos embates com mulheres jornalistas. *In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom Virtual, 2021, Anais eletrônicos.* Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/ij01/laura-pereira-goncalves.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023.

GUIMARÃES, Paula Vitorino. **Adolescentes em conflito com a lei: análise de conteúdo dos jornais on-line Campo Grande News e Midiamax.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UFMS. Campo Grande. 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Trad. Enio Paulo Giachini. 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 25. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuitas, 2014.

HELOANI, José Roberto. **Vivendo no limite: quem são nossos formadores de opinião?** Revista da USP, São Paulo, n.65, p. 148-168, março/maio 2005.

HELOANI, José Roberto. O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. **Interações**, v. 12, n. 22, 2006.

HELOANI, José Roberto. Entrevista José Roberto Heloani. **Unidade.** Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, n.357, p.6-7, abr. 2013. Disponível em: <https://sjsp.org.br/estresse-dos-jornalistas-beira-a-exaustao-diz-pesquisador/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

JARA, Gerson Canhete. **A representação social da execução de jornalistas na fronteira Brasil/Paraguai pelo jornal regional de Ponta Porã (MS).** Dissertação (Mestrado de Comunicação), UFMS, 2019.

JARDELINO, Fabio; CAVALCANTI, Davi Barboza; TONIOLO, Bianca Persici. A proliferação das fake news nas eleições brasileiras de 2018. **Comunicação Pública.** v.15 n. 28, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cp.7438/>. Acesso 26 jul. 2024.

JORGE, Thais de Mendonça. **A notícia em mutação.** Estudo sobre o relato noticioso no jornalismo digital. Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2007.

KISCHINEVSKY, Marcelo. Convergência nas redações: mapeando os impactos do novo cenário midiático sobre o fazer jornalístico. *In: RODRIGUES, Carla (org.). Jornalismo online: modos de fazer.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Editora Sulina, p. 57-74, 2009.

LELO, Thales Vilela. O sofrimento ético no mundo do trabalho dos jornalistas. **E-Compós, [S. l.]**, v. 23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.1843>. Acesso 07 set. 2023.

LIMA, Maria Érica de Oliveira. Regionalização midiática: conceitos e exemplos. *In: MARÇOLLA, Rosângela; OLIVEIRA, Roberto Reis (org.). Estudos de Mídia Regional, Local e Comunitária.* São Paulo: Arte&Ciência, 2008.

LIMA, Samuel Pantoja. A precarização do trabalho e a saúde dos jornalistas brasileiros. In: **Anais do III 3º Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo (MEJOR)**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2uZikQd>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LIMA, Samuel Pantoja, *et al.* **Perfil do Jornalista Brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2021. Florianópolis: Insular, 2022.

LIMA, Samuel Pantoja, *et al.* **Perfil do Jornalista do Centro-Oeste 2023**. Florianópolis: Insular, 2023.

LOPES DE AMORIM, Janaina; BUENO, Thaisa. Mulheres jornalistas em pauta: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 153–170, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/14715>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista**: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões. São Paulo: Paulus, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Ofício de cartógrafos**. São Paulo: Loyola, 2004.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MULLER, Carlos Alves. A crise estrutural dos jornais e o surgimento das mídias digitais: impactos sobre a produção jornalística. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (Orgs.). **Jornalismo e Sociedade**: Teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. 2019. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

NICOLETTI, Janara; FLORES, Ana Marta Moreira. Violência contra jornalistas no canal de Jair Bolsonaro no Youtube: análise dos 100 primeiros dias de pandemia de covid-19 no Brasil. **Brazilian journalism research**. Vol 18. Brasília. Abril de 2022. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/download/1438/1401/6778/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

PALÁCIOS, Marcos. O que há de (realmente) novo no Jornalismo online? In: MACHADO, Elias e PALACIOS, Marcos (Orgs), **Modelos do Jornalismo Digital**, Salvador: Editora Calandra, 2003.

PEREIRA, Fabio Henrique. O Jornalista sentado e a produção da notícia on-line no Correio Web. **Revista Em Questão**. v. 10, p. 95-108. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/85>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PEREIRA, Matheus Ribeiro. A desinformação como estratégia política: uma análise dos tweets de ataque à imprensa postados por Jair Messias Bolsonaro no ano de 2019. **Aquila**,

v. 1, n. 24, p. 97-110, UVA, Rio de Janeiro. 14 jan. 2021. Disponível em: <https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila/article/view/149>. Acesso em: 4 abr. 2023.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia** – Volume I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PINTO, Pâmera Araujo. **Repensando a mídia regional no Brasil**: semelhanças e diferenças entre os subsistemas de mídia do Norte e do Sul. *In*: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Rio de Janeiro, 2015. **Anais eletrônicos**. Disponível em <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0593-1.pdf>. Acesso em 01 set. 2023.

PINTO, Pâmera Araujo. Mídia regional: nem menor, nem maior, um elemento integrante do sistema midiático do Brasil. **Ciberlegenda**, n 29, 2013. Disponível em <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0593-1.pdf>>. Acesso em 01 set. 2023.

PONTES, Felipe Simões. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-COMPÓS (BRASÍLIA)**, v. 20, p. 1-15, 2017.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de; GROHMANN, Rafael. O jornalista empreendedor: uma reflexão inicial sobre jornalismo, flexibilização do trabalho e os sentidos do empreendedorismo no campo profissional. **Líbero (FACASPER)**, v. 18, p. 123-131, 2015.

QUEIROZ, Adriana de Oliveira dos Santos de. **Crise de autoridade jornalística e críticas ao jornalismo nas eleições 2018**: Uma análise dos comentários dos leitores nas páginas dos jornais Campo Grande News e Correio do Estado no Facebook. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UFMS. Campo Grande. 2020.

RAMIRES, Lídia. Mulheres jornalistas esportivas e mercado de trabalho: quem (não) as deixa trabalhar?. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 501-509, set./dez. 2020.

REIMBERG, Cristiane. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais**: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação), USP, São Paulo, 2015.

REINO, Lucas Santiago Arraes. **Relacionamento entre o webjornal Campo Grande News e os seus usuários**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - UBN. Brasília, 2006.

RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pabllo. O que são e como lidar com as notícias falsas: dos sites de notícias falsas às mídias hiper-partidárias. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo: Conectas. 15: 71-83, 2018.

RIOS, Aline de Oliveira; BRONOSKY, Marcelo Engel. Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade. **Revista Mosaico**, vol 11, nº 17, UVA, Rio de Janeiro, 2019.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/81064/77402>. Acesso em: 4 abr. 2023.

ROCHA, Paula. Mulher jornalista: relações familiares e profissionais. **Comunicación y Ciudadanía**, Bogotá, n. 1, p. 119-134, jan./jun. 2007.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, Florianópolis, 2017.

SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 35-58, set./dez. 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Classificação funcional dos jornais brasileiros – As regiões jornalísticas (1955). **Noticiários da Rede Alcar**. ano 7, n. 83, nov. 2007. Disponível em: http://www2.metodista.br/unesco/rede_alcar/Rede_Alcar_83/serie_imprensa.htm/. Acesso em: 4 jul. 2022.

SANTOS, Suzy dos. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. **E-Compós**, Brasília, v. 7, n. 11, p. 1-27, 2006. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/104>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SILVA, Cláudio Marcos da. **A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejotização**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UNB, 2014.

SILVA, Fernando Firmino da. **Jornalismo móvel digital: uso das tecnologias móveis digitais e a reconfiguração das rotinas de produção da reportagem de campo**. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SILVA JR. José Afonso. **Jornalismo 1.2: características e usos da hipermídia no jornalismo, com estudo de caso do Grupo Estado de São Paulo** (Dissertação de mestrado), Facom/UFBA, 2000. Disponível em: <http://www.poscom.ufba.br/publicacoes/dissertacoes-2000-2005/>. Acesso em: 2 set. 2023.

SOTANA, Edvaldo Correa. Integração nacional por antenas de TV e a transmissão do Jornal Nacional para Cuiabá-MT (1976). **Domínios da Imagem**, v. 14 n. 26, p. 144-137, 2020.

SOUSA, Marco Túlio de, *et al.* Desinformação e vilanização: as fake news para públicos religiosos nas eleições brasileiras de 2022. **Estudos em Comunicação**. n. 38, p. 86 -101, 2024.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo; Brasiliense, 2011.

TELLAROLI, Taís Marina. (2006). **Atualização de notícias em dois portais locais de informação de Campo Grande, MS**. Caligrama (São Paulo. Online), 2(3). Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.1808-0820.cali.2006.64727/> . Acesso em: 25 ago. 2023.

THIBES, André Caetano. **O freelancer como estratégia de precarização do trabalho jornalístico**: um estudo sobre profissionais de grandes redações de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), UFSC, 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transacional. 2. ed. Florianópolis: Insular Ltda, 2005.

TRIVINÕS, Augusto. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALIATI, Vanessa Amália Dalpizol; LIMA, Mônica Pereira de; FALEIRO, Luiz Guilherme. Jornalismo e fake news: a cobertura midiática do caso Marielle Franco. **Estudos de Jornalismo**. N. 11, p. 37-55, jul 2020.

VASCONCELLOS, Fernanda Cristine. A construção do imaginário de influenciador como estratégia de aumento da credibilidade do jornalismo no ambiente digital. **Estudos de Jornalismo**. N. 11, p. 56-72, jul 2020.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VIEIRA, Livia de Souza; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Reflexões sobre o erro jornalístico em quatro portais noticiosos de referência. **Revista Verso e Reverso**, vol XXVIII, n. 68, maio-agosto 2014, p. 91 a 100, 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.04/>. Acesso em: 10 set. 2023.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.